

ISSN: 2527-1946

Número 97

Janeiro 2025

CADERNO DE PESQUISA NEPP

**Ruptura, retrocesso e desigualdade :
Como entender o período intercensos 2010 – 2022?**

**Lilia Montali
Stella Silva Telles
Eugenia Leone
Organizadoras**

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas





UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

Prof. Dr. **Antonio José de Almeida Meirelles**

Coordenador-Geral da Universidade

Profa. Prof^ª. Dr^ª. Maria Luiza Moretti

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Prof. Dr. Fernando Antonio Santos Coelho

Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário

Prof. Dr. Prof. Fernando Sarti

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Ivan Felizardo Contrera Toro

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Profa. Dra. Rachel Meneguello

Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. João Marcos Travassos Romano

Coord. Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa

Profa. Dra. **Raluca Savu**



NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Coordenador

Profa. Dra. Ana Lucia Gonçalves da Silva

Coordenador Associado

Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Pron

Editores

Cibele Yhan de Andrade

Dra. Roberta Rocha Borges

Conselho Editorial do Caderno de Pesquisa NEPP

Dra. Roberta Rocha Borges

Cibele Yhan de Andrade

Dra. Stella M. Barbera da Silva Telles

Apoio Técnico

Maria do Carmo de Oliveira

O Caderno de Pesquisa NEPP, de caráter multidisciplinar, escrito por pesquisadores, professores, estudantes de pós-graduação, membros associados e convidados, tem periodicidade semestral. Publica artigos inéditos, relatórios de pesquisa, pesquisas em andamento, entrevistas e resenhas relacionados com as múltiplas dimensões da política pública.

Entre 1987 e 2010, publicaram-se 83 números. Desde o número 84, o Caderno de Pesquisa NEPP foi remodelado e passa a ser publicado em versão eletrônica.

Considerações Éticas:
A responsabilidade pelos conteúdos publicados é exclusivamente do (s) autor (es), assim como as revisões ortográficas.

Ruptura, retrocesso e desigualdade – Como entender o período intercensos 2010 – 2022?

Apresentação

O presente volume dos Cadernos de Pesquisa NEPP parte da pergunta: como interpretar os dados comparativos dos censos demográficos de 2010 e 2022 que retratam dois momentos tão distintos da sociedade brasileira?

Os artigos apresentados trazem análises para o período intercensitário que evidenciam que não se pode considerar a análise entre os dois pontos 2010 e 2022 simplesmente como tendências, quando os dados disponíveis para o período de 12 anos entre estes evidenciam oscilações em relação a determinados aspectos, especialmente aos relacionados ao emprego e às condições de vida.

Nesse intervalo até mesmo o total de população auferido pelo Censo de 2022 surpreendeu os estudiosos de população e suas projeções. No entanto, no caso da população se pode falar em tendências e o que surpreendeu foi a intensidade com que as mudanças ocorreram.

Mas, no que diz respeito às condições socioeconômicas dessas populações, o período intercensitário foi de grandes oscilações, sem ser possível considerar a comparação das situações mostradas pelos dois censos como indicativas de uma tendência. Para entender o que ocorreu no período intercensos as análises foram baseadas em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), IBGE, compilados pela Síntese de Indicadores Sociais de 2023, complementados por outras informações. A exceção é o primeiro artigo, que oferece as tendências das mudanças na população brasileira e que se baseou nos censos demográficos, recorrendo também a outras fontes complementares.

Assim, este estudo tem por objetivo fornecer subsídios para analisar aspectos da situação socioeconômica da população brasileira entre os anos de 2010 e 2022. Integra um projeto de pesquisa que tratará dos temas aqui abordados após a divulgação das informações do Censo Demográfico de 2022 em microdados, o que permitirá comparar com o Censo de 2010 as mudanças ocorridas na situação de vida da população. No momento, dados mais agregados vêm sendo divulgados, porém a divulgação dos microdados é que possibilitará a análise da situação socioeconômica com detalhamento pretendido pelo projeto.

Ao comparar os momentos retratados pelos Censos Demográficos de 2010 e de 2022, entende-se o desafio de confrontar duas conjunturas distintas. O Censo de 2010 retrata uma conjuntura de expansão econômica, de baixo desemprego, com políticas sociais em vigência que se refletiram na redução da pobreza, marcando a saída do país do mapa da fome nos anos seguintes. O ano de 2010 é o primeiro ano do governo Dilma Rousseff, após dois mandatos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva entre 2002 e 2009.

O censo de 2022 retrata uma conjuntura totalmente diversa, um período marcado pela recuperação pós-pandemia da Covid-19, sob crises múltiplas, podendo-se destacar as crises sanitária, econômica e política. Nesse contexto e sob o desmonte de políticas sociais estratégicas, assiste-se ao aumento do desemprego, crescimento da pobreza e da fome. Trata-se do último ano do mandato de Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022, após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e do governo de Michel Temer.

O estudo aqui apresentado configura o Produto I do projeto de pesquisa em andamento “Projeto Censos: uma análise da situação socioeconômica do país em dois momentos distintos 2010 e 2022”.

O Produto I - **Ruptura, retrocesso e desigualdade – Como entender o período intercensos 2010 – 2022?** É composto por um conjunto de estudos temáticos com o objetivo de contextualizar o período entre os Censos de 2010 e 2022. Com esse objetivo se fez uma análise com base na Síntese de Indicadores Sociais de 2023, divulgada pelo IBGE que sistematiza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua (PNADC), também acrescida de informações e referências de outros estudos. Como a PNADC fornece informações entre 2012 e 2022, a caracterização do período intercensos está mais adensada para o período 2012 a 2022.

Este volume dos Cadernos de Pesquisa NEPP apresenta as contribuições de um grupo de pesquisadores que estudam gênero, mercado de trabalho, escolaridade e políticas públicas.

O primeiro artigo, de *Eugenia Leone, Adriana R. de Mendonça e Marcelo Tavares de Lima*, intitulado *Mudanças na população brasileira entre os Censos de 2010 e 2022 na perspectiva das tendências desde 1970*, analisa as mudanças na população entre 2010 e 2022, tendo por referência as tendências demográficas que vinham ocorrendo desde o final dos anos 60. Consideram-se a redução da população rural e a concentração da população em áreas urbanas, a distribuição da população por grandes regiões e a composição da população por sexo, idade e cor. A relevância deste capítulo é a de fornecer subsídios para o entendimento das demandas

sociais nas mais diversas áreas, como educação, saúde, economia, habitação, previdência social, entre muitas outras, ajudando assim na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento do país.

O segundo artigo, de *Eugenia Leone*, intitulado *Contexto 2010-2022 – Economia e mercado de trabalho: Renda domiciliar e condição de atividade de homens e mulheres* descreve o cenário econômico e de mercado de trabalho no período 2010-2022 fazendo inicialmente uma periodização da economia no período 2010-2022 com base no comportamento do Produto Interno Bruto (PIB). Em seguida, aborda com os dados da PNADC de 2012 a 2022 os seguintes tópicos: Rendimento domiciliar per capita e desigualdade; Mercado de trabalho - destacando, primeiramente, os indicadores de condição de atividade e de distribuição das pessoas ocupadas de 14 anos e mais por setor de atividade e, em segundo lugar, analisando as diferenças de renda média por setor de atividade -; por último o tópico Condição de atividade de homens e mulheres. Neste último tópico analisa, separadamente, os períodos do final da desaceleração (2013-2014), de recessão (2015-2016), de estagnação (2017-2019), de isolamento social (2020) e pós-isolamento social (2021-2022). Além disso, incorpora uma breve análise das diferenças de situação entre as mulheres brancas e negras.

O terceiro artigo, de *Lilia Montali*, intitulado *Contexto 2010-2022 – Pobreza e desigualdade: tendências dos rendimentos domiciliares e os efeitos das políticas de transferência de renda*, analisa o período intercensos considerando que além dos ciclos econômicos, as mudanças e oscilações nas condições de vida da população foram resultado também de crise política, de mudanças na concepção de desenvolvimento e na orientação das políticas sociais. Assim, o capítulo inicia com uma breve indicação da mudança de orientação marcada pelo impeachment da presidente Dilma Rouseff, momento em que há ruptura de um modelo de governo progressista para um modelo conservador, com implicações para as políticas sociais e as condições de sobrevivência da população. Considerando a centralidade da pobreza e da desigualdade neste artigo, na primeira parte são apresentadas as tendências dos rendimentos domiciliares no período e os impactos diferenciados dos benefícios de programas sociais na composição do rendimento domiciliar per capita. As oscilações dos rendimentos domiciliares são analisadas considerando a periodização do crescimento do PIB adotada (definida no artigo de Leone) que explicita períodos de crescimento econômico, recessão e estagnação, isolamento e pós-isolamento, retomando ainda os principais programas sociais vigentes. Na segunda parte do artigo são tratados dois aspectos que evidenciam a deterioração das condições de vida no

período intercensos: o aumento da insegurança alimentar e o aumento do número de pessoas em situação de rua. Ambos os fenômenos se agravam a partir de 2015, sob a crise econômica e as mudanças na orientação das políticas sociais, e se acentuam ainda mais durante o período da pandemia de Covid-19 não arrefecendo até 2022, contexto do último censo demográfico. Estes aspectos exteriorizam de forma aguda os efeitos do empobrecimento da população e da desigualdade social.

O quarto artigo, de *Stella Silva Telles*, intitulado *População jovem e adulta no Brasil e o acesso à educação nos anos 2010 a 2022* analisa o acesso à educação no período intercensos. Na primeira parte, apresenta as principais políticas e programas educacionais com foco na ampliação do acesso à educação vigentes no período. É importante destacar que um conjunto de políticas com ênfase no acesso ao ensino superior e na inclusão de grupos mais vulneráveis já vinha sendo implementado antes de 2010 na gestão do presidente Luiz Inácio da Silva. Na sequência, no governo da presidente Dilma Roussef, houve continuidade dessas políticas tendo sido desenvolvidos outros programas que visavam a inclusão, pela lei de cotas, de população historicamente excluída do ensino superior, de internacionalização do ensino superior e também voltados para o ensino médio profissionalizante. No governo seguinte (Michel Temer) instituiu-se uma nova política educacional com o desmonte da política então vigente. Com a implementação da Emenda Constitucional 95 (Teto de Gastos) muitos programas educacionais tiveram redução de recursos ou foram extintos. Na sequência, o governo do presidente Jair Bolsonaro foi marcado por desastres nas políticas de educação com problemas agravados no período da pandemia da Covid-19. Na segunda parte do capítulo são analisados dados disponibilizados pela Síntese de Indicadores Sociais - 2023 do IBGE para os anos entre 2016 e 2022 sobre a escolarização de jovens e de adultos, recorrendo-se também a informações de outros anos da PNADC. A análise indica progressos modestos como a redução do analfabetismo e um pequeno incremento da escolaridade média de adultos e de jovens, porém a conclusão é que a última década foi marcada pela estagnação da evolução da educação.

Para concluir, é relevante destacar que embora não tenham sido foco do estudo, os temas ruptura, retrocesso e desigualdade surgiram de forma recorrente no decorrer das análises de cada artigo. Ficando evidente no estudo como a ruptura de um modelo de governo com princípios progressistas para um governo conservador afetou as condições socioeconômicas, tendo sido captada nas mudanças observadas no mercado de trabalho, no empobrecimento, no

acesso à educação. As conjunturas de crise econômica e de crise política bem como a orientação das políticas adotadas explicam as oscilações e tendências analisadas no período.

Lilia Montali
Stella Silva Telles
Eugenia Leone

Equipe do Projeto

Adriana R. de Mendonça
Eugenia Leone
Lilia Montali (coordenação)
Marcelo Tavares de Lima
Stella Silva Telles

Apoio Beatriz Medina Hancio (graduanda do curso de Economia – Unicamp)

Ruptura, retrocesso e desigualdade – Como entender o período intercensos 2010 – 2022?

Resumo

Os artigos apresentados trazem análises para o período intercensitário que evidenciam que não se pode interpretar informações relativas aos anos censitários 2010 e 2022 simplesmente como tendências quando os dados disponíveis para o período de 12 anos entre estes evidenciam oscilações e mudanças em relação a determinados aspectos, especialmente aos relacionados ao emprego e às condições de vida. As oscilações e mudanças analisadas no período são explicadas pelos momentos de crise econômica e de crise política bem como pela orientação das políticas adotadas. Assim, ao comparar os momentos retratados pelos Censos Demográficos de 2010 e de 2022 entende-se estar confrontando duas conjunturas distintas, sem ser possível concluir tendências. Integram um projeto de pesquisa em andamento que se propõe a analisar os temas centrais utilizando os microdados dos censos demográficos de 2010 e 2022.

Palavras-chave: Desigualdades, Trabalho, Gênero, Educação, Políticas sociais

Rupture, setback and inequality – How to understand the 2010 – 2022 inter-census period?

Abstract

The articles presented in this text provide analyses for the period between census that highlight that the information related to the 2010 and 2022 census years cannot be interpreted simply as trends when the data available inside the 12-year period shows fluctuations and changes in relation to some aspects, especially those related to employment and living conditions. The fluctuations analyzed during the period are explained by moments of economic and political crisis, as well as by the orientation of the policies adopted. Thus, when comparing the moments portrayed by the 2010 and 2022 Demographic Censuses, it is understood that we are confronting two different situations, without it being possible to conclude trends. They are part of an ongoing research project that aims to analyze the central themes using the micro-data from the 2010 and 2022 demographic censuses.

Keywords: Inequalities, Employment, Gender, Education, Social policies

Sumário

Mudanças na população brasileira entre os Censos de 2010 e 2022 na perspectiva das tendências desde 1970.

Eugenia Leone, Adriana R. de Mendonça, Marcelo Tavares de Lima.....10-25

Contexto 2010-2022 – Economia e mercado de trabalho: Renda domiciliar e condição de atividade de homens e mulheres.

Eugenia Leone..... 26-45

Contexto 2010-2022 – Pobreza e desigualdade: tendências dos rendimentos domiciliares e os efeitos das políticas de transferência de renda.

Lilia Montali..... 46-71

População jovem e adulta no Brasil e o acesso à educação nos anos 2010 e 2022

Stella Silva Telles.....72-104

Mudanças na população brasileira entre os Censos de 2010 e 2022 na perspectiva das tendências desde 1970

Eugenia Leone*
Adriana R. de Mendonça**
Marcelo Tavares de Lima***

Este artigo faz uma análise do crescimento da população brasileira, das mudanças na sua estrutura etária e da evolução do número e tamanho dos domicílios. Inicialmente, a análise contempla o Brasil e suas grandes regiões. Para ter-se uma compreensão global da situação da população do país, serão analisadas a evolução da população e sua distribuição regional, as taxas anuais de crescimento e a participação de cada região na população total, bem como a taxa de urbanização do país. Posteriormente, se analisa a evolução do padrão etário entre os dois últimos censos, ilustrando com suas respectivas pirâmides etárias. Será incorporada à análise, a evolução das taxas de fecundidade. Por último, será feita uma breve análise da evolução dos domicílios e das mudanças nos tipos de domicílios com base nos últimos dois Censos Demográficos.

9

1. População

Conforme o Censo de 2022, a população brasileira atingiu 203,1 milhões de pessoas, um aumento de 6,45% em relação ao Censo de 2010, que havia contabilizado 190,7 milhões de pessoas. Em números absolutos, significou um acréscimo de 12,2 milhões de habitantes e a taxa de crescimento nesses 12 anos foi de 0,53% ao ano, o menor da série histórica dos Censos Demográficos (Bello, 2024). Numa breve retrospectiva, a população brasileira passou por um

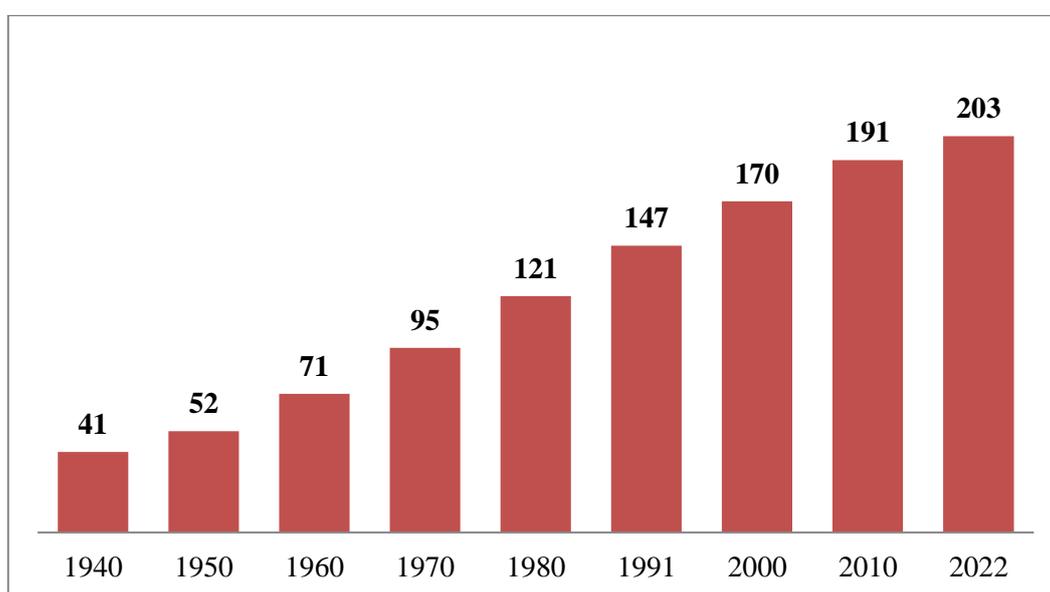
* Professora do Instituto de Economia da UNICAMP. Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT), com apoio do CNPq. Doutorado em Ciências Sociais, área Estudos de População, pela UNICAMP. Atuação em temas como gênero, distribuição de renda e mercado de trabalho. eleone@unicamp.br; eugenia.leone@gmail.com

** Economista pela UNICAMP. Graduação em Administração de Empresas pela FACAMP. Experiência em apoio à docência em nível de graduação e pós-graduação e atualmente é servidora pública administrativa pela UNICAMP. adribeir@unicamp.br

*** Estatístico (UFAM) e mestre em ciências com área de concentração estatística e experimentação agrônoma (ESALQ/USP). Estatístico do Serviço de Estatística da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atuação nas áreas de bioestatística, estudos populacionais e educação. mtavlima@gmail.com

rápido crescimento populacional entre 1940 e 1960: A população que era de 41,2 milhões em 1940 passou para 71 milhões em 1960, devido principalmente ao declínio da mortalidade, pois as taxas de fecundidade ainda permaneciam elevadas (Carvalho e Frias, 1992). A partir de 1960, observa-se um processo de diminuição do ritmo de crescimento da população que se acentua nas décadas seguintes devido ao declínio da fecundidade. Assim, em 1970, a população brasileira foi de 94,5 milhões, em 1980 foi de 121,2 milhões e em 1991 e 2000 foi de 146,9 e 169,6 milhões, respectivamente (Gráfico 1).

Gráfico 1- Evolução da população brasileira (em milhões), nos anos censitários



Fonte: Elaboração do autor com base em dados do IBGE – Censos Demográficos. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102127.pdf>. Acesso em: 29 nov.2024.

Esse comportamento da população brasileira foi, entretanto, bastante diferente nas diversas regiões do país como pode se observar na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição da população brasileira (em milhões) conforme regiões. Brasil, anos censitários.

Região Geográfica	Anos Censitários								
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2022
Brasil	41,2	51,9	71,0	94,5	121,2	146,9	169,6	190,8	203,1
Norte	1,6	2,0	2,9	4,2	6,8	10,3	12,9	15,9	17,4
Nordeste	14,4	18,0	22,4	28,7	35,4	42,5	47,7	53,1	54,7
Sudeste	18,3	22,5	31,1	40,3	52,6	62,7	72,3	80,4	84,8
Sul	5,7	7,8	11,9	16,7	19,4	22,1	25,1	27,4	29,9
C. - Oeste	1,1	1,5	2,7	4,6	7,0	9,4	11,6	14,1	16,3

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do IBGE – Censos Demográficos. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102127.pdf>. Acesso em: 29 nov.2024.

As taxas anuais de crescimento da população permitem uma melhor compreensão da dinâmica populacional nas diferentes regiões (Tabela 2). As regiões Sudeste e Nordeste foram as duas regiões que tiveram a menor taxa de crescimento anual desde o Censo 2010 (0,45% e 0,25%, respectivamente). O Norte, a segunda região menos populosa depois do Centro-Oeste, com 17,4 milhões de habitantes em 2022, representando 8,6% da população do país vinha crescendo, sucessivamente, mais rápido que as demais regiões desde 1970 até 2010. A taxa de crescimento anual foi de 0,77% entre 2010 e 2022, a segunda maior entre as regiões, mas bem inferior àquelas apresentadas desde 1970. Ou seja, a população da região Norte continua aumentando, mas em ritmo menor em relação às décadas anteriores. A taxa de crescimento anual do Norte em 2010 - 2022, só foi menor do que a do Centro-Oeste (1,24%), região que chegou a 16,3 milhões de habitantes, o menor contingente entre as regiões. Isso significa um aumento de 15,9% em 12 anos na região Centro - Oeste. O Sul, com 14,7% dos habitantes do país em 2022, aumentou seu contingente populacional em 9,1% entre 2010 e 2022, alcançando 29,9 milhões de pessoas.

Com base na Tabela 2 pode-se ter também um panorama das décadas anteriores. É possível observar que nas décadas de 40, 50 e 60 as maiores taxas de crescimento anual da população brasileira ocorreram nas regiões Sul e Centro-Oeste. A partir da década de 70, as regiões Norte e Centro-Oeste passam a crescer a taxas mais elevadas do que as outras regiões devido a seu papel de fronteiras em expansão (e que continuam tendo), mas essas regiões como veremos, abrangem um percentual relativamente pequeno da população total do país.

Tabela 2 - Taxas geométricas anuais de crescimento da população (%), conforme regiões e Brasil, anos censitários

Região	Anos Censitários							
	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010	2010-2022
Brasil	2,3	3,2	2,9	2,5	1,8	1,6	1,2	0,5
Norte	2,3	3,6	3,6	4,9	3,8	2,6	2,1	0,8
Nordeste	2,2	2,2	2,5	2,1	1,67	1,3	1,1	0,2
Sudeste	2,1	3,3	2,6	2,7	1,6	1,6	1,1	0,4
Sul	3,2	4,2	3,4	1,5	1,2	1,4	0,9	0,7
C. - Oeste	3,4	5,7	5,6	4,2	2,7	2,4	1,9	1,2

12

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do IBGE – Censos Demográficos.

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102127.pdf>. Acesso em 30 nov. 2024.

De fato, no que se refere à participação das regiões na população do Brasil observa-se que a população Norte e Centro-Oeste apesar de apresentarem taxas de crescimento maiores que as outras regiões pesam muito pouco na população total do país (8,6% e 8,0%, em 2022, respectivamente). A região Sudeste manteve sua participação praticamente constante, com aproximadamente 42% da população total, mas continua sendo a região mais populosa do país. Constata-se também que a região Nordeste tem diminuído de forma sustentada sua participação na população total do país e a região Sul, depois de apresentar acréscimos até os anos 70, passa também a perder população em termos relativos (Tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição da população brasileira (em %) conforme regiões. Brasil, anos censitários

Região Geográfica	Anos Censitários								
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2022
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	3,9	3,9	4,1	4,4	5,6	7,0	7,6	8,3	8,6
Nordeste	35,0	34,6	31,6	30,3	29,2	28,9	28,1	27,8	26,9
Sudeste	44,5	43,4	43,8	42,7	43,4	42,7	42,6	42,1	41,8
Sul	13,9	15,1	16,8	17,7	16,0	15,1	14,8	14,4	14,7
C. - Oeste	2,7	3,0	3,8	4,9	5,8	6,4	6,8	7,4	8,0

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do IBGE – Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102127.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2024.

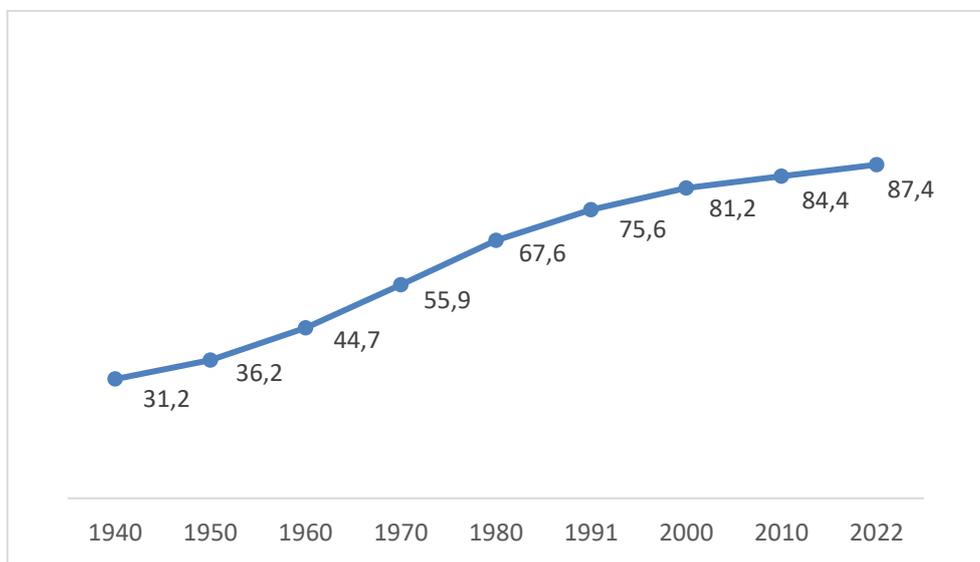
A desaceleração do crescimento populacional do país ocorreu em todas as regiões, embora no Nordeste isto só tenha ocorrido a partir de 1991. As taxas de crescimento do Norte e Centro-Oeste continuam maiores do que das outras regiões, mas a alteração na distribuição da população brasileira entre as grandes regiões teve modificação relativamente pequena de 2010 a 2022. O Sudeste e Sul praticamente mantiveram sua participação na população brasileira (por volta de 42% no Sudeste e 14,7% no Sul), a população do Nordeste diminuiu de cerca de 28% para 27%, enquanto a do Norte aumentou de cerca de 8,3% para 8,6% e a do Centro-Oeste de 7,4% para 8,0%. Ou seja, os ganhos percentuais de população do Norte e do Centro-Oeste correspondem à perda percentual da população do Nordeste.

A população urbana nas décadas anteriormente analisadas cresceu mais do que a das áreas rurais. O crescimento da população deveu-se, sobretudo, ao crescimento da população urbana, especialmente nas áreas metropolitanas. Nessas transformações, os movimentos migratórios também tiveram um papel importante ao contribuir no acelerado processo de urbanização e concentração da população em determinadas localidades e regiões metropolitanas, destacando-se a região Sudeste, principalmente a Região Metropolitana de São Paulo. Conforme Faria e Martine (1986) nos anos 70, o crescimento das dez maiores cidades brasileiras representou 43% do aumento total da população do país e as áreas rurais apresentaram um decréscimo absoluto e relativo de população. A população rural brasileira passou de 41 milhões em 1970 para 38

milhões em 1980. Entre 1950 e 1980, aproximadamente 35 milhões de pessoas trocaram o campo pela cidade (Martine, 1987).

As áreas rurais têm apresentado taxas negativas de crescimento populacional. A taxa de urbanização, que é a proporção da população urbana com relação à população total, é um importante indicador desse fenômeno. Nos anos 60, o Brasil ainda era um país com a maioria da população residindo nas áreas rurais, com atividade principal nas tarefas agrícolas. Em 1980, 67,6% da população já residiam em cidades. Entre 1991 e 2010 houve um acréscimo de 49,9 milhões de habitantes urbanos, o que se reflete na elevada taxa de urbanização do país (84,4%). Já a população rural teve, nesse mesmo período, um decréscimo de 6 milhões de habitantes. Entre os últimos censos demográficos (2010 e 2022) a população urbana passou de 160,9 milhões para 177,5 milhões, ou seja, um aumento de 16,6 milhões em 12 anos e a população rural continuou a diminuir passando de 29,8 milhões para 25,6 milhões, ou seja, um decréscimo de 4,2 milhões. Em 2022 a taxa de urbanização foi de 87,4%. O gráfico 2, ilustra o rápido processo de urbanização do país.

Gráfico 2 – Taxas de urbanização, Brasil – 1940 a 2022



Fonte Elaboração do autor com base em dados do IBGE – Anuário Estatístico do Brasil 1993. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1993.pdf. Acesso em 30 nov. 2024.

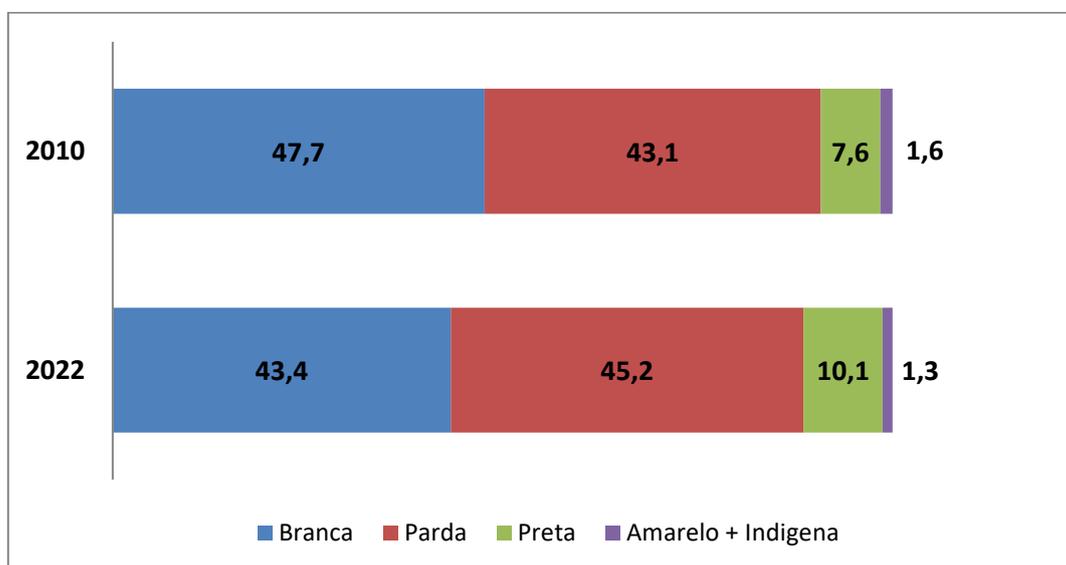
Conforme Alves (2024), o processo de urbanização do país foi acompanhado de avanços econômicos e sociais. O autor destaca, entre outros, a queda da taxa de mortalidade infantil de 157 por mil em 1950 para 12,3 por mil em 2022, o aumento da expectativa de vida que passou

de 48,5 anos em 1950 para 75 anos em 2022 e a taxa de fecundidade que como será observado mais adiante, caiu de 6,1 filhos por mulher em 1950 para 1,6 filhos por mulher em 2022.

Nesse contexto de mudanças da população, os indicadores demográficos permitem estimar os grupos populacionais que demandarão bens e serviços das instituições públicas (ou privadas) e que constituirão, num futuro próximo, alvos de políticas sociais. Neste sentido é importante levar em conta a distribuição da população segundo a cor das pessoas.

Conforme o Gráfico 3, em 2022, a população brasileira que se declarou branca foi de 43,4%, 4,3 pontos percentuais a menos de que em 2010. Isto equivale a 88,2 milhões de pessoas. Já a população que se declarou parda aumentou de 43,1% para 45,2%, um acréscimo de 2,1 pontos percentuais. Em 2022 a população parda foi de 92,1 milhões de pessoas, ou seja, 3,9 milhões a mais de pardos do que brancos (Belandi; Gomes, 2023). A população que se declarou preta aumentou de 7,6% para 10,1%. Em 2022 a população preta era de 20,6 milhões de pessoas. Os amarelos e indígenas de forma conjunta constituíam em 2022 somente 1,3 % da população residente no Brasil

Gráfico 3 - Proporção da população residente no Brasil, segundo cor ou raça (%)



Fonte: Elaboração do autor com base em dados do IBGE – Censo Demográfico 2022.

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102127.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2024.

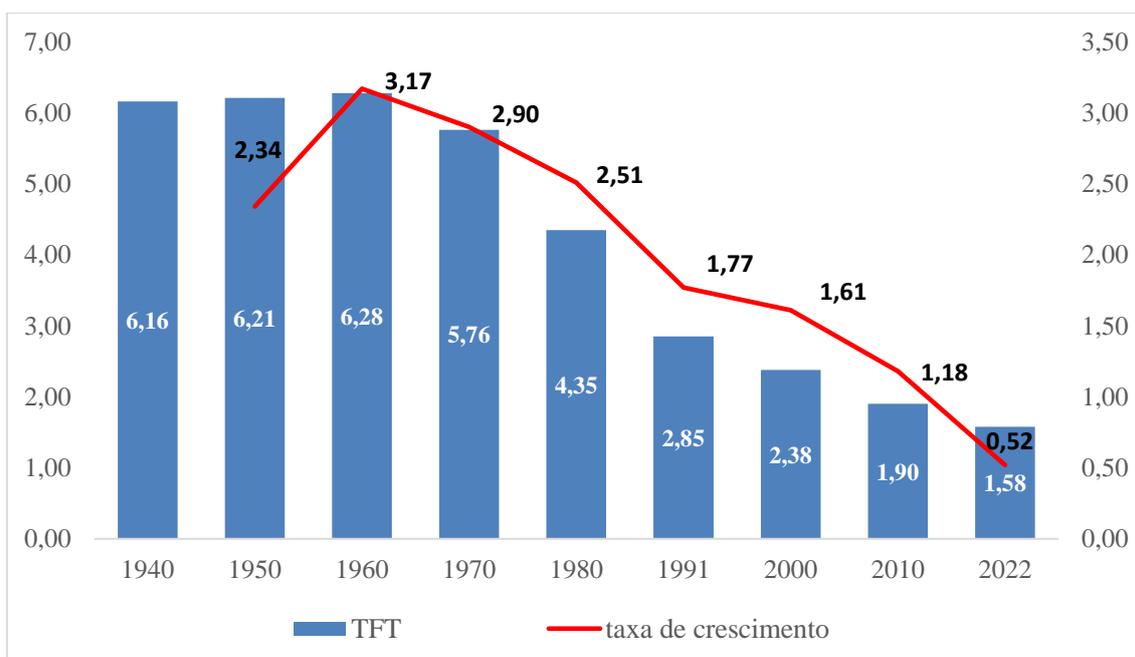
Conforme Leonardo Athias, analista do IBGE, as causas das mudanças na distribuição percentual da população por categorias de cor ou raça são múltiplas e podem ser além de demográficas dificuldades de identificação, entre outras (Brasil, 2023).

As pessoas, conforme sua cor ou raça, enfrentam diferentes dificuldades e as necessidades de apoio público são maiores nos casos das pessoas pretas e pardas.

2. Estrutura etária

A população brasileira tem experimentado profundas mudanças em seu crescimento e estrutura etária. O declínio da fecundidade vem repercutindo na população que cresce a um ritmo menor e, conseqüentemente, diminui a proporção de crianças enquanto ocorre um aumento da proporção de pessoas adultas e idosas, o que leva a um processo progressivo de envelhecimento da população. Esse processo, entretanto, não é homogêneo entre regiões ou municípios nem entre grupos sociais e étnicos e, além disso, deve-se salientar que os grupos de idade não crescem ao mesmo ritmo.

A população brasileira vem apresentando quedas nas taxas de fecundidade a nível nacional. Seguindo uma tendência mundial, a taxa de fecundidade no Brasil está em constante declínio. Assim, o país apresentou em 2022, valores bastante reduzidos na taxa de fecundidade, inferior inclusive ao nível de reposição (2,1 filhos por mulher) o que significa que os nascimentos estão abaixo da média necessária para a reposição da população. Em 1960, a taxa de fecundidade no Brasil foi de 6,2 filhos por mulher e desde então, a redução continuou a ocorrer de forma gradativa. O gráfico 4, a continuação, ilustra a queda da fecundidade a nível nacional nos anos censitários entre 1940 e 2022 e também a correlação entre a taxa de fecundidade e a taxa de crescimento da população



Fonte: Elaboração do autor com base em dados do IBGE – Séries Históricas e Estatísticas – População e Demografia. Disponível em: <https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP263&t=> . Acesso em: 30 nov. 2024.

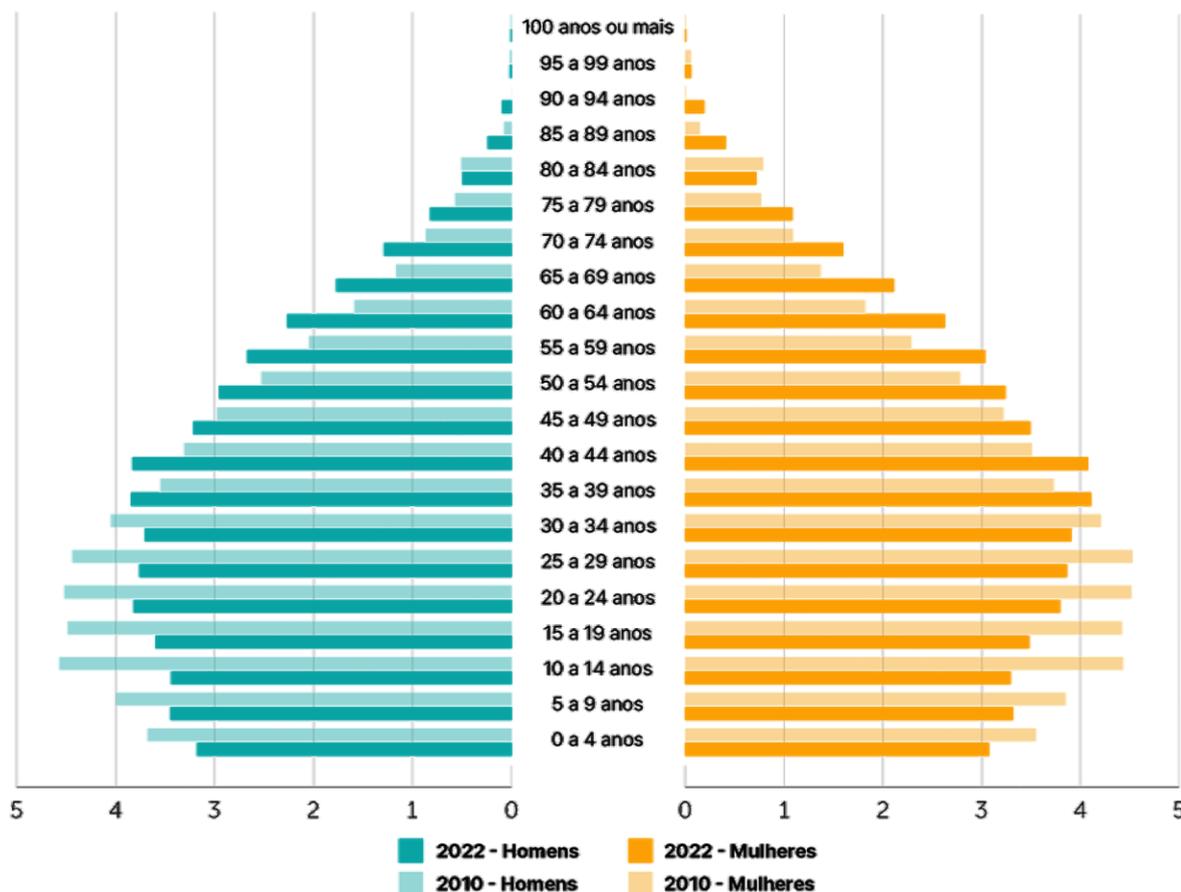
Conforme o IBGE, entre as regiões brasileiras, as que apresentaram maior redução no número de nascimentos foram as do Nordeste e a Norte. Entre os estados, em 2022, a taxa mais alta foi de Roraima (2,26) e a mais baixa, do Rio de Janeiro (1,39). Um aspecto importante a destacar é que a idade média em que as mulheres tinham filhos era de 25,3 anos em 2010 e passou para 27,7 anos em 2022 (Bello, 2024)

A redução do crescimento da população altera a estrutura etária. Conforme os dados do Censo de 2022 a população com 65 anos e mais cresceu 57,4% entre 2010 e 2022 passando de 7,4% para 10,9%. A população de 15 a 64 anos que representava 68,5% da população em 2010 passou a representar 69,3% em 2022 e a proporção de crianças com até 14 anos caiu de 24,1% em 2010 para 19,8% em 2022. Essas mudanças na estrutura etária levaram a que a idade mediana da população aumentasse de 29 anos em 2010 para 35 anos em 2022 (IBGE, 2024).

A distribuição por idade e sexo da população que pode ser ilustrada pelos gráficos das pirâmides etárias permite visualizar as mudanças na população e mostrar diferenças entre os censos. Assim, por exemplo, se a pirâmide é de base larga e ápice estreito trata-se de uma população jovem, o contrário indica uma população idosa. Como a estrutura etária da população é influenciada pelas taxas de fecundidade, tem-se que se a fecundidade se reduz nascem menos crianças e a base da pirâmide vai se estreitando, chegando inclusive a mudar de formato

deixando de se assemelhar a uma pirâmide. O gráfico 5 ilustra as mudanças no formato das pirâmides etárias do Brasil entre os anos de 2010 e 2022.

Gráfico 5 – População residente no Brasil (%) – segundo sexo e grupos de idade, em 2010 e 2022



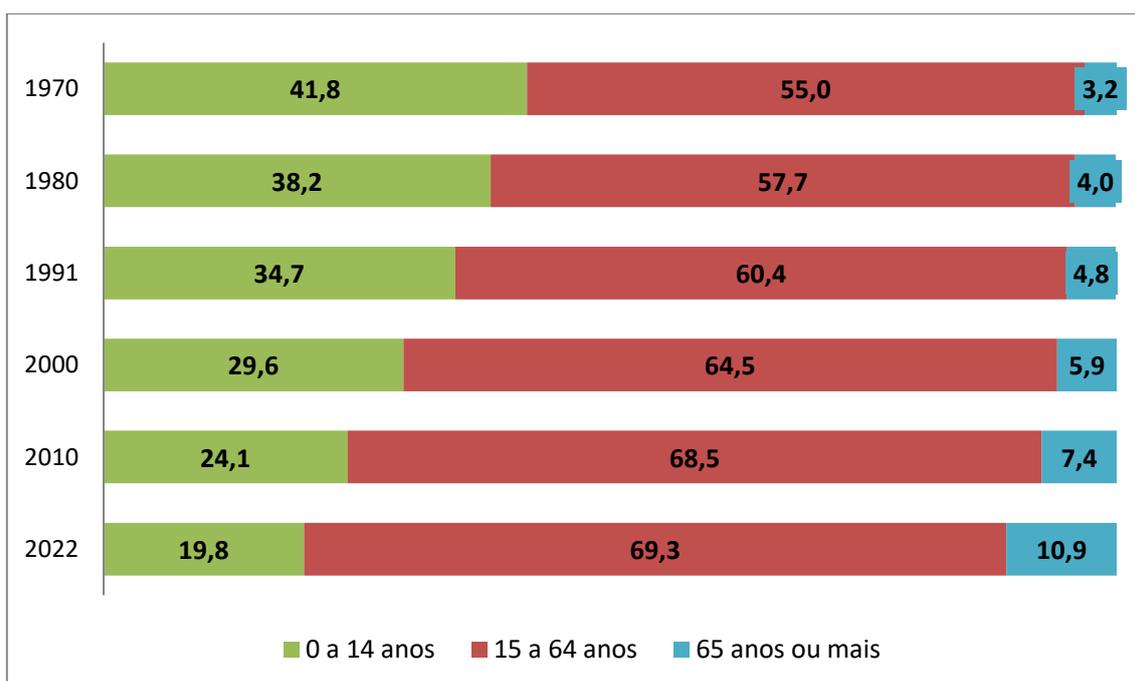
18

Fonte: Educa IBGE – Conheça o Brasil Pirâmide Etária. Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>. Acesso em 30 nov. 2024.

Observa-se na figura anterior que as pirâmides etárias de 2010 e 2022 são diferentes. A de 2010 é mais larga nas faixas etárias mais próximas da base da pirâmide, isto é nas faixas etárias de 0 a 4, 5 a 9, 10 a 14, 15 a 19, 20 a 24, 25 a 29 e 30 a 34 anos e vai se estreitando na medida em que se consideram faixas maiores de idade. A pirâmide de 2022 mostra claramente um estreitamento na base refletindo a continuidade da redução da fecundidade da década anterior. A parte mais larga da pirâmide nas faixas de 30-34 e 35-39 e 40-44 reflete a alta fecundidade de 30 anos atrás e mostra o processo de envelhecimento da população.

A queda da fecundidade nacional tem sido responsável pelas importantes mudanças na estrutura etária da população brasileira. A queda da fecundidade vem ocorrendo progressivamente desde 1970. Inicialmente diminuiu a fração da população jovem e ampliou-se principalmente a parcela de adultos, resultando num aumento da idade média da população e configurando, assim, o processo de envelhecimento da população brasileira. A peculiaridade do período intercensitário 2010 – 2022 é que o aumento da participação da população de 15 a 64 anos praticamente estaciona e o aumento da população de 65 anos e mais acelera. Essas mudanças na estrutura etária da população, principalmente entre os censos demográficos de 2010 e 2022 têm implicações importantes sobre os indicadores sociais nas áreas de educação de crianças, de um lado, e assistência a idosos e Previdência Social, de outro. O gráfico 6, a continuação, ilustra o comportamento da população brasileira para os grupos etários de 0 a 14 anos, de 15 a 64 anos e 65 e mais para as últimas 6 décadas.

Gráfico 6 - Proporção da população residente no Brasil, segundo grupos de idade (%)



Fonte: Elaboração do autor com base em dados do IBGE – Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102127.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2024.

A população de 0 a 14 anos que representava 41,8% da população total em 1970 passa a representar 19,8% em 2022, enquanto que a de 60 anos e mais que representava 3,2% em 1970 passou a representar 10,9% em 2022. Essa tendência ao envelhecimento da população sinaliza

novas prioridades em termos de políticas públicas, especialmente no que se refere ao atendimento a população idosa.

3. Domicílios

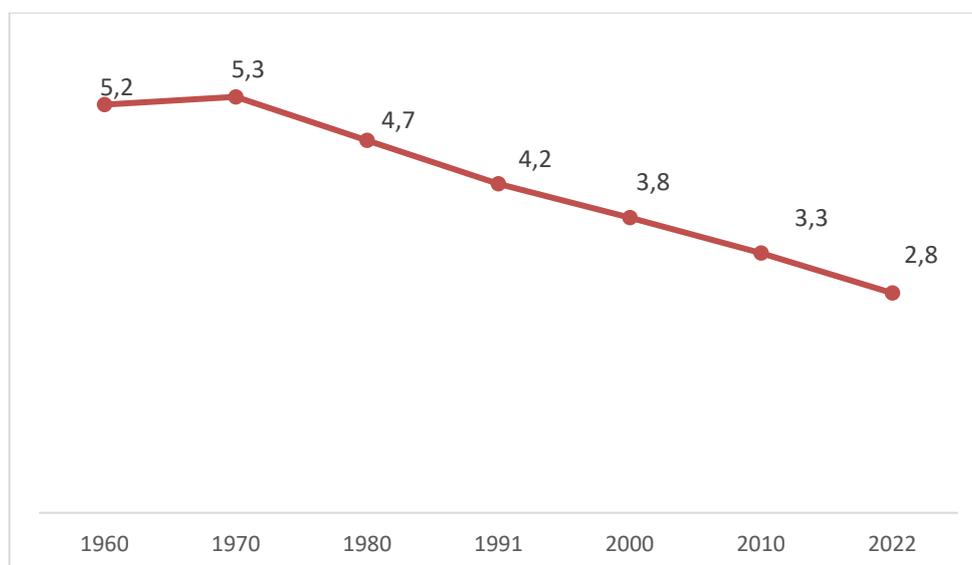
O número de domicílios no Brasil continuou aumentando intensamente entre 2010 e 2022, bem mais do que o crescimento da população (Tabela 4). O tamanho médio dos domicílios diminuiu, portanto, de 3,3 para 2,8 pessoas. A queda do número médio de moradores por domicílio vem ocorrendo desde 1970 quando o tamanho médio dos domicílios foi de 5,3 pessoas (Gráfico 7).

Tabela 4 - Número de domicílios e população no Brasil em 2020 e 2022

Anos	Domicílios	População	Tamanho do domicílio
2010	57.324.167	189.790.211	3,3
2022	72.446.745	202.066.275	2,8
Taxa crescimento anual	1,97	0,52	-

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do IBGE – Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102127.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2024.

Gráfico 7 - Número de Moradores por domicílio. Brasil, 1960 a 2022



Fonte: Elaboração do autor com base em dados do IBGE – Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102127.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2024.

A proporção de domicílios com apenas uma pessoa aumentou de 12,2% para 18,0% entre 2010 e 2022 e também houve aumento na proporção de domicílios com duas pessoas de 23,3% para 28,7%. Assim, em 2022, 47,6% dos domicílios tem no máximo duas pessoas e essa proporção era de 34,5% em 2010. Em contrapartida, a proporção de domicílios com quatro ou mais pessoas diminuiu de 40,7% para 27,6% entre esses dois anos (Tabela 5).

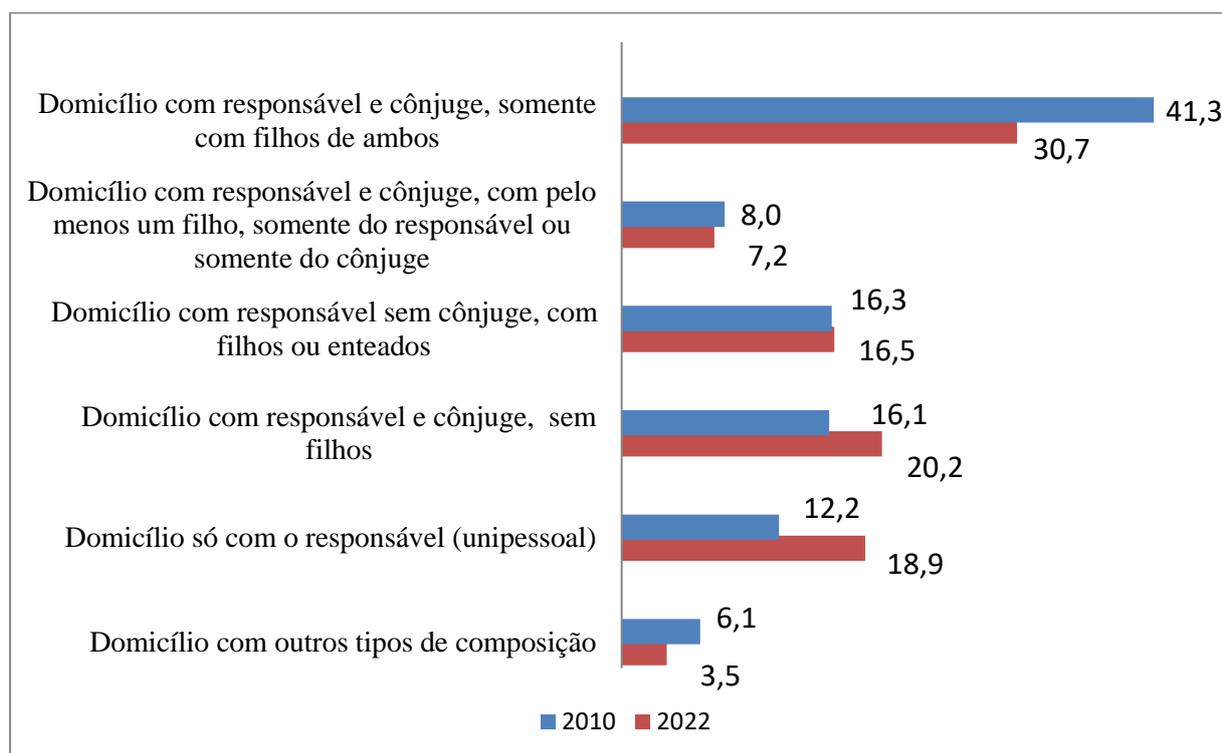
Tabela 5 - Número de moradores nos domicílios particulares permanentes. Brasil 2010 e 2022

Ano	Número de moradores						Total
	1	2	3	4	5	6 ou +	
2010	12,2	22,3	24,8	21,2	10,7	8,8	100,0
2022	18,9	28,7	24,7	16,9	6,7	4,0	100,0

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do IBGE – Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102127.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2024.

Essa modificação na distribuição do número de moradores pelo tamanho dos domicílios reflete uma profunda alteração nos tipos de domicílios (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Distribuição das unidades domésticas (%)



Fonte: Elaboração do autor com base em dados do IBGE – Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102127.pdf>. Acesso em: 30 nov.2024.

22

Os domicílios unipessoais aumentaram sua participação no total de domicílios de 12,2% para 18,9%. Os domicílios com responsável e cônjuge sem filho aumentaram de 16,1% para 20,2%. Lembrando que os domicílios com duas pessoas passaram de 22,3% para 28,7% se conclui que os domicílios com duas pessoas, mas que não são o casal sem filhos passaram de 6,2% para 8,5%. A redução dos domicílios com quatro ou mais pessoas se deve aos domicílios com responsável e cônjuge somente com filhos de ambos que passaram de 41,3% para 30,7% entre 2010 e 2020.

Conclusão

Os censos demográficos de 2010 e 2022 indicam que continuou a diminuir o crescimento da população. A taxa de fecundidade chegou a um nível tão baixo que não é capaz de repor a

população. As mudanças na distribuição da população por grandes regiões praticamente estabilizou, com ligeiro declínio na participação do Nordeste e pequeno aumento das regiões Norte e Centro-Oeste.

Com a continuidade do declínio do ritmo de crescimento da população prosseguiram as mudanças na estrutura etária com o agravante de que entre 2010 e 2022 arrefeceu o aumento da participação da população adulta de 14 a 64 anos e acelerou a participação da população idosa com 65 anos ou mais.

Essas alterações na estrutura etária ocorrem com intensa modificação da distribuição dos domicílios segundo o número de moradores. A participação dos domicílios com uma ou duas pessoas chegou a quase metade do número total de domicílios e corresponde ao aumento da proporção de domicílios unipessoais ou o de casal sem filhos e outros arranjos domiciliares com somente duas pessoas.

Essas mudanças na população brasileira têm significativas implicações em termos das necessidades de políticas públicas, não somente devido ao envelhecimento da população, mas também às mudanças dos tipos de domicílios que caracterizam a população.

Referências Bibliográficas

ALVEZ, J. E.D. Desafios e oportunidades de um Brasil cada vez mais urbano. **Eco Debate**, 18 nov. 2024. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2024/11/18/desafios-e-oportunidades-de-um-brasil-cada-vez-mais-urbano/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

BELANDI, C.; GOMES, I. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, maior parte da população do Brasil se declara parda. **Agência de Notícias IBGE**. 22 dez. 2023. Disponível em:

[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Popula%C3%A7%C3%A3o%20amarela%20tem%20a%20idade,ind%C3%ADgena%20\(35%2C6\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Popula%C3%A7%C3%A3o%20amarela%20tem%20a%20idade,ind%C3%ADgena%20(35%2C6).). Acesso em: 30 nov. 2024.

BELLO, L. Projeção da população: População do país vai parar de crescer em 2041. **Agência de Notícias IBGE**. Estatísticas Sociais. 22 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41056-populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041>. Acesso em: 30 nov. 2024.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Pardos são maioria da população brasileira pela primeira vez, indica IBGE:** [BRASÍLIA]: Número de brasileiros que se declaram pardos (45,3%) supera o de brancos (43,5%). População preta também subiu e responde por 10,2% do total. [S.I]: Secretaria de Comunicação Social, 22 dez. 2023. Atualizado em 26 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/12/pardos-sao-maioria-da-populacao-brasileira-pela-primeira-vez-indica-ibge#:~:text=%E2%80%9CDesde%20o%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%20de,fatores%20que%20explicam%20essas%20varia%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 30 nov. 2024

CARVALHO, J. A. M.; FRIAS, L.A. de M. Fecundidade das regiões brasileiras a partir de 1903: uma tentativa de reconstrução do passado através das gerações. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 8, Caxambu, MG, 1992. **Anais...ABEP**, 1992.

IBGE. **Censo Demográfico 2022:** Composição domiciliar e óbitos informados, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102127.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2024

IBGE. Censo Demográfico 1950/2022. Até 1991. **Anuário Estatístico do Brasil 1993**. Rio de Janeiro, v. 53, 1993. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1993.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024

IBGE. Conheça o Brasil – População: Pirâmide Etária. **Educa IBGE**. Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>. Acesso em: 30 nov.2024.

IBGE. Séries Históricas e Estatísticas: População e Demografia. Taxa de Fecundidade Total. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP263&t=>. Acesso em: 30 nov. 2024

MARTINE, G. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 1987

MARTINE, G; FARIA, V.E. **Contexto social da política e da pesquisa em população no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 3, nº 1, 1986. Disponível em: <https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/610>. Acesso em: 30 nov. 2024

Contextos 2010 - 2022 – Economia e Mercado de trabalho: Renda domiciliar e condição de atividade de homens e mulheres

Eugenia Leone*

O objetivo geral deste artigo é comparar a situação socioeconômica do país em 2010 e 2022, anos dos Censos Demográficos, com a finalidade de fornecer subsídios para uma análise posterior maior a ser realizada quando os dados do Censo Demográfico de 2022 forem divulgados pelo IBGE. Para este artigo, em particular, interessa, em primeiro lugar, entender quais foram os contextos econômico e de mercado de trabalho no período compreendido entre os censos e, em segundo lugar, fazer uma análise comparativa da situação de homens e mulheres no mercado de trabalho.

Dessa forma, o primeiro item proporciona elementos para entender os contextos econômicos e de mercado de trabalho em 2010 e 2022. Com essa finalidade, distinguiram-se cinco subperíodos com base no desempenho da economia. O segundo item descreve de forma comparativa as mudanças na condição de atividade de homens e de mulheres nesses cinco subperíodos desde uma perspectiva de gênero. A principal referência de informações é a publicação do IBGE Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2023 e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios - PNADC de 2012 a 2022.

26

1. Contexto Econômico e de Mercado de Trabalho: 2010 – 2022

O objetivo deste texto é descrever sucintamente o cenário econômico e de mercado de trabalho observados em 2012-2022 utilizando como referência principal a publicação do IBGE - Síntese de Indicadores Sociais de 2023 que tem por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC).

O entendimento das diferenças nas situações da economia brasileira e do mercado de trabalho nos dois anos em que foram realizados os Censos Demográficos precisa levar em conta, o que ocorreu com a economia e o mercado de trabalho entre esses dois anos. Para caracterizar esses

* Professora do Instituto de Economia da UNICAMP. Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT), com apoio do CNPq. Doutorado em Ciências Sociais, área Estudos de População, pela UNICAMP. Atuação em temas como gênero, distribuição de renda e mercado de trabalho. eleone@unicamp.br; eugenia.leone@gmail.com

acontecimentos é possível distinguir cinco subperíodos¹, a partir do desempenho da economia, com base na evolução do Produto Interno Bruto (PIB) (Tabela 1).

Tabela 1 - Periodização com base no crescimento anual do PIB*

Datas	Subperíodos	Taxa de crescimento anual do PIB %
2003-2010	Crescimento	4,5
2010-2014	Desaceleração	2,3
2014-2016	Recessão	-3,4
2016-2019	Estagnação	1,4
2019-2020	Isolamento Social	-3,3
2020-2022	Pós isolamento	3,9
2003-2022	Total do período	2,2

* Produto interno bruto (PIB) a preços de mercado (preços 2010)

Fonte: Elaboração do autor com base em dados dos Indicadores IPEA IPEADATA – Produto Interno Bruto (PIB) - consumo final:(preços 2010). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> . Acesso em 10 dez. 2024.

27

O primeiro subperíodo de 2010 a 2014 se caracteriza pela desaceleração do crescimento anual do PIB refletindo o impacto da crise financeira mundial de 2007-2008 sobre o desempenho da economia brasileira. Desde a abertura econômica e financeira do país dos anos 1990 o desempenho da economia brasileira tornou-se muito dependente da situação econômica e financeira internacional e a crise de 2007-2008 alterou profundamente as perspectivas de desempenho da economia no Brasil. O esforço do governo brasileiro para alterar a estruturação da economia e torná-la menos dependente da situação econômica e financeira internacional não teve o resultado esperado e o crescimento do PIB desacelerou, com um ritmo médio anual em 2010-2014 igual à metade do observado em 2003-2010.

Em 2014 o crescimento do PIB foi praticamente nulo e nos dois anos seguintes o PIB diminuiu significativamente. Assim, o segundo subperíodo 2014-2016 caracteriza-se pela recessão agravada pelas incertezas decorrentes da crise política, em consequência do questionamento da eleição de 2014 e o subsequente processo de impeachment pelo Congresso Nacional à presidenta reeleita. As dificuldades da situação econômica financeira internacional e o aumento

¹ Para analisar cada um desses subperíodos, compara-se o último ano de cada subperíodo com o ano anterior ao início do subperíodo. Por exemplo, para ver o que ocorreu em 2014-2016, compara-se o ano 2016 com 2013.

da incerteza decorrente da crise política se traduziram na dificuldade de retomada da atividade econômica a partir de 2017.

O terceiro subperíodo 2016-2019 é caracterizado pelo modesto crescimento anual do PIB a partir de um nível, em 2016, muito menor do que o de 2014. Assim, o PIB de 2019 é ainda significativamente menor que o de 2014 indicando a fraca recuperação da atividade econômica.

O isolamento social para evitar um maior contágio pelo vírus da COVID 19 enquanto era providenciada uma vacina provocou expressiva redução do PIB em 2020. O quarto subperíodo foi de apenas um ano, o de 2020. O relaxamento do isolamento social, com a vacinação, reativou a economia e nos dois anos seguintes o PIB cresceu significativamente. A intensidade da retomada da atividade econômica no quinto subperíodo após o afastamento social foi bem mais intensa do que a observada no terceiro subperíodo de 2017 a 2019.

Os cinco subperíodos acima descritos podem ser reduzidos a três, reunindo a recessão e a recuperação 2014-2019 e o isolamento e pós-isolamento social 2019-2022. É preciso explicitar o ano 2012 porque a PNADC não cobre os anos de 2010 e 2011. A tabela 2 mostra a evolução do PIB nos três subperíodos.

Tabela 2 - Evolução do PIB. Brasil, 2010 – 2022

Anos	PIB	Variação %	Períodos
2010	100,0	-	-
2012	104,0	4,0	2010-2012
2014	109,7	5,5	2012-2014
2019	106,8	-2,6	2014-2019
2022	111,5	4,4	2019-2022

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da Síntese de Indicadores Sociais. Estudos & Pesquisas 53. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052>. Acesso em 10 dez. 2024.

O PIB de 2014 foi 9,7% maior que o de 2010, apesar da desaceleração do crescimento da economia. Como a PNADC começa no ano de 2012 nossa referência inicial é o PIB de 2012 que é 4% maior que o de 2010. A comparação da evolução do PIB nos três novos subperíodos destaca que a recuperação do PIB pós-pandemia foi mais intensa do que a recuperação pós-recessão (2015 e 2016). O PIB de 2019 é ainda 2,6% menor do que o de 2014, enquanto o PIB de 2022 é 4,4% maior que o de 2019.

Essa diferença das duas recuperações pode estar relacionada ao fato de que a recuperação 2017-2019 foi com crise política e muita austeridade fiscal que prejudicou os programas sociais, enquanto a recuperação pós-pandemia ocorreu com relaxamento fiscal e uso pelo ex presidente Bolsonaro do Auxílio de Renda na campanha eleitoral de 2022.

A importância desses auxílios de renda para o desempenho do PIB pode ser vista analisando a evolução da renda domiciliar per capita (Tabela 3).

Tabela 3 - Renda domiciliar per capita média das pessoas e Índice de Gini da renda domiciliar per capita. Brasil, 2012, 2014, 2019 e 2022

Anos	R\$	Índice	Gini	Renda domiciliar per capita	
				Período	variação %
2012	1.555	100,0	0,540	-	-
2014	1.652	106,2	0,526	2012 – 2014	6,2
2019	1.668	107,8	0,544	2014 – 2019	1,0
2022	1.586	102,0	0,518	2019 – 2022	-4,9

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da Síntese de Indicadores Sociais. Estudos & Pesquisas 53. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052>. Acesso em 10 dez. 2024.

A renda domiciliar per capita de 2022 ainda é 4,9% menor do que a de 2019, mas a desigualdade das rendas per capita, medida pelo Gini em 2022 é menor do que em 2019. Já a renda domiciliar per capita de 2019 é 1% maior que a de 2014, mas a desigualdade das rendas per capita é bastante maior. Comparando 2019 com 2012 a renda domiciliar per capita é 7,8% maior e o Gini é ligeiramente maior. O contraste do que ocorre com a renda domiciliar per capita e o índice de Gini nos períodos 2012-2014 e 2014-2019 é marcante. Em 2012-2014 um aumento mais expressivo da renda domiciliar per capita ocorre com diminuição importante do índice de Gini, enquanto em 2014-2019 o aumento da renda domiciliar per capita é relativamente pequeno e o aumento do índice de Gini é expressivo. É possível que as rendas domiciliares per capita mais baixas sejam maiores em 2022 do que em 2019. A Síntese de Indicadores dá alguma indicação nesse sentido. Em primeiro lugar a Tabela 4 mostra a distribuição da população por faixas de renda domiciliar per capita expressadas em múltiplos do salário mínimo em 2022.

Tabela 4 - População por faixas de renda domiciliar per capita em salários mínimos (s.m.), Brasil, 2022

Faixas de renda	População (%)
Até 1/4 s. m.	10,8
Mais de 1/4 a 1/2 s. m.	18,8
Mais de 1/2 a 3 s. m.	62,3
Mais de 3 s. m.	8,1
Total	100,0

Nota: Salário mínimo de referência R. 1.212,00

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da Síntese de Indicadores Sociais. Estudos & Pesquisas 53. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052>. Acesso em 10 dez. 2024.

Podemos com base nessa tabela agrupar os décimos da distribuição da renda domiciliar per capita da seguinte forma:

1. O décimo de população com renda domiciliar per capita mais baixa tem renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ SM de 2022
2. A soma dos dois décimos de população seguintes tem renda domiciliar per capita de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ SM.
3. Essas duas agrupações dos décimos incluem a população de baixa renda. Ou seja, 29,6% (cerca de 30%) das pessoas tem domicílio com renda per capita muito baixa, inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo.
4. A população de renda alta tem domicílio com renda per capita superior a 3 SM e em 2022 são 8,1% da população (cerca de 10% da população que pertence a domicílios de maior renda).
5. Por último, 62,3% da população brasileira são de domicílios que não são nem de baixa renda nem de alta renda (cerca de 60%).

Usamos então a seguinte estratificação da população segundo a renda per capita do domicílio: 10% de menor renda, 20% seguinte, 60% e 10% de maior renda (Tabela 5). Para simplificar comparamos a proporção de renda domiciliar total apropriada por cada estrato de renda em 2012, 2019 e 2022. Ou seja, optamos por destacar o ano de 2019, em vez de comparar diretamente os anos 2012 e 2022 pela intensidade da recuperação da economia pós isolamento social.

Tabela 5 - Proporção da renda total apropriada por cada estrato de renda. Brasil 2012, 2019 e 2022

Estratos de renda	% da renda total apropriada por cada estrato		
	2012	2019	2022
10 ⁻	1,0	0,8	1,0
20	5,4	5,2	5,8
60	50,8	51,2	52,5
10 ⁺	42,8	42,8	40,7
Total	100,0	100,0	100,0

Nota: 10⁻ refere-se à 10% dos domicílios mais pobres; 20 à 20% dos domicílios seguintes aos 10% mais pobres; 60 à 60% dos domicílios mais ricos abaixo dos 10% mais ricos e 10⁺ aos 10% mais ricos.

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da Síntese de Indicadores Sociais. Estudos & Pesquisas 53. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052>. Acesso em 10 dez. 2024.

A pequena diferença no índice de Gini entre 2012 e 2019 está relacionada com a menor proporção da renda acumulada pelos dois estratos de renda inferior em 2019 e com a maior proporção de renda acumulada pelo estrato que não é nem de baixa renda nem de alta renda. A proporção de renda apropriada pelo estrato de renda superior é a mesma em 2012 e 2019.

A intensa redução do Gini de 2019 para 2022 ocorre por causa da redução da proporção de renda apropriada pelos 10% mais ricos, tendo aumentado a proporção de renda apropriada pelos dois estratos de renda baixa e pelo estrato que não tem nem baixa e nem alta renda. A Tabela 6 mostra a evolução da renda domiciliar per capita dos estratos de renda entre 2012, 2019 e 2022.

Tabela 6- Renda domiciliar per capita média por estratos de renda. Brasil, 2012, 2019 e 2022

Estratos de renda	Renda domiciliar per capita dos estratos			Variação %		
	2012	2019	2022	2012-2019	2019-2022	2012-2022
10 ⁻	150	132	163	-12,0	23,5	8,7
20	419	435	463	3,8	6,4	10,5
60	1.318	1.423	1.387	8,0	-2,5	5,2
10 ⁺	6.653	7.137	6.448	7,3	-9,7	-3,1
Total	1.555	1.668	1.586	7,3	-4,9	2,0

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da Síntese de Indicadores Sociais. Estudos & Pesquisas 53. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052>. Acesso em: 10 dez. 2024

O ligeiro aumento do Gini entre 2012 e 2019 tem a ver com a queda da renda domiciliar per capita do estrato de menor renda e com o pequeno aumento do estrato seguinte e um aumento muito maior dos dois outros estratos.

A expressiva redução do Gini entre 2019 e 2022 está relacionada ao aumento da renda per capita dos dois estratos de baixa renda, tendo diminuído a renda per capita dos outros dois estratos, diminuição que foi mais expressiva no estrato de alta renda. Em consequência, a renda per capita geral diminuiu e o índice de Gini teve expressiva redução.

Uma hipótese é que esse aumento de renda dos 30% da população de domicílios de menor renda foi importante para o aumento do consumo e do PIB na recuperação pós-pandemia.

A Tabela 7 contém informações que apontam no sentido de que esse aumento de renda dos domicílios dos estratos de menor renda é consequência do aumento dos benefícios da política social e não das implicações da retomada da atividade econômica sobre o mercado de trabalho. A composição das fontes de renda dos domicílios com renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo se modifica entre 2012 e 2022, principalmente entre 2019 e 2022. A participação da renda do trabalho na renda total dos domicílios com renda per capita até $\frac{1}{4}$ salário mínimo diminuiu e a dos benefícios dos programas sociais aumentou. A composição das fontes de renda dos domicílios com renda per capita de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo modificou-se na mesma direção, embora em intensidade menor.

Tabela 7 - Distribuição da renda domiciliar (%) segundo fontes de rendimento e classes de rendimento domiciliar em Salários Mínimos

Fontes de renda	até 1/4 SM			de 1/4 a 1/2 SM			Total		
	2012	2019	2022	2012	2019	2022	2012	2019	2022
Trabalho	62,2	58,3	45,6	72,7	73,6	66,4	75,7	74,4	74,5
Aposentadorias e pensões	7,6	6,2	5,8	14,7	13,5	13,7	16,5	18,7	18,1
Programa Social	24,3	28,6	44,3	8,2	9,0	17,0	1,6	1,7	3,0
Outra	5,9	6,8	4,3	4,3	4,0	2,9	6,3	5,3	4,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da Síntese de Indicadores Sociais. Estudos & Pesquisas 53. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052>. Acesso em: 10 dez. 2024

A importância dos benefícios dos Programas Sociais para o aumento da proporção de renda apropriada pelos dois estratos de renda inferior, que abrangem cerca de 30% da população brasileira, mostra que esses aumentos de renda representaram mais causa do que consequências

dos efeitos da reativação da economia sobre o mercado de trabalho, através do aumento do consumo. O aumento do consumo foi o principal componente do aumento da demanda efetiva que reativou a economia brasileira após o distanciamento social provocado pela pandemia da COVID 19.

Considerando a população da totalidade dos domicílios brasileiros, as mudanças na composição nas fontes de renda dos domicílios foram muito menores. A importância do trabalho como fonte de renda diminuiu ligeiramente, principalmente entre 2012 e 2019, em consequência do aumento relativo da importância das aposentadorias e pensões. Entre 2019 e 2022 se mantém a participação do trabalho como fonte de renda; e o aumento da importância dos benefícios dos programas sociais é acompanhado do declínio da importância relativa das aposentadorias e pensões e das outras fontes de renda.

As mudanças na composição das fontes de renda domiciliar entre 2019 e 2022, como foi observado na tabela 7, ocorrem em meio a uma renda domiciliar per capita de 2022, 4,9% menor que a de 2019. A manutenção da participação do trabalho como fonte de renda do conjunto dos domicílios indica a importância do mercado de trabalho para essa queda de renda domiciliar per capita entre 2019 e 2022, mesmo que tenha sido maior o papel das aposentadorias e pensões e das outras fontes de renda para essa queda na renda domiciliar per capita.

33

Comparando os anos 2012 e 2022 a participação do trabalho na renda domiciliar diminuiu ligeiramente, bem como a participação de outras fontes de renda tendo aumentado a participação das aposentadorias e pensões e dos benefícios dos programas sociais. A renda domiciliar per capita de 2022, como foi mostrado anteriormente na tabela 6, é somente 2% maior que a de 2012 e as diferenças de renda domiciliar per capita em 2022 é bem menor do que a de 2012 como indica o índice de Gini. A renda média dos 2 estratos de menor renda domiciliar per capita (10% e 20%) aumentou mais do que a renda média do estrato seguinte (60%) e a renda per capita do estrato superior (10%) é menor em 2022 que em 2012. Esses resultados do conjunto do período 2012-2022 são muito marcados pelo que ocorreu com a renda domiciliar per capita depois do distanciamento social invertendo os resultados da comparação entre 2012 e 2019 que foram muito marcados pelo que aconteceu na recessão e recuperação entre 2014-2019².

² Esses resultados mostram que é preciso ter cuidado na interpretação das diferenças de situação socioeconômica da população brasileira na comparação dos censos demográficos de 2010 e 2022.

A política social teve efeito marcante na evolução da renda domiciliar do período 2012-2022, mas também foi importante o que ocorreu no mercado de trabalho, já que o trabalho representa três quartos da renda dos domicílios. No conjunto dos domicílios, o total de pessoas ocupadas em 2022 é 8,1% maior que em 2012, mas a renda média dessas pessoas é 0,7% menor em 2022 do que em 2012 (Tabela 8). Portanto, o total da renda do trabalho dos domicílios em 2022 é 7,3% maior do que em 2012.

Tabela 8. Pessoas ocupadas, renda média do trabalho, renda total das pessoas ocupadas e PIB. Brasil, 2012, 2018 e 2022

	Variações %		
	2012-2018	2018-2022	2012-2022
Pessoas Ocupadas	3,4	4,5	8,1
Renda média do trabalho	4,6	-5,0	-0,7
Renda total das pessoas ocupadas	8,2	-0,7	7,3
PIB	-0,4	5,7	5,3

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da Síntese de Indicadores Sociais. Estudos & Pesquisas 53. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052>. Acesso em: 10 dez. 2024.

O fato de a renda do total de pessoas ocupadas ter sido 7,3% maior em 2022 do que a de 2012 se compara com o PIB de 2022 ter sido 5,3% maior que o de 2012. Ou seja, nesse período de 10 anos, a parcela da renda do trabalho no PIB oscilou, mas em 2022 foi um pouco maior do que em 2012. Esse aumento da parcela de renda do trabalho no PIB deve-se principalmente ao aumento do número de pessoas ocupadas, já que a renda média do trabalho em 2022 é menor que em 2012. O aumento do número de pessoas ocupadas foi mais intenso do que o aumento da população (5,1%), elevando a proporção de pessoas ocupadas no total da população.

A tabela 8 também mostra que a desaceleração do crescimento da economia brasileira desde 2011, a recessão de 2015-2016 e a fraca recuperação da atividade da economia em 2017-2018 fez o PIB de 2018 ser 0,4% menor que o de 2012, mas com um número de pessoas ocupadas 3,4% maior³. Esse maior número de pessoas ocupadas ocorreu com uma renda média do trabalho 4,6% maior. O fato do PIB por pessoa ocupada ter diminuído enquanto a renda média do trabalho aumentou significa que a parcela da renda do trabalho no PIB, em 2018, foi maior que a de 2012. Já o isolamento social devido à pandemia COVID 19 de apenas um ano e a intensa recuperação da atividade da economia após o fim do distanciamento social, permitido pela vacinação da população, fizeram o PIB de 2022 ser 5,7% maior que o de 2018. O aumento

³ Foi necessário fazer a comparação de 2022 com 2018 e não com 2019 porque a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE fornece a informação necessária para 2018 e não para 2019.

do PIB foi maior que o aumento do número de pessoas ocupadas, mas essa elevação do PIB por pessoa ocupada foi acompanhada de renda média do trabalho em 2022, 5% menor do que a de 2018. O fato de ter maior PIB por pessoa ocupada e menor renda média do trabalho significa que a parcela da renda do trabalho no PIB de 2022 foi menor que a de 2018. A queda da parcela da renda do trabalho no PIB em 2018-2022 compensou parcialmente o aumento verificado em 2012-2018, de modo que em 2022 a parcela de renda do trabalho no PIB ainda é maior que a de 2012⁴.

A situação geral do mercado de trabalho em 2022 comparada com 2012 pode ser ilustrada com os indicadores de condição de atividade. Como se observa na Tabela 9, a taxa de atividade de 2022 é menor que a de 2012 enquanto a taxa de desemprego de 2022 é maior que a de 2012. Em consequência, a taxa de ocupação de 2022 é menor que a de 2012. O maior número de pessoas ocupadas em 2022 comparado a 2012 supera o aumento total de população entre esses dois anos, mas é inferior ao aumento da população com 14 anos ou mais de idade. O mercado de trabalho em 2022 absorve uma menor proporção da população com 14 anos e mais de idade do que em 2012. Como já mencionado, a taxa de desemprego é maior, mas também a taxa de atividade é menor. Uma parte dessa menor taxa de atividade se deve a uma proporção maior de força de trabalho potencial que contribui significativamente para explicar porque a taxa de subutilização de força de trabalho em 2022 é maior que em 2012⁵. Assim, a situação do mercado de trabalho em 2022 é mais desfavorável à população do que a de 2012.

Tabela 9 - Indicadores de condição de atividade. Brasil, 2012 e 2022

Indicadores	2012	2022
Taxa de Atividade	62,7	61,9
Taxa de Desemprego	7,4	9,6
Taxa de Ocupação	58,1	56,0
Taxa de Subutilização	18,7	20,9

Subutilizados: Desocupados + Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas + Força de Trabalho Potencial (FTP)

Taxa de subutilização: Subutilizados/ (PEA + FTP)

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da Síntese de Indicadores Sociais. Estudos & Pesquisas 53. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052>. Acesso em: 10 dez. 2024.

⁴ Novamente é necessário ter cautela na interpretação dos dados dos Censos Demográficos de 2010 e 2022.

⁵ A força de trabalho potencial (FTP) é parte da população fora da atividade econômica, porém próxima desta porque as pessoas envolvidas procuram trabalho, mas não estão disponíveis ou não procuram trabalho, mas estão disponíveis para assumir um trabalho.

Outro aspecto importante na análise do mercado de trabalho diz respeito à inserção das pessoas ocupadas em diferentes atividades econômicas. No período de 2012 a 2022 as atividades econômicas mais afetadas que tiveram decréscimo de pessoas ocupadas foram as de Agropecuária, Indústria, Construção e Serviços Domésticos. Essas quatro atividades econômicas foram particularmente afetadas durante a desaceleração da economia e a recessão (2012-2018). Nenhuma dessas quatro atividades econômicas recuperou a participação na ocupação total que tinha em 2012 em 2022. A Agropecuária apenas deixou de diminuir o número de pessoas ocupadas na comparação 2018-2022. Já os Serviços Domésticos tiveram redução de pessoas ocupadas, principalmente entre 2018 e 2022, enquanto na Indústria e Construção o aumento do número de pessoas ocupadas entre 2018 e 2022 foi bem menor do que a queda em 2012-2018, especialmente na Indústria (Tabela 10).

Tabela 10 - Distribuição das pessoas de 14 anos e mais ocupadas no trabalho principal conforme Setores de Atividade Econômica. Brasil, 2012 e 2022

Atividades Econômicas	2012	2022	Variação acumulada %		
			2012-2018	2018-2022	2012-2022
Agropecuária	11,4	8,8	-16,7	0,0	-16,8
Indústria	14,5	12,7	-7,6	2,4	-5,4
Construção	8,5	7,5	-9,9	5,3	-5,2
Comércio e Reparação	19,1	19,2	4,8	4,1	9,1
Adm. Púb., Educ. Saúde e Outros S. Sociais	15,7	17,7	13,1	7,6	21,7
Transporte, Armazenagem e Correio	4,7	5,4	11,3	10,4	22,9
Alojamento e Alimentação	4,2	5,5	41,2	0,0	41,2
Informação, Finanças e Outras Ativ.	10,7	11,8	8,2	10,7	19,8
Serviços Domésticos	6,8	5,9	-0,5	-5,2	-5,6
Outros Serviços	4,3	5,4	28,6	6,8	37,4
Total	100,0	100,0	3,4	4,5	8,1

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da Síntese de Indicadores Sociais. Estudos & Pesquisas 53. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052>. Acesso em 10 dez. 2024.

As diferenças de renda média dos setores de atividade são muito expressivas. Assim, por exemplo, a renda média das pessoas ocupadas na Agropecuária em 2022 equivale a 66,3% da renda média do total de pessoas ocupadas pela economia, enquanto a renda média das pessoas ocupadas em atividades de informação, Finanças e afins é 47,8% maior que a renda média do total de pessoas ocupadas. Essas diferenças em 2022 são menores que em 2012. A renda média do total de pessoas ocupadas é menor em 2022 que em 2012 (0,7%) e essa queda ocorreu entre 2018 e 2022. Os únicos setores que tem renda média em 2022 maior que em 2012 são

Agropecuária, Serviços Domésticos e Administração Pública, Educação, Saúde e Outros Serviços Sociais. Este último setor tem elevada renda média das pessoas ocupadas, mas a renda média da Agropecuária e dos Serviços Domésticos é muito menor do que a renda média do total de pessoas ocupadas. Essa diferença diminuiu principalmente em 2012-2018, mas continua muito elevada em 2022. O único setor de atividade em que a renda média de 2022 é maior que a de 2018 é a Agropecuária. Em Construção, Comércio e Reparação, Transporte, Armazenagem e Correio e Alojamento e Alimentação a renda média de 2018 é menor que a de 2012. Em Indústria, Informação, Finanças e Atividades afins e Outros Serviços (Comunitários e Pessoais) a queda da renda média das pessoas ocupadas em 2018-2022 superou o aumento verificado em 2012-2018. Os únicos setores com expressivo aumento da renda média das pessoas ocupadas em 2012-2018 foram Agropecuária, Administração Pública, Educação e Outros Serviços Sociais e Serviços Domésticos (Tabela 11).

Tabela 11 - Renda média habitual mensal do trabalho principal (Renda média total de cada ano = 100) conforme Setores de Atividade Econômica. Brasil 2012 e 2022.

Atividades Econômicas	2012	2022	Variação acumulada %		
			2012-2018	2018-2022	2012-2022
Agropecuária	55,0	66,3	14,3	4,8	19,9
Indústria	102,9	99,2	2,8	-6,8	-4,2
Construção	85,4	81,8	-1,4	-3,5	-4,9
Comércio e Reparação	91,9	83,6	-5,6	-4,3	-9,6
Adm. Púb., Educ. Saúde e Outros S. Sociais	142,9	145,6	13,7	-10,9	1,2
Transporte, Armazenagem e Correio	109,4	100,7	-3,8	-5,0	-8,6
Alojamento e Alimentação	75,5	65,7	-8,9	-5,1	-13,6
Informação, Finanças e Outras Ativ.	149,7	147,8	1,7	-3,6	-1,9
Serviços Domésticos	38,1	40,1	11,7	-6,4	4,5
Outros Serviços	80,2	77,9	0,9	-4,4	-3,5
Total	100,0	100,0	4,6	-5,0	-0,7

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da Síntese de Indicadores Sociais. Estudos & Pesquisas 53. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052>. Acesso em 10 dez. 2024

Em síntese o cenário de 2022, comparado ao de 2012, é caracterizado por um PIB 5,3% maior com uma população 5,1% maior e um número de pessoas ocupadas 8,1% maior. A parcela da renda do trabalho no PIB em 2022 é um pouco maior que a de 2012, mas em consequência de um PIB por pessoa ocupada menor já que a renda média do trabalho de 2022 também foi menor. A diferença do número de pessoas ocupadas entre 2012 e 2022 se deve ao aumento de pessoas ocupadas em Alojamento e Alimentação, Outros Serviços (Comunitários e Pessoais),

Transporte, Armazenagem e Correio, Administração Pública, Educação, Saúde e Outros Serviços Sociais, Informação, Finanças e Atividades afins e Comercio e Reparação. A maior parte desse aumento de pessoas ocupadas nesses setores ocorreu em 2012-2018, mas foi expressivo o aumento do número de pessoas ocupadas em 2018-2022 em Informação, Finanças e Outras Atividades, Transporte, Armazenagem e Correios, Administração Pública, Educação, Saúde e Outros Serviços Sociais e Outros Serviços. Em todos os setores com aumento do número de pessoas ocupadas diminuiu a renda média dessas pessoas com exceção de Administração Pública, Educação e Outros Serviços Sociais. A diferença do número de pessoas ocupadas entre 2012 e 2022 supera a diferença do PIB, mas a situação do mercado de trabalho em 2022 é pior que em 2012, já que as taxas de desemprego e subutilização são maiores em 2022 e a taxa de ocupação é menor. Esse resultado e a diversidade de fenômenos que ocorreram ao longo desses 10 anos indicam a complexidade da análise do que ocorreu com o perfil socioeconômico da população indicados pelos censos demográficos de 2010 e 2022.

2. Condição de atividade de homens e mulheres: 2010 – 2022 e situação das mulheres negras em 2022

Numa breve retrospectiva sobre a presença feminina no mercado de trabalho podemos destacar que desde meados dos anos 60 vem aumentando as taxas de atividade feminina no Brasil. Vários estudos mostram que confluências de fatores econômicos, culturais e sociais ajudam a explicar esse processo entre os quais se destacam a queda da fecundidade, o aumento da escolaridade, a crescente importância da renda do trabalho da mulher na renda domiciliar, as políticas públicas específicas dedicadas à mulher trabalhadora e os movimentos feministas que atingiram com força o Brasil na década de 70.

Quando se analisa a problemática feminina na atividade econômica é importante lembrar que existe uma desigualdade básica entre homens e mulheres no mercado de trabalho que está associada à desigualdade entre homens e mulheres na repartição das tarefas domésticas e de cuidado, notadamente na situação em que ambos os cônjuges trabalham por remuneração.

As relações econômicas e sociais ocorrem por meio da articulação de duas dimensões: a produção econômica e a reprodução social. Na separação entre essas duas esferas (trabalho produtivo e reprodutivo) se encontra a origem da divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2002). A divisão sexual do trabalho designa diferentes funções para as mulheres e os homens construídos pela sociedade com base no sexo dos trabalhadores. O mundo do trabalho da mulher

é visto como um prolongamento do trabalho doméstico e a posição da mulher na divisão social e sexual do trabalho determina sua responsabilidade pelas tarefas domésticas e pelas posições subalternas na hierarquia produtiva (Hirata, Kergoat, 2007). Esta abordagem da divisão sexual do trabalho que define o lugar de homens e de mulheres no trabalho produtivo e na família é o marco teórico subjacente a este projeto.

Como foi mencionado no item 1 deste artigo, para caracterizar os acontecimentos do período compreendido entre os censos de 2010 e 2022 foi necessário distinguir cinco subperíodos com base no desempenho da economia, mais especificamente pela evolução do PIB. A condição de atividade de homens e mulheres é descrita levando em consideração esses subperíodos.

O primeiro subperíodo refere-se à desaceleração do crescimento entre os anos de 2011 e 2014. Neste período em que o crescimento do PIB desacelera e a inflação aumenta o desemprego continua a diminuir ainda que mais lentamente que no período anterior de crescimento da economia (Tabela 12). O decréscimo do desemprego é um pouco maior entre as mulheres, mas estas continuam em 2014 com uma taxa de desemprego de quase três pontos percentuais superior à dos homens (8,5% e 5,7%, respectivamente). As taxas de atividade e de ocupação de homens e mulheres praticamente não se alteraram neste período.

Tabela 12 - Condição de atividade de homens e mulheres de 14 anos e mais na desaceleração. Brasil, 3º trimestres de 2012 e 2014

	Total		Mulheres		Homens	
	2012	2014	2012	2014	2012	2014
Taxa de Ocupação	58,4	58,1	47,2	47,1	70,2	69,8
Taxa de Atividade	62,8	62,3	51,9	51,4	74,5	74
Taxa Desemprego	7,1	6,9	9,0	8,5	5,8	5,7

Taxa Atividade: PEA/PIA; Taxa Desemprego: Desempregados/ PEA; Taxa Ocupação: Ocupados/PIA
Fonte: Elaboração do autor com base em dados da PNAD Contínua Trimestral, 2012 e 2014 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. – IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=microdados>. Acesso em 10 dez. 2024.

No subperíodo seguinte, o de recessão da economia (2015 e 2016), a queda da atividade da economia fez aumentar o desemprego tanto para homens quanto para mulheres. No caso dos homens o aumento foi de 5,7% para 10,5% e no caso das mulheres de 8,5% para 13,9%. As taxas de ocupação também caíram para ambos os sexos (Tabela 13). A recessão em 2015-2016 reduziu as oportunidades ocupacionais e somente a taxa de atividade feminina conseguiu manter um fraco aumento.

Tabela 13 - Condição de atividade de homens e mulheres de 14 anos e mais na recessão. Brasil, 3º trimestres de 2014 e 2016

	Total		Mulheres		Homens	
	2014	2016	2014	2016	2014	2016
Taxa de Ocupação	58,1	55,1	47,1	45,0	69,8	65,8
Taxa de Atividade	62,3	62,5	51,4	52,2	74	73,5
Taxa Desemprego	6,9	11,9	8,5	13,9	5,7	10,5

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da PNAD Contínua Trimestral, 2014 e 2016 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. – IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=microdados>. Acesso em 10 dez. 2024.

A fraca retomada da atividade econômica em 2017 caracterizou um subperíodo de estagnação que foi até 2019. Em 2017, foi também implementada uma reforma trabalhista que reduziu a proteção dos empregados (Krein e Teixeira, 2021). Conforme (Leone, Teixeira e Baltar, 2021) o emprego público aumentou um pouco nesse período, mas o emprego do setor privado com carteira continuou diminuindo e o sem carteira aumentou fortemente, além de ter aumentado o trabalho por conta própria. A simples retomada da atividade econômica, sem crescimento mais intenso, aumentou a informalidade (Baltar e Manzano, 2020).

Observa-se na Tabela 14 que a taxa de ocupação volta a aumentar no período de estagnação e isto se verifica para homens e para mulheres, mas o desemprego se mantém e aumenta ligeiramente para as mulheres.

Tabela 14 - Condição de atividade de homens e mulheres de 14 anos e mais na estagnação. Brasil, 3º trimestres de 2016 e 2019

	Total		Mulheres		Homens	
	2016	2019	2016	2019	2016	2019
Taxa de Ocupação	55,1	56,2	45,0	46,7	65,8	66,3
Taxa de Atividade	62,5	63,8	52,2	54,6	73,5	73,6
Taxa Desemprego	11,9	11,9	13,9	14,3	10,5	10,1

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da PNAD Contínua Trimestral, 2016 e 2019 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=microdados>. Acesso em 10 dez. 2024.

O isolamento social usado para conter a difusão da pandemia em 2020 conformou outro subperíodo que se caracterizou pela queda da atividade econômica e afetou tanto homens quanto mulheres (Gorayeb, *et al.*, 2021). Nesses anos houve eliminação de postos de trabalho

e aumento do desemprego. Tanto homens quanto mulheres saíram da força de trabalho, mas a parcela feminina que saiu da força de trabalho entre 2019 e 2020 foi maior que a parcela masculina (Matos 2024). As desigualdades sociais se intensificaram afetando particularmente as mulheres de segmentos sociais mais desfavorecidos (Leone, 2022).

Na tabela 15 observa-se que a taxa de atividade feminina caiu 7,3 pontos percentuais contra 5,0 pontos da masculina. A taxa de ocupação feminina caiu 7,7 pontos percentuais contra 6,6 pontos percentuais da masculina. Já a taxa de desemprego aumentou mais para as mulheres do que para os homens (3,2 p. p. no caso das mulheres e 2,8 p. p. no caso dos homens).

Tabela 15 - Condição de atividade de homens e mulheres de 14 anos e mais no isolamento social. Brasil, terceiros trimestres de 2019 e 2020

	Total		Mulheres		Homens	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Taxa de Ocupação	56,2	49,0	46,7	39,0	66,3	59,7
Taxa de Atividade	63,8	57,6	54,6	47,3	73,6	68,6
Taxa Desemprego	11,9	14,9	14,3	17,5	10,1	12,9

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da PNAD Contínua Trimestral, 2019 e 2020 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. – IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=microdados>. Acesso em 10 dez. 2024.

Por último, o subperíodo denominado pós isolamento social que vai de 2020 a 2022 (ano do Censo) há uma retomada mais intensa da atividade da economia do que no período de estagnação e provocou um aumento do emprego formal melhorando a condição de atividade de homens e de mulheres. A retomada da atividade econômica que foi intensificada em 2022, ajudada pelo aumento das despesas públicas para influir nas eleições, melhorou rapidamente os indicadores de mercado de trabalho. Assim, considerando os terceiros trimestres de 2020 e 2022 a taxa de atividade feminina foi de 47,3, % em 2020 para 53,4% em 2022, mas tinha sido 54,6% em 2019. Já a taxa de atividade masculina aumentou de 68,6% para 72,6% entre 2020 e 2022, mas tinha sido de 73,6% em 2019 (Tabela 16).

Tabela 16 - Condição de atividade de homens e mulheres no pós-isolamento social. Brasil, terceiros trimestres de 2020 e 2022

	Total		Mulheres		Homens	
	2020	2022	2020	2022	2020	2022
Taxa de Ocupação	49,0	57,2	39,0	47,5	59,7	67,6
Taxa de Atividade	57,6	62,7	47,3	53,4	68,6	72,6
Taxa Desemprego	14,9	8,7	17,5	11,0	12,9	6,9

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da PNAD Contínua Trimestral 2020 e 2022 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. – IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=microdados>. Acesso em 10 dez. 2024.

Resumindo, a taxa de atividade dos homens apresentou no período entre os dois censos demográficos ligeira tendência de declínio e sofreu uma forte oscilação com o isolamento social, mas em 2022 foi menor do que em 2019 e bastante menor que em 2012. Provavelmente a taxa de atividade dos homens no Censo de 2022 será menor que a do Censo de 2010. No caso da mulher a taxa de atividade teve ligeira tendência de aumento desde 2012 e sofreu oscilação maior que os homens no isolamento social. Em 2022 a taxa de atividade das mulheres ainda é menor que em 2019, mas bem maior que a de 2012 e provavelmente a taxa de atividade das mulheres no Censo de 2022 será bastante maior que a do Censo de 2010.

O desemprego de homens pouco variou entre 2012 e 2014, mas aumentou substancialmente na recessão mantendo o elevado patamar na estagnação e oscilou fortemente no isolamento social. A taxa de desemprego dos homens em 2022 foi bem menor do que a de 2019, mas não retornou ao patamar anterior a recessão de 2014. Assim é provável que o desemprego dos homens no Censo de 2022 seja maior que o do Censo de 2010. O desemprego das mulheres também aumentou de patamar na recessão e sofreu oscilação no isolamento social. Em 2022 a taxa de desemprego das mulheres é ainda bastante superior à de 2012 e no Censo Demográfico de 2022 provavelmente a taxa de desemprego das mulheres será maior que no censo de 2010.

Finalmente a taxa de ocupação dos homens teve tendência lenta de queda na desaceleração, mas diminuiu de patamar na recessão e sofreu oscilação no isolamento social. Em 2022 a taxa de ocupação dos homens é bem menor do que em 2012 e provavelmente a taxa de ocupação dos homens no Censo de 2022 será menor que no Censo de 2010. Para as mulheres o comportamento da taxa de ocupação foi diferente da dos homens. A queda do patamar da taxa de ocupação na recessão foi menor do que a dos homens, mas a oscilação no isolamento social foi proporcionalmente maior que a dos homens, mas a taxa de ocupação de 2022 não é menor

que a de 2012, assim ao contrario dos homens, a taxa de ocupação das mulheres no Censo de 2022 provavelmente será maior que no Censo de 2010.

Quando se analisa a situação da mulher no mercado de trabalho não podemos deixar de considerar a diferença de situação entre as mulheres brancas e negras. A proporção de negras entre as mulheres com 14 anos e mais é bem maior que a de brancas. As diferenças de proporções são menores no caso da PEA e principalmente no caso das ocupadas, sendo muito maior entre as desempregadas (Tabela 17).

Tabela 17 - Distribuição das mulheres de 14 anos e mais na PIA e PEA, nos Ocupadas e Desempregadas conforme cor. Brasil, 3º trimestre de 2022

	PIA	PEA	Ocupadas	Desempregadas
Mulheres por cor				
Mulher	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulher branca	44,6	45,6	47,0	34,0
Mulher negra	55,4	54,4	53,0	66,0

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da PNAD Contínua Trimestral, 2022 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. – IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=microdados>. Acesso em: 16 dez. 2024.

43

As diferenças acima mencionadas se refletem nas taxas de ocupação, atividade e desemprego, A taxa de ocupação das mulheres negras é bem menor que a das brancas devido à maior taxa de atividade das brancas e à maior taxa de desemprego das negras (Tabela 18).

Tabela 18 - Condição de atividade das mulheres de 14 anos e mais conforme cor. Brasil, 3º trimestre de 2022

Mulheres por cor	Taxa de ocupação	Taxa de atividade	Taxa de desemprego
Mulher	47,5	53,4	11,0
Mulher branca	50,1	54,7	8,2
Mulher negra	45,5	52,4	13,4

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da PNAD Contínua Trimestral, 2022 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. – IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=microdados>. Acesso em: 16 dez. 2024

Em resumo, apesar de serem maioria na PIA feminina, a condição de atividade das mulheres negras é muito pior do que a das mulheres brancas, apresentando menor taxa de atividade e

maior taxa de desemprego. Além da pior condição de atividade, as mulheres negras têm uma inserção mais precária, como mostra a diferença de remuneração entre mulheres brancas e negras. Conforme a PNADC trimestral de 2022, considerando somente as mulheres com 25 a 54 anos de idade, o rendimento hora das mulheres negras eram em média 36% menor do que o rendimento hora médio das mulheres brancas.

Referências Bibliográficas

BALTAR, P. B.; MANZANO, M. O problema da informalidade ocupacional na periferia do capitalismo. **Texto de discussão**, n° 379. Campinas IE, 2020. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/textos-para-discussao/o-problema-ocupacional-na-periferia-do-capitalismo>. Acesso em: 10 dez. 2024.

GORAYEB, Daniela. S. *et al.* Mulheres no mercado de trabalho no contexto da crise econômico-sanitária de 2020: saída da força de trabalho e indisponibilidade. *In*: LEONE, E. T.; PRONI, M. W. (org.). **Facetas do trabalho no Brasil contemporâneo**. Campinas: CESIT/IE - UNICAMP, 2021. p. 272 – 283. Disponível em: https://www.economia.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/centros-e-nucleos/facetas_do_trabalho_no_brasil_contemporaneo.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v 37, n. 132, p. 595-609, set/dez, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Biblioteca IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023 / IBGE**, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, n. 53, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052>. Acesso em: 10 dez. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/ IBGE**, Microdados. Rio de Janeiro, n. 53, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=microdados>. Acesso em: 10 dez. 2024.

IPEADATA – BASE DE DADOS DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Produto Interno Bruto (PIB) - consumo final:(preços 2010)**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 10 dez. 2024.

KERGOAT, D. A Relação Social de Sexo Da Reprodução das Relações Sociais à sua Subversão. **Pro-Posições**, 13, n. 1, 2002. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2125/37-dossie-kergoatd.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.

KREIN, Dari; TEIXEIRA, Marilane. O avanço das formas de contratação flexíveis. *In*: KREIN, José Dari et al. (org.). **O Trabalho pós-reforma trabalhista (2017)**. São Paulo: Cesit - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021. v.1. E-book . Disponível em:

https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2021/06/VOL-1_A-reforma-trabalhista_21.06.21.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.

LEONE, E. O Trabalho remunerado das mulheres em 2019 e as mudanças na pandemia. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 22. 2022. **Anais...** (online). Disponível em: https://www.encontro2022.abep.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=30. Acesso em: 11 dez. 2024.

LEONE, E; TEIXEIRA, M; BALTAR, P. **Os impactos da reforma trabalhista sobre o Mercado de trabalho**. In: KREIN, José Dari et al. (org.). **O Trabalho pós-reforma trabalhista (2017)**. São Paulo: Cesit - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021.v. 1. E-book. Disponível em: https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2021/06/VOL-1_A-reforma-trabalhista_21.06.21.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.

MATOS, Joyce Lima. **O mercado de trabalho brasileiro frente à crise econômico-sanitária da Covid-19: uma perspectiva de gênero**. 2024. 98f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/21354>. Acesso em: 16 dez. 2024.

Contextos 2010–2022 – Pobreza e desigualdade: Tendências dos rendimentos domiciliares e os efeitos das políticas de transferência de renda

Lilia Montali*

O objetivo desta parte do estudo é conhecer os contextos em que foram realizados os últimos censos demográficos de 2010 e 2022, bem como as condições de vida da população retratadas por estes censos. Para subsidiar o entendimento da realidade nestes dois momentos se faz necessário conhecer os acontecimentos e as mudanças que ocorreram entre os anos censitários e que provocaram profundas mudanças na sociedade brasileira.

O período entre 2010 e 2022 marcou a sociedade brasileira por um período de crescimento econômico até 2014 e por anos de recessão e de baixo crescimento que se seguiram a este, agravado nos anos da pandemia com o distanciamento social e a redução das atividades econômicas, acompanhados de crise sanitária e econômica.

O período também foi marcado por crise política que se inicia em 2014 e que resultou no impeachment da presidente Dilma Rousseff no ano de 2016 (em 31 de agosto). Seguiu-se a este a instalação do governo Michel Temer (2016 - 2018), que em curto período de tempo promoveu reformas estruturais de caráter neoliberal resultando em retrocesso e perdas de direitos para os mais desfavorecidos. Foi instituída a política fiscal denominada como Teto de Gastos, imposta pela Emenda Constitucional 95/2016, consolidando agenda de austeridade fiscal iniciada em 2015 (Dweck; Oliveira; Rossi, 2018). Sob esta deu-se também o início do desmonte de programas sociais vigentes até 2016.

Segundo Dweck, Oliveira, Rossi (2018), a Emenda Constitucional 95 é um projeto de Estado mínimo no Brasil e incompatível com a garantias de direitos sociais, preceito da Constituição de 1988. No estudo citado são elencados os retrocessos e os riscos na saúde, educação, na agricultura familiar, e em outras áreas e os efeitos negativos na redução da pobreza e da fome.

Durante o governo eleito em 2019 (Jair Bolsonaro, 2019-2022) ocorre a continuidade da implementação dessa política fiscal que afetou a política de combate à pobreza, concomitante ao desmonte de políticas de proteção de direitos (Gomide; Sá e Silva; Leopoldi, 2023). Exceção foi observada no período da pandemia (2020 e 2021), quando foram implementados programas

* Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP (NEPP). Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atuação em temas como desigualdade social e pobreza, divisão sexual do trabalho e desigualdades de gênero no mercado de trabalho, relação família e trabalho, políticas sociais. lilia@unicamp.br, lmontali@uol.com.br

emergenciais de transferência de renda (Auxílio Emergencial por períodos delimitados e com descontinuidades), e também em 2022, ano eleitoral. Em novembro de 2021 ocorre ampliação do valor das transferências com a implementação do Programa Auxílio Brasil, que substituiu o Programa Bolsa Família no último ano de governo e sem garantia de continuidade desse valor em 2023. Em 2022, ocorre a implementação dos auxílios Taxista e Caminhoneiro de julho a dezembro daquele ano, apontados pela CGU (Controladoria Geral da União) com irregularidades, por ter sido em sua maior parte paga durante o período eleitoral (Agência GOV, 2023).

Observou-se então, entre 2010 e 2022, mudanças profundas no gasto social e oscilações no crescimento da economia com reflexos nos rendimentos das famílias, afetando também a desigualdade de renda. Se em 2014 o país saiu do Mapa da Fome, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (GTSC A2030, 2018), chega-se a 2022 com 33 mil pessoas em insegurança alimentar, de acordo com o Segundo Inquérito de Insegurança Alimentar (II VIGISAN, 2022).

Considerando a centralidade da pobreza e da desigualdade neste estudo, em uma primeira aproximação serão analisadas informações indicativas da desigualdade de renda com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADC) referentes ao período 2012 a 2022, disponibilizadas na Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2023 (IBGE, 2023) e também em outros estudos. Assim, na primeira parte são apresentadas as tendências dos rendimentos domiciliares e os impactos diferenciados dos benefícios de programas sociais na composição do rendimento domiciliar per capita no período.

Na segunda parte são discutidas algumas evidências da deterioração das condições de vida durante o período intercensos com agravamento a partir da pandemia Covid-19, tendo sido selecionados dois aspectos: o aumento da insegurança alimentar e o aumento do número de pessoas em situação de rua, analisados a partir de estudos e informações sobre os temas. Estes aspectos exteriorizam de forma aguda os efeitos do empobrecimento da população e da desigualdade social.

1. Tendências dos rendimentos domiciliares e os efeitos das políticas de transferência de renda.

Na contextualização desse período de pouco mais de uma década - 2010 a 2022 - não se pode deixar de considerar que, além dos ciclos econômicos, o momento favorável ao crescimento do rendimento domiciliar per capita que ocorreu até 2014 foi também resultado de praticamente uma década de políticas sociais bem sucedidas.

Outra informação, é que o período sob análise se dá na sequência da tendência de uma década de redução da desigualdade de renda. Em estudo sobre crescimento econômico pró-pobre (Ribeiro; Araujo; Feitosa, 2015), com base nos dados dos censos 2000 e 2010, conclui que embora com especificidades por regiões e entre o urbano e o rural, o crescimento econômico pró-pobre (crescimento econômico com redução da desigualdade de renda) foi predominante no país nesse período.

Integrando essa década de crescimento econômico pró-pobre, em 2004 tem início o programa de transferência de renda com condicionalidades, o Programa Bolsa Família, que redireciona e unifica a gestão de diversos programas federais de transferência de renda já existentes (Bolsa Escola, Auxílio Gás, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA) e reestrutura o Cadastro Único, que possibilitou gradualmente o gerenciamento centralizado dos programas sociais.

O Plano Brasil Sem Miséria, que passou a vigorar a partir de 2011, com o objetivo de atingir as famílias em extrema pobreza também logrou êxito. O Plano Brasil Sem Miséria conseguiu atingir o resultado esperado de reduzir a proporção da população em situação de extrema pobreza possibilitando em 2014 ao Brasil se aproximar das metas de redução da pobreza da ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) para o período, e, também, sair do Mapa da Fome, segundo avaliação da FAO/ONU (GTSC A2030, 2018). Como um dos resultados do Plano Brasil Sem Miséria, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), em 2014 superaram a condição de pobreza extrema 22 mil famílias do Programa Bolsa Família que em 2011 se encontravam nessa condição mesmo estando recebendo o benefício (Brasil, 2014; Fonseca; Jaccoud e Karam, 2013). Também vigente no início da década de 2010 e em todo o período sob análise, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi instituído em 1993 como um direito constitucional direcionado a idosos e a pessoas com deficiência de qualquer idade em famílias com rendimento per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (Quadro 1).

Muitos estudos apontam a importância desses programas sociais mais articulados para a redução da proporção da população em condição de pobreza e na melhora nos indicadores de

desigualdade de renda (Brasil, 2014; Dweck; Oliveira; Rossi, 2018; Souza, Osorio, Paiva e Soares, 2019; Neri, 2019; Neri e Hecksher, 2024; entre outros).

Quadro 1 - Síntese dos programas de transferência de renda federais vigentes no período 2010 – 2022.

Nome do Programa	Data	Legislação	Público-Alvo	Valor do Benefício
Programa Bolsa Família	20.10.2003 a 07.11.2023 Revogado em 08.11.2021 e substituído pelo Programa Auxílio Brasil (Quadro 2). Reinstituído em 02.03.2023.	Medida Provisória n. 132, de 20.10.2003, transformada na Lei n. 10.836, de 09.01.2004. Vigorou até 11/2023, quando foi revogado. Reinstituído pela Medida Provisória n. 1.164, de 02.03.2023 convertida da Lei. n.14.601, 19.06.2023.	Transferência monetária com condicionalidades destinada a famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Unificou programas de transferência do governo federal: Bolsa Escola, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, Bolsa Alimentação, Programa Auxílio-Gás e o Cadastro Único do Governo Federal.	Composto por dois tipos de benefícios: - Benefício básico, famílias que se encontrem em situação de extrema pobreza; - Benefício variável, famílias que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrízes, crianças entre 0 e 12 anos ou adolescentes até 15 anos. A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento de condicionalidades: frequência escolar de 85% em estabelecimento de ensino regular; exame pré-natal; acompanhamento nutricional, acompanhamento de saúde. Valores fixados e atualizados periodicamente.
Benefício de Prestação Continuada	07.12.1993, vigente até o momento.	Lei n. 8.742, de 07.12.1993 - LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social).	Transferência monetária destinada a idosos acima de 65 anos e portadores de deficiência, de qualquer idade, em famílias com rendimento domiciliar per capita inferior a um quarto de salário mínimo. Direito constitucional, benefício previsto na LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social).	Valor de um salário mínimo nacional.
Plano Brasil Sem Miséria	02.07.2011 a 30.08.2023. Revogado e substituído pelo Plano Brasil Sem Fome Decreto n. 11.679, de 31.08.2023.	Decreto n. 7.492, de 02.07.2011. Revogado pelo Decreto n. 11.679, de 31.08.2023.	O Plano visa superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional. Objetivos: Elevar a renda familiar per capita da população em situação de extrema pobreza; Ampliar o acesso desta população aos serviços públicos; e Propiciar o acesso desta a oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de inclusão produtiva. O Plano Brasil Sem Miséria será executado pela União em colaboração com Estados, Distrito Federal, Municípios e com a sociedade. Em sua execução envolveu o trabalho de 22 ministérios, de todos os estados e municípios brasileiros, nas cerca de 100 ações do Plano.	População em situação de extrema pobreza: com renda familiar per capita mensal de até R\$ 70,00 (setenta reais) na instituição, 2011. Valor atualizado nos anos subsequentes.

Fonte: Elaboração da autora com base em Brasil. Lei n. 10.836, Lei 8.742, Lei 14.601, Decretos 7.492 e 11.679.

Entretanto é consenso a contribuição importante da política de recuperação do salário mínimo para a elevação da renda do trabalho e do rendimento domiciliar per capita, instituída e vigente durante os dois mandatos do governo Lula (2002 a 2010) e também durante o mandato do governo Dilma Rousseff (2011 a 08/2016). O salário mínimo afeta a remuneração da maior parte do mercado de trabalho formalizado e não formalizado e também os benefícios sociais, tais como a maior parte das aposentadorias do INSS e o BPC (Benefício de Prestação Continuada). O conjunto das políticas nesse período elevou a renda dos segmentos menos favorecidos e obteve resultados na redução da desigualdade de renda.

Em direção inversa, como consequência das crises econômica e política e dos ajustes iniciados desde maio de 2016, os resultados da PNAD Contínua de 2018 – segundo ano do mandato Temer – apontam para um recorde do aumento da desigualdade de renda considerando desde o início da série (2012), como resultado do aumento do desemprego sob a recessão, da redução dos contratos com carteira de trabalho, da redução no número de domicílios atendidos pelo programa Bolsa Família de 15,9% dos domicílios em 2012, para 13,7% em 2018 (Canzian, 2019; IBGE, 2019) e pelo menor reajuste do salário mínimo em 24 anos ocorrido em 2018 (1,81%), segundo nota do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 29 de dezembro de 2017).

Menezes e Jannuzzi (2018) trazem informações sobre o aumento da pobreza e da pobreza extrema já no ano 2016 como consequência da crise política e econômica, do ajuste fiscal que contrai o crescimento da economia, restringe a receita, provoca o desemprego e reverte a tendência de redução da desigualdade. Segundo Neri (2019, p. 1) em seu estudo A escalada da desigualdade, “O começo da piora em todas estas variáveis (desigualdade, renda média) vem do quarto trimestre de 2014 logo após o segundo turno do pleito presidencial e persiste na piora da desigualdade de renda até o segundo trimestre de 2019”. E a esse contexto, já sob o governo Bolsonaro, se segue o período da pandemia por Covid-19.

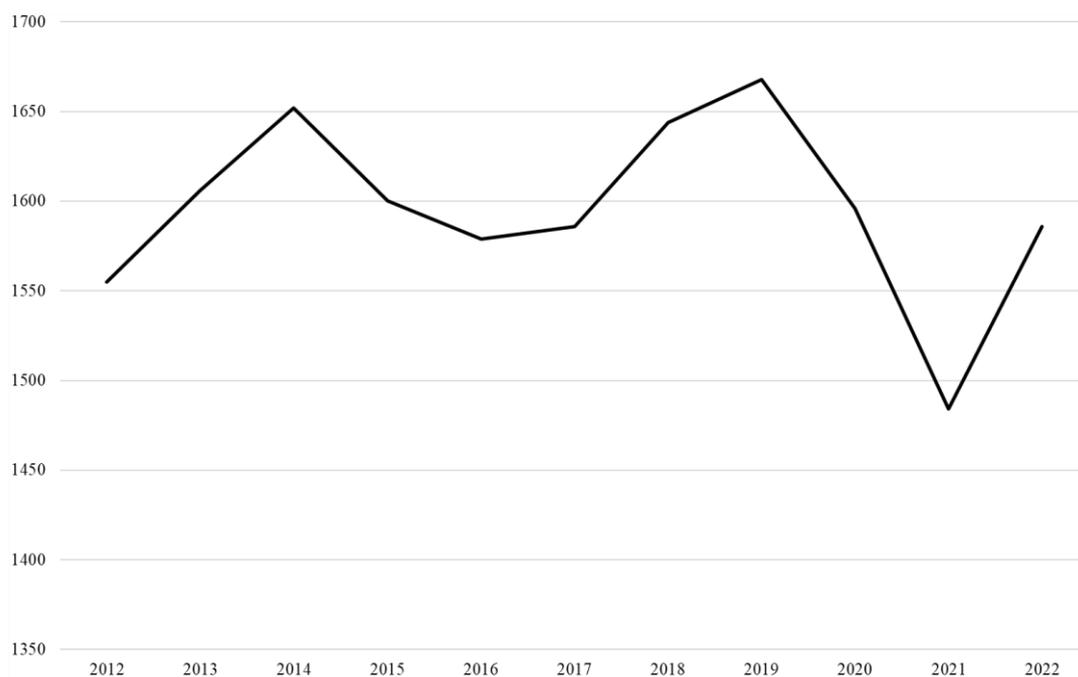
O entendimento da evolução do rendimento domiciliar per capita entre 2012 e 2022 (Gráfico 1 e Tabela 1) demanda que se recupere esse conjunto de informações que compõem o contexto dos anos iniciais do período intercensos.

Tomando como referência a periodização de Leone explicitada no segundo artigo deste Caderno, é possível perceber como as oscilações do crescimento da economia, expressos pelo PIB, se refletem no comportamento do rendimento domiciliar per capita médio e nas oscilações desse rendimento observadas no período.

O primeiro ano da série da PNAD sob análise, 2012, integra o período de crescimento da economia brasileira iniciado em 2003, mas que entre 2010 e 2014 já passa a experimentar desaceleração do crescimento do PIB. Assim, até 2014, observa-se a elevação do rendimento domiciliar per capita (RDPC), quando este alcança R\$ 1.652,00, valor 6,2% mais elevado que o observado em 2012 (R\$ 1.555,00), e também superior aos dos anos seguintes de recessão (2014-2016). Em 2016 o rendimento domiciliar per capita cai para R\$ 1.579,00 (Gráfico 1 e Tabela 1), refletindo as incertezas da conjuntura política, de redução da atividade econômica e do aumento do desemprego (Ver Leone).

No período de retomada do crescimento (2018-2019), porém de baixo crescimento econômico com base na periodização de Leone, se observa nova elevação do rendimento domiciliar per capita, e este chega a R\$ 1.668,00 em 2019, o maior valor alcançado no período entre 2012 e 2022 e 7,2% mais elevado que no início da série.

Gráfico 1 - Evolução do rendimento domiciliar per capita médio. Brasil, 2012 – 2022 (em Reais).



Fonte: Elaboração da autora com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 – 2022. IBGE, 2023. Síntese de Indicadores Sociais 2023.

Tabela 1 - Evolução do rendimento domiciliar per capita médio (em Reais e Índice). Brasil, 2012 – 2022.

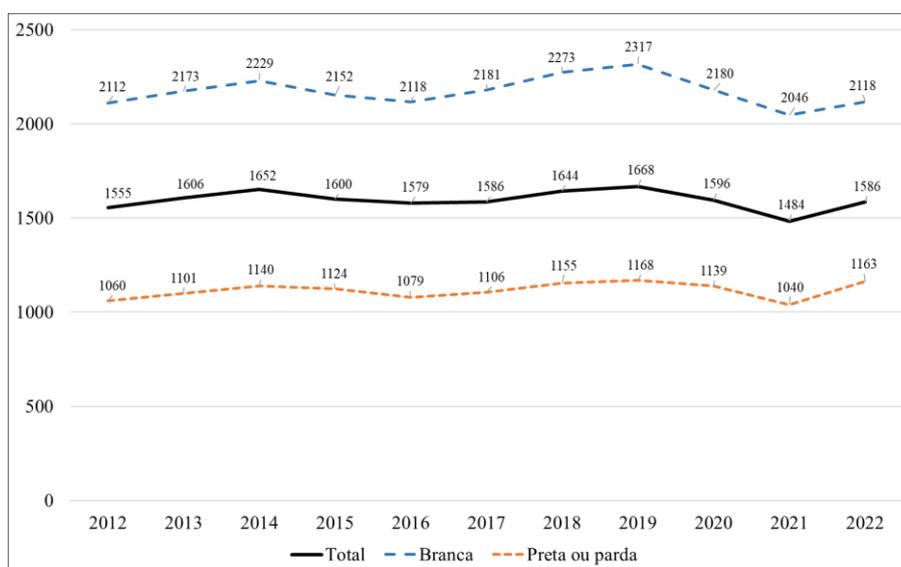
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Total	1555	1606	1652	1600	1579	1586	1644	1668	1596	1484	1586
Índice	100,0	103,3	106,2	102,9	101,5	102,0	105,7	107,3	102,6	95,4	102,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 – 2022. IBGE, 2023. Síntese de Indicadores Sociais 2023. Em reais de 2022.

No entanto, entre 2019 e 2022, período sob a pandemia de Covid-19, o RDPC cai e chega em 2021 ao seu menor valor, R\$ 1.484,00, ou seja, 4,6% menor que o rendimento domiciliar per capita de 2012 e 7,0% menor que de 2020. Sob a retomada das atividades econômicas e de políticas emergenciais de transferência de renda, volta a crescer se elevando em 2022 a R\$ 1.586,00. Embora seja um período de recuperação da economia, esse valor médio do rendimento domiciliar per capita não retorna aos valores de 2019 e se equipara a valores observados nos anos 2016 e 2017, que correspondem aos momentos de recessão e de estagnação da economia.

As oscilações do rendimento domiciliar per capita médio nesse período bem como a manutenção das desigualdades de rendimentos entre domicílios associados à cor ou raça são mostrados nos Gráfico 2 e Tabela 2. Evidenciam rendimentos domiciliares mais elevados para aqueles domicílios em que viviam pessoas brancas em detrimento daqueles em que residiam pessoas pretas e pardas.

Gráfico 2 - Evolução do rendimento domiciliar per capita médio, por cor ou raça. Brasil, 2012 – 2022 (em Reais).



Fonte: Elaboração da autora com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 – 2022. IBGE, 2023. Síntese de Indicadores Sociais 2023.

Tabela 2 - Evolução do rendimento domiciliar per capita médio, por cor ou raça Brasil - 2012 – 2022 (Índice).

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Total	100,0	103,3	106,2	102,9	101,5	102,0	105,7	107,3	102,6	95,4	102,0
Branca	100,0	102,9	105,5	101,9	100,3	103,3	107,6	109,7	103,2	96,9	100,3
Preta ou parda	100,0	103,9	107,5	106,0	101,8	104,3	109,0	110,2	107,5	98,1	109,7

Fonte: Elaboração da autora com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 – 2022. IBGE, 2023. Síntese de Indicadores Sociais 2023. Em reais de 2022.

Em 2012, os domicílios em que viviam pessoas brancas apresentaram rendimentos médios per capita 35,8% superiores ao RDPC médio nacional e os domicílios em que viviam pessoas pretas ou pardas apresentaram rendimentos médios per capita 31,8% inferiores ao RDPC médio nacional. Em 2022 essa grande desigualdade se mantém, porém com uma pequena redução, quando o rendimento domiciliar per capita daqueles em que residem pessoas brancas são 33,5% superiores à média nacional e o rendimento per capita médio dos domicílios das pessoas pretas ou pardas é 26,7% inferior ao rendimento médio do total dos domicílios. Observa-se que embora as oscilações relacionadas às conjunturas do período, o rendimento domiciliar per capita dos domicílios em que residem pessoas brancas apresentam valores praticamente iguais nos anos 2012 e 2022, ao passo que nesse mesmo período observa-se aumento de cerca de 10% no rendimento domiciliar per capita médio dos domicílios de pessoas pretas ou pardas (Tabela 2).

Algumas hipóteses podem ser formuladas para entender esta variação observada. Uma delas se baseia na trajetória indicada no segundo artigo que compõe este estudo (Leone, Tabela 4), que mostrou, na comparação entre 2012 e 2022, aumento na proporção da renda apropriada pelos estratos de renda mais baixos e redução na proporção de renda apropriada pelo estrato de renda superior (10% mais ricos), mais especificamente entre os anos de 2019 e 2022. Também evidenciou variação positiva na renda domiciliar per capita nesses estratos de rendas mais baixas e variação negativa para o estrato de renda superior (Leone, Tabela 5). Considerando a histórica concentração de pessoas pretas ou pardas nos estratos de rendimentos mais baixos, a hipótese é que estas tenham sido favorecidas pelas tendências indicadas por Leone, possivelmente relacionadas aos benefícios sociais emergenciais.

Uma hipótese de outra natureza, mais difícil de mensurar se relaciona à questão da autodeclaração de cor ou raça, que em decorrência da maior conscientização sobre identidade

negra durante esse período intercensos pode ter levado domicílios de renda mais elevada a autodeclararem-se como pretos ou pardos.

Indicações sobre os arranjos domiciliares e sua distribuição por classes de rendimento domiciliar per capita.

Como uma primeira aproximação sobre os arranjos domiciliares e sua distribuição por classes de rendimento e mudanças observadas no período intercensitário são apresentadas a seguir algumas observações a partir de análise comparativa para os anos de 2012 e 2022, tomando como referência dados disponibilizados pela publicação Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2023).

Considerando a estruturação dos arranjos domiciliares, chama a atenção em 2022 a maior proporção de responsáveis do sexo feminino pelo domicílio, chegando a ser praticamente a metade dos domicílios (49,8%). Crescimento bastante acentuado, considerando que em 2012 responsáveis pelo domicílio do sexo feminino representavam pouco mais que um terço destes (35,7%). Essa tendência foi corroborada por dados do Censo Demográfico de 2022 recentemente divulgados.

Tabela 3 - Total e proporção de domicílios por classes de rendimento domiciliar per capita, segundo características selecionadas. Brasil – 2012 e 2022

Características selecionadas	Total (1.000 domicílios)	%	Classes de rendimento domiciliar per capita (%)		
			Até 50% da mediana nacional (1)	Mais de 50% até 150% da mediana nacional (1)	Mais de 150% da mediana nacional (1)
			Proporção (%)	Proporção (%)	Proporção (%)
2012 - Total	61.468		17,8	43,9	38,3
Sexo do responsável					
Homens	39.511	64,3	17,6	42,9	39,5
Mulheres	21.957	35,7	18,1	45,8	36,0
Arranjos domiciliares do tipo					
Unipessoal	7.538	12,3	7,9	34,3	57,8
Casal sem filho	9.915	16,1	6,6	40,8	52,6
Casal com filho (s)	30.328	49,3	23,2	46,0	30,8
Arranjo formado por responsável sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	3.696	6,01	40,0	46,5	13,5
Arranjo formado por mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	3.312	5,39	41,4	46,0	12,6
Arranjo formado por mulher branca sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	1.257	2,04	28,2	49,7	22,1
Arranjo formado por mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho até 14 anos	2.030	3,3	49,7	43,4	6,9
Outros	9.991	16,3	11,8	47,2	41,0
2022 - Total	74.852		17,6	46,3	36,1
Sexo do responsável					
Homens	37.583	50,2	15,0	44,3	40,7
Mulheres	37.269	49,8	20,2	48,4	31,4
Arranjos domiciliares do tipo					
Unipessoal	12.520	16,7	10,0	39,1	50,9
Casal sem filho	14.092	18,8	7,5	43,6	48,8
Casal com filho (s)	30.314	40,5	22,2	48,5	29,3
Arranjo formado por responsável sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	4.759	6,4	47,4	42,4	10,3
Arranjo formado por mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	4.258	5,7	49,5	41,3	9,2
Arranjo formado por mulher branca sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	1.422	1,9	37,8	45,2	17,0
Arranjo formado por mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho até 14 anos	2.803	3,7	55,6	39,2	5,2
Outros	13.167	17,6	14,2	52,3	33,4

Fonte: Elaboração da autora com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012 e 2022, IBGE, 2023. Síntese de Indicadores Sociais. Tabela 2.30, disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protexao-social/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>

Considerando-se a composição familiar do domicílio, a tendência observada dá continuidade a tendências de mudanças que já se apresentam nas últimas décadas, ou seja, o aumento na proporção de domicílios unipessoais, de domicílios de casais sem filhos e de arranjos de responsáveis (masculinos ou femininos) sem cônjuge com filhos. Deve-se observar, que nos dois anos analisados, nos arranjos domiciliares de responsáveis sem cônjuge com filhos de até 14 anos, cerca de 90% dos responsáveis nestes arranjos são do sexo feminino.

Complementarmente à essa tendência nos arranjos domiciliares, registra-se a redução da proporção de arranjos de casais com filhos, que eram 49,3% dos domicílios em 2012 e, passam a ser 40,5% em 2022.

Com relação ao padrão de distribuição por classes de rendimento domiciliar per capita (RDPC) por tipo de arranjo domiciliar, os dados da PNAD Continua para os anos 2012 e 2022 mostram perfil compatível com o encontrado em estudos anteriores (Montali, 2008; Montali, Telles e Lima, 2019), embora aqui com dados menos desagregados. Ou seja, nos dois anos analisados os rendimentos mais elevados são encontrados nos arranjos domiciliares do tipo unipessoal e de casais sem filhos, rendimentos intermediários encontrados em arranjos de casais com filhos e rendimentos mais baixos encontrados em arranjos domiciliares formados por responsável sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos. No detalhamento disponível para esta categoria de arranjo domiciliar destaca-se o arranjo formado por responsável feminina sem cônjuge com filhos de até 14 anos e a situação relativa mais desfavorável apresentada pela responsável feminina sem cônjuge e com filho, da cor/raça preta ou parda (Tabela 3).

Os arranjos domiciliares mais vulneráveis ao empobrecimento segundo nossas pesquisas se caracterizam por concentrar mais crianças em sua composição que os demais arranjos, e pelos maiores constrangimentos para a inserção no mercado de trabalho pelo adulto responsável pelo cuidado das mesmas, que pela divisão do trabalho prevalecente na sociedade ainda permanece sendo a mulher, seja ela mãe, avó ou irmã (Montali, Lima, 2014). Assim, nesta situação são encontrados domicílios em arranjos domiciliares com casais predominantemente jovens com filhos menores de 18 anos e em arranjos domiciliares com responsáveis – masculinos ou femininos – sem a presença de cônjuge e com filhos menores de 18 anos.

A comparação entre os anos 2012 e 2022 indica um empobrecimento dos domicílios, ou seja, mostra um deslocamento dos domicílios para classes mais baixas de rendimento domiciliar per capita de forma generalizada para todos os arranjos domiciliares, preservando a mesma ordem

apontada acima, com a exceção dos casais com filhos aqui não desagregados por outras características.

Assim, registra-se aumento na proporção no estrato intermediário de rendimento e redução no estrato superior para os arranjos domiciliares do tipo unipessoal; bem como entre os casais sem filhos e nos classificados como outros. Observa-se aumento na proporção em estrato inferior e redução no estrato intermediário e superior para os arranjos domiciliares classificados como responsável sem cônjuge com filho(s) até 14 anos; bem como para aqueles de responsável feminina sem cônjuge com filho(s) até 14, tanto de cor/raça branca, como negra (preta ou parda).

O tipo de arranjo de casais com filhos, não desagregados por outras características, como mencionado acima, mostrou maior estabilidade com pequeno movimento no sentido de acentuar a concentração no estrato intermediário de renda (mais que 50% até 150% da mediana nacional) referente ao rendimento domiciliar per capita (Tabela 3).

Sob a indicação do empobrecimento quando se analisam os arranjos domiciliares entre 2012 e 2022, destacam-se como os mais afetados aqueles arranjos identificados em nossos estudos anteriores como os mais vulneráveis ao empobrecimento, muito embora os dados aqui disponibilizados em categorias mais agregadas pela PNADC (IBGE, 2023) não possibilitem detalhar as diferenciações entre os arranjos de casais com filhos. Os domicílios de responsáveis sem cônjuge com filhos de até 14 anos são aqueles que além de apresentarem comparativamente maior concentração no estrato inferior de rendimentos, apresentam aumento da proporção nesse estrato entre 2012 e 2022, passando de 40% para 47,4% no último ano da série (Tabela 3).

A importância das políticas sociais de transferência de renda na mitigação da desigualdade de renda

A composição da renda domiciliar considerando as classes de rendimento domiciliar mostra como os benefícios sociais atuaram durante a pandemia e nos anos de recuperação na mitigação da desigualdade de renda.

É relevante o peso dos benefícios de programas sociais na faixa de rendimento domiciliar de até ¼ de salário mínimo, que identifica a situação de extrema pobreza desde 2012. No entanto essa proporção cresce no período da pandemia e permanece elevada mesmo no ano de 2022, compreendido como um período de recuperação da economia.

Na decomposição do rendimento domiciliar per capita (RDPC) por fontes de rendimento fica evidente a oscilação da renda proveniente do trabalho no período 2012 e 2022 especialmente para os domicílios nos estratos inferiores de renda domiciliar.

Para os dois estratos inferiores de RDPC ocorre a redução da proporção da renda do trabalho na composição do rendimento domiciliar especialmente nos anos 2020 e 2021 sob a pandemia, mantendo-se até 2022 abaixo dos níveis observados em 2012 e 2019, evidenciando a maior fragilidade da inserção no mercado de trabalho dos componentes desses domicílios e também as maiores dificuldades de reinserção no período de recuperação da economia.

Tabela 4 - Distribuição percentual do rendimento domiciliar total, segundo as fontes de rendimento e as classes de rendimento domiciliar per capita em salários mínimos. Brasil - 2012/2022.

Fontes de rendimento e classes de rendimento domiciliar per capita	Distribuição percentual do rendimento domiciliar total (%)				
	2012	2019	2020	2021	2022
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Trabalho	75,7	74,4	72,8	75,3	74,5
Aposentadoria e Pensão	16,5	18,7	17,6	18,2	18,1
Benefícios de programas sociais	1,6	1,7	5,9	2,6	3,0
Outras fontes	6,3	5,3	3,6	3,9	4,4
1/4 de salário mínimo					
Trabalho	62,2	58,3	44,0	54,0	45,6
Aposentadoria e Pensão	7,6	6,2	4,5	6,4	5,8
Benefícios de programas sociais	24,3	28,6	46,7	34,5	44,3
Outras fontes	5,9	6,8	4,8	5,0	4,3
Mais de 1/4 até 1/2 salário mínimo					
Trabalho	72,7	73,6	59,8	71,4	66,4
Aposentadoria e Pensão	14,7	13,5	10,4	13,7	13,7
Benefícios de programas sociais	8,2	9,0	26,5	11,9	17,0
Outras fontes	4,3	4,0	3,3	3,1	2,9
Mais de 3 salários mínimos					
Trabalho	75,4	74,8	78,5	78,6	77,0
Aposentadoria e Pensão	15,5	17,9	16,3	15,5	16,2
Benefícios de programas sociais	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1
Outras fontes	9,0	7,3	5,0	5,9	6,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022. Síntese de Indicadores Sociais 2023, IBGE, 2023, p. 55.

Em contraste, os domicílios com rendimento domiciliar per capita acima de três salários mínimos não sofrem redução na proporção da renda proveniente do trabalho sob a pandemia.

Observa-se sim pequena redução no rendimento proveniente de outras fontes, tais como alugueis e juros. Nestes domicílios é inexistente renda proveniente de benefícios sociais.

Nos domicílios nas classes de RDPC de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo a proporção dos benefícios sociais na composição do rendimento domiciliar já era elevada em 2012, cerca de 24% dos mesmos; se somada às aposentadorias e pensões compunham 32% dos rendimentos desses domicílios. Porém os rendimentos do trabalho compunham mais que a metade (62%) do rendimento domiciliar no ano inicial da série e também em 2019 (58%).

No ano de 2020 os benefícios dos programas sociais superam a renda do trabalho nesse segmento de domicílios e, em 2022, as duas fontes têm proporções equivalentes. Assim, em 2020, na pandemia, apenas 44% do rendimento domiciliar era proveniente do trabalho enquanto os benefícios sociais eram 46,7%, e estes permanecem como 44,3% em 2022.

Se somados os rendimentos provenientes de benefícios sociais com as aposentadorias e pensões, estes superam os 50% na composição das fontes de rendimentos domiciliares daqueles na classe com até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo em 2020 e também em 2022 (Tabela 4).

No segmento de domicílios com rendimento domiciliar total entre mais de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo e até $\frac{1}{2}$ do mesmo, apesar da proporção proveniente do trabalho ter caído de 73,6% em 2019 para cerca de 60% em 2020 e ainda permanecer em 66% em 2022, é comparativamente menor a proporção proveniente dos benefícios de programas sociais (26,5% em 2020 e 17% em 2022).

Nestes domicílios as aposentadorias e pensões compõem cerca de 14% do rendimento domiciliar no período, com menor peso em 2020. As aposentadorias e pensões somadas aos benefícios sociais compõem 37% dos rendimentos destes domicílios em 2020 e 31% em 2022, ou seja, cerca de um terço dos rendimentos.

Nos domicílios com rendimentos per capita acima de 3 salários mínimos, a proporção do rendimento proveniente do trabalho ficou cerca de 78% nos anos 2020 a 2022, superando as proporções dos anos 2012 e 2019 (cerca de 75%). As aposentadorias e pensões compõem cerca de 16% dos rendimentos domiciliares e são nulos os benefícios de programas sociais.

Entre 2020 e 2022, para esse estrato de rendimentos domiciliares são menores comparativamente a 2012 e também a 2019 os rendimentos de outras fontes, tais como alugueis, juros e outros, que eram da ordem 9% em 2012 e são 5% em 2020 e cerca de 6% nos dois anos seguintes.

Desde que ganharam escala nacional os programas de transferência de renda mostraram-se relevantes na redução da pobreza e na redução da desigualdade de renda. Mesmo com acentuada queda do rendimento domiciliar per capita nos anos 2020 a 2022 (Gráfico 1), fica clara a relevância dos rendimentos dos benefícios sociais na composição da renda dos domicílios nas classes de renda de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e de $\frac{1}{4}$ a meio salário mínimo (Tabela 4).

Merece destaque o papel que os rendimentos dos benefícios sociais tiveram para suprir a queda da renda proveniente do trabalho nos anos de isolamento social e de redução das atividades econômicas durante a pandemia da Covid-19, também evidenciados na tabela anterior. Além dos benefícios do Bolsa Família e da Prestação Continuada (BPC), atuaram no período da pandemia o Auxílio Emergencial destinado às pessoas adultas em domicílios com rendimentos de até meio salário mínimo per capita, ou com rendimento total de até 3 salários mínimos, vigente entre abril e dezembro de 2020 e, posteriormente, a partir de abril de 2021 por mais 4 meses (Ver Quadro 2). Atuando em apoio ao emprego e dirigido aos empregadores também foi relevante o Programa Emergencial de Emprego e Renda, vigente a partir de junho de 2020.

Quadro 2 - Síntese dos programas de transferência de renda federais instituídos no período 2020 – 2022.

Nome do Programa	Data	Legislação	Público-Alvo	Valor do Benefício
Auxílio Emergencial	07.04.2020 a 30.08.2020	Decreto n.10.316, regulamentou a Lei n. 13.982, de 02.04.2020	Pessoas adultas, desocupadas, microempreendedoras ou ocupadas em atividades informais, com rendimento familiar per capita de até meio salário mínimo ou rendimento total até três salários mínimos.	Valor-base de R\$600,00, limitado a até duas pessoas por família. Mães solo até R\$1.200,00. Em 5 pagamentos mensais.
Auxílio Emergencial Residual	01.09.2020 a 31.12.2020	Medida Provisória n. 1.000, de 02.09.2020	Destinado àqueles que já tivessem recebido todas as parcelas do primeiro benefício.	Valor R\$300,00. Em 4 pagamentos mensais.
Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	2020	Lei n.14.020, de 06.07.2020	Objetivo: reduzir o impacto da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho formal, a partir da manutenção dos vínculos empregatícios dos trabalhadores. Através de duas frentes: a) a redução da jornada de trabalho com a preservação da renda, com o valor do benefício variando conforme o acordo estabelecido de redução de jornada de trabalho; e b) suspensão do contrato de trabalho com o pagamento de seguro-desemprego. Em ambos os casos, o valor é definido com base no acordo entre patrão e empregado.	Valor definido caso a caso.
Auxílio Emergencial 2021	01.04.2021	Decreto n. 10.661, de 26.03.2021. De abril a junho de 2021. Prorrogado de agosto a outubro de 2021.	Beneficiários do Auxílio Emergencial 2020. Com valores mensais inferiores e distintos por composição domiciliar.	Valor R\$250,00 por família. Em 4 pagamentos mensais. Domicílios unipessoais R\$150,00. Mães solos R\$350,00.
Programa Auxílio Brasil substitui o Programa Bolsa Família	08.11.2021	Decreto n. 10.852, de 08.11.2021, regulamentou M.P n. 1061 de 09.08.2021	Famílias em situação de extrema pobreza ou pobreza, tendo, em sua composição, gestantes, nutrizes (mães que amamentam, crianças, adolescentes e jovens.	Benefícios: Benefício Primeira Infância: R\$ 130,00 mensais para crianças menores de 36 meses de idade; Benefício Composição Familiar: R\$65,00 mensais por gestantes, nutrizes ou pessoas com idade entre 03 e 21 anos completos; Benefício de Superação da Extrema Pobreza: valor pago às famílias que após recebido os benefícios ainda não superaram a extrema pobreza; Benefício Compensatório de Transição: concedido de benefícios às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que tiveram redução no valor financeiro no total na migração para o Programa Auxílio Brasil.
Benefício Extraordinário	07.12.2021	Medida Provisória n. 1.076, de 07.12.2021	Objetivo: elevar a R\$400,00 mensais a renda de todas as famílias beneficiadas pelo Programa Auxílio Brasil.	Valor R\$400,00 mensais para as famílias beneficiadas.
Auxílio Taxista	14.07.2022	Emenda Constitucional n.123, de 14.07.2022. De 1 de julho a 31 de dezembro 2022.	Taxista: enfrentamento do estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível do preço do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais deles decorrentes.	Valor R\$1.000,00 por taxista. Em 6 pagamentos mensais.
Auxílio Caminhoneiro	14.07.2022	Emenda Constitucional n.123, de 14.07.2022. De 1 de julho a 31 de dezembro 2022.	Caminhoneiro: enfrentamento do estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível do preço do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais deles decorrentes.	Valor R\$1.000,00 por caminhoneiro. Em 6 pagamentos mensais.

Fonte: Elaboração da autora. Baseado em Síntese de Indicadores Sociais 2023, IBGE, 2024; CGU, 2023.

Entretanto a condução da política social no período da pandemia com transferência de valores mais elevados por um período, seguido de interrupção e retomada em valores mais baixos e por

períodos mais curtos, como indicado no Quadro 2, afetou os indicadores anuais de desigualdade, como se vê no Gráfico 3. Análises mensais feitas por Neri (2024) com dados da PNADC mostram oscilações nos indicadores de pobreza e de desigualdade como consequência das interrupções e modificações dos benefícios sociais nos anos de 2020 e 2021 e também consequências muito acentuadas nos rendimentos do segmento dos 10% mais pobres.

Segundo Neri (2024), “Os brasileiros mais pobres têm de fato vivido uma montanha-russa nos últimos anos...” (Neri, 2024, p.7) em sua publicação intitulada A Montanha Russa da Pobreza. Estas análises revelam com maior precisão os impactos das políticas de transferência de renda nas famílias beneficiárias.

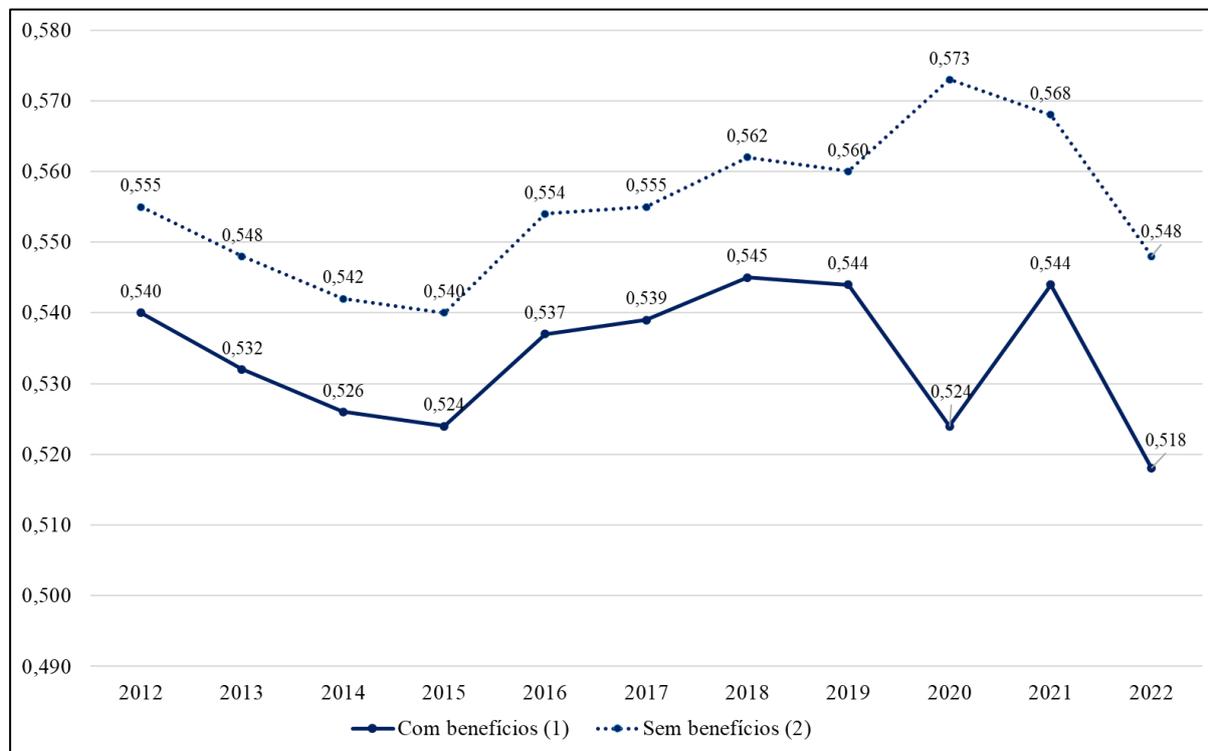
Para finalizar estas considerações sobre a relevância dos benefícios de programas sociais governamentais, um exercício apresentado no estudo do IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2023, evidencia a importância dos programas de transferência de renda, dentre outros programas sociais governamentais, na mitigação da desigualdade na distribuição de renda. Sem dúvida a conjuntura econômica e políticas de recuperação do salário mínimo têm também papel relevante para a redução da desigualdade na distribuição da renda.

Utilizando-se do Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita, o Gráfico 3 traz uma simulação feita pelo IBGE (2023) na publicação Síntese de Indicadores Sociais, da evolução desse índice no período entre 2012 a 2022, com e sem benefícios de programas sociais no Brasil.

Transcrevo a seguir a análise feita pelo referido estudo:

Observa-se que esse é um exercício de simulação de dados contrafactuais para possibilitar uma nova visão dos dados apresentados. Em 2012, o Gini com os benefícios de programas sociais era de 0,540, recuou até 2015, quando atingiu o menor valor da série, 0,524, registrando crescimento no período de 2016 a 2018, e estabilidade em 2019. Em 2020, houve novo recuo, com a introdução dos benefícios emergenciais de transferência de renda. Houve posterior aumento em 2021, com o mercado de trabalho enfraquecido e a redução dos benefícios dos programas sociais emergenciais, seguido por nova queda, em 2022, com a retomada parcial do mercado de trabalho e novo incremento dos benefícios sociais. Em 2022, o Gini com os benefícios sociais atingiu o menor valor da série, 0,518 (IBGE, 2023, p. 64).

Gráfico 3 - Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita, por existência de benefícios dos programas sociais. Brasil, 2012 – 2022.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2022.

Nota: Dados Consolidados de primeiras visitas de 2012 e 2019 e quintas visitas de 2020 a 2022.

(1) Benefícios de programas sociais incluem: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC, Auxílio Emergencial, entre outros programas sociais governamentais.

(2) Exercício simulado com rendimento domiciliar per capita sem a presença de benefícios de programas sociais. Extraído de Síntese de Indicadores Sociais 2023, IBGE, 2023, p. 64.

2. Evidências da deterioração das condições de vida

Pretende-se aqui discutir algumas evidências da deterioração das condições de vida durante o período intercensos, agudizadas a partir da pandemia indicadas pelo aumento da insegurança alimentar e o aumento do número de pessoas em situação de rua. Estes aspectos exteriorizam de forma aguda os efeitos do empobrecimento da população e da desigualdade social e não são capturados pelos censos demográficos.

As informações a seguir sobre a permanência e elevação da insegurança alimentar e o crescimento da população em situação de rua apontam em sentido inverso ao da recuperação do rendimento domiciliar entre 2021 e 2022. Os diversos estudos sobre a situação de segurança

alimentar no país indicam que a partir da segunda metade da década de 2010 ocorre gradativa piora.

A sequência de conjunturas de crise política e econômica, seguidas da crise sanitária de 2020 e 2021 mostradas na parte 1 deste artigo, se espelha na oscilação e queda no rendimento domiciliar per capita, com recuperação moderada em 2022. Neste ano se assiste a um momento de recuperação econômica pós-Covid-19 no qual, no entanto, o rendimento domiciliar per capita não atinge nem mesmo o nível observado no período de estagnação (2016-2019) assim identificado segundo a periodização adotada e explicitada por Leone no segundo artigo deste Caderno. A relativa recuperação da renda domiciliar e a retomada do emprego em 2022 não é, no entanto, acompanhada de melhora na situação de segurança alimentar. O Relatório do II VIGISAN (Rede PENSSAN, 2022 - II VIGISAN, Inquérito SA/IA– Covid-19) mostra a evolução ocorrida entre 2004 e 2022 (Tabela 5).

Tabela 5 - Evolução da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil segundo localidade do domicílio. Brasil, 2004 a 2022.

Inquéritos	Características Domiciliares	Valores Percentuais (%)				
		SA	IA	IA leve	IA moderada	IA grave
PNAD 2004	EBIA (n=108.606)	64,8	35,3	13,8	12,0	9,5
	Urbana	66,4		13,6	11,1	8,9
	Rural	56,0		14,9	16,4	12,8
PNAD 2009	EBIA (n=117.483)	69,5	30,4	15,8	8,0	6,6
	Urbana	70,4		15,8	7,6	6,2
	Rural	64,6		16,0	10,4	9,0
PNAD 2013	EBIA (n=116.490)	77,1	22,9	12,6	6,1	4,2
	Urbana	75,5		13,2	6,6	4,7
	Rural	57,5		20,9	12,7	8,9
POF 2018	EBIA (n=57.904)	63,3	36,6	20,7	10,1	5,8
	Urbana	64,9		20,4	9,5	5,3
	Rural	53,6		23,0	14,5	8,9
I VIGISAN 2020	EBIA (n=2.147)	44,8	55,2	34,7	11,5	9,0
	Urbana	45,6		35,0	10,9	8,5
	Rural	40,0		33,0	14,9	12,0
II VIGISAN 2022	EBIA (n=12.681)	41,3	58,7	28,0	15,2	15,5
	Urbana	42,2		27,9	14,9	15,0
	Rural	36,2		28,3	16,9	18,6

Fonte: Elaboração da autora com base no II VIGISAN Inquérito SA/IA - Covid-19, 2021/2022 – Anexo 13, p.109.

A série se inicia em 2004, com um quadro de insuficiência alimentar em mais de um terço (35,3%) dos domicílios brasileiros, incluindo nessa condição a insuficiência alimentar leve, a

moderada e a grave; registra em 2009 proporção ainda elevada em insegurança alimentar, mas com a redução para 30,5% dos domicílios; chega em 2013 à menor proporção de domicílios em insegurança alimentar, 22,9% (Tabela 5).

Importante registrar que em 2014 a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) considera que o Brasil se encontrava fora do Mapa da Fome, bem como deve-se lembrar que em 2004 foi instituído o Programa Bolsa Família, seguido de outras políticas e, especialmente o Plano Brasil Sem Miséria em 2011, que favoreceram a superação da insegurança alimentar para extensas parcelas dos domicílios.

Enquanto o Programa Bolsa Família garantiu rendimentos para os domicílios mais vulneráveis, o Plano Brasil Sem Miséria ao articular mais de cem ações que visavam promover a superação da extrema pobreza pelas famílias nessa condição, possibilitou tanto o acréscimo em reais para benefícios por faixas de idade de crianças e adolescentes, elevando a renda das famílias responsáveis por crianças, bem como articulou outras ações que contribuíram diretamente na redução da insegurança alimentar. Dentre outros, merece destaque o PAA, Plano de Aquisição de Alimentos da produção familiar para instituições como escolas, hospitais, prisões.

Em 2018, a insegurança alimentar volta a crescer e supera o patamar de 2004, com 36,6% dos domicílios em insegurança alimentar (Tabela 5). Esse registro evidencia a insegurança alimentar no contexto da estagnação da economia (2016-2019) que se seguiu ao período da recessão entre 2014 e 2016, no qual a desaceleração da economia foi resultante de crise econômica e de crise política, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Na sequência, durante o governo do presidente Michel Temer entre 2016 e 2018, o aumento da insegurança alimentar reflete também o período em que passou a vigorar a política fiscal do teto do gasto, sob a qual parte dos programas que visavam o combate à pobreza sofreram reduções ou foram encerrados.

Em continuidade do crescimento da insegurança alimentar, agravada pela crise sanitária da COVID-19 que impôs o distanciamento social como forma de enfrentamento da pandemia, esta - incluindo a insuficiência alimentar leve, moderada e grave - atinge 55,2% dos domicílios brasileiros em 2020 e atinge 58,7% dos domicílios em 2022, segundo o inquérito VIGISAN (II VIGISAN, 2022), Tabela 5. Deve-se observar que se acentua a insegurança alimentar no momento caracterizado como pós-isolamento na periodização adotada por nosso estudo (Leone, Artigo 2), quando em 2022 se observou retomada do crescimento do emprego e do rendimento domiciliar.

O agravamento da insegurança alimentar moderada e grave, que passa de 20,5% dos domicílios brasileiros em 2020, para 30,1% em 2022 (II VIGISAN, 2022), Tabela 5, coincidente com o momento em que se observa alguma melhora no rendimento domiciliar per capita, evidencia a gravidade das condições sociais no país e a urgência por políticas sociais abrangentes que não se limitem à transferência de renda, modalidade privilegiada no referido período.

Essa consideração é reiterada quando se comparam dados de 2022 com os de 2013, ano que apresentou a menor proporção de domicílios com algum grau de insegurança alimentar (Tabela 5). A comparação desses dois momentos revela o crescimento de 198% na proporção de domicílios em insegurança alimentar moderada e grave entre 2013 e 2022 e a indicação de piora mais acentuada para os domicílios urbanos que aumentam em 164% aqueles em condição de insegurança alimentar moderada ou grave; ou seja, passam de 11,3% nessa condição em 2013, para 29,9% em 2022 (Tabela 5).

Os resultados do estudo mais recente sobre a evolução da segurança alimentar no Brasil realizado com base nos dados da PNAD Contínua de 2023, mostra para esse ano acentuada redução do indicador de insegurança alimentar. Segundo essa pesquisa 27,6% dos domicílios brasileiros apresentam insegurança alimentar, considerando os três níveis (leve, moderada e grave), a segunda menor proporção observada desde 2013. Apresenta também a menor proporção de domicílios em condição de insuficiência alimentar moderada e grave, com 9,4% dos domicílios brasileiros (IBGE, 2024).

Corroborando essa tendência recente, dados divulgados por estudo da FAO (2024), - organismo da ONU -, indicam que, enquanto no período de 2020-2022, 32,8% da população brasileira se encontrava em insegurança alimentar moderada e severa, há redução nessa proporção no triênio 2021-2023, quando 18,4% da população se encontrava nessas condições de insegurança alimentar. Os dados se referem a pessoas e não a domicílios e indicam melhora em comparação ao período de 2020-2022.

Em comparação com a mesma informação em âmbito internacional, a queda observada no Brasil merece destaque positivo porque os dados mundiais se mantêm em cerca de 29% da população em insegurança alimentar moderada e severa no triênio 2021-2023 (Coletta, 2024).

O mesmo estudo da FAO indica também que em desnutrição crônica, ou passando fome, ainda que com tendência de melhora, 8,4 milhões de brasileiros permaneciam passando fome no triênio 2021-2023, enquanto 10,10 milhões passaram fome no triênio 2020-2022.

Os dados de níveis de Segurança e de Insegurança Alimentar comparativos apresentados na Tabela 5 têm por fonte o Relatório II VIGISAN (Anexo 13), que sistematizou resultados do I e II Inquéritos VIGISAN para os anos 2020 e 2022; levantamentos realizados pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE), para os anos de 2004, 2009, 2013 e pela POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares, IBGE) para o ano de 2018.

A comparabilidade dessas pesquisas é possibilitada pelo método utilizado em todas elas para medir a Segurança Alimentar, EBIA: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Constitui em um questionário de 8 perguntas aplicado aos maiores de 18 anos, que possibilita aferir o nível de segurança alimentar do domicílio.

Duas observações devem ser feitas com relação ao conjunto de pesquisas nacionais aqui referidas. A primeira é sobre a comparabilidade entre estas pesquisas domiciliares possibilitada pelo uso do mesmo indicador de Suficiência e de Insuficiência Alimentar (EBIA). A segunda observação a ser feita é sobre as especificidades das pesquisas referidas com relação a seus objetos de estudo, implicando em alguns casos, em amostragem distinta muito embora utilizando o mesmo indicador de Suficiência Alimentar.

Uma observação adicional é que todos os inquéritos são domiciliares, o que se por um lado permite maior comparabilidade das informações, por outro lado são insuficientes no estudo da questão da fome ao ignorarem o aumento do contingente na condição de morador de rua, fenômeno ainda pouco conhecido em âmbito nacional e não captado por pesquisas domiciliares.

Assim, outro aspecto da deterioração das condições de vida no período intercensos é o aumento de pessoas e de famílias em situação de rua no Brasil nas últimas décadas e que se acentua a partir do período que ocorre a pandemia da Covid-19, sem retroceder até 2022. Pretende-se aqui apenas indicar esse fato sem a pretensão de esgotar sua complexidade.

Ainda que o Brasil não tenha estatísticas oficiais sobre essa população, algumas bases de dados como o Cadastro Único, o Censo Suas e outras bases registram esse fenômeno em crescente esforço de captar sua evolução. Por outro lado, alguns esforços são feitos para sistematizar essas informações buscando estimar o crescimento e as características dessa população com a finalidade de oferecer suporte para políticas sociais, como o estudo de Natalino (2023).

Em estimativa realizada por Natalino (2023), mesmo considerando as dificuldades de registro e o risco da subestimação, o autor considera que no período da década 2012 a 2022, o crescimento da população de rua no país foi da ordem de 211%, muito superior ao crescimento da população brasileira, que teria sido de 11%. O autor considera que as maiores concentrações

de pessoas em situação de rua estão na região Sudeste, em municípios de maior porte: Grandes (de 100 a 900 mil habitantes) e Metrôpoles (acima de 900 mil habitantes).

Tabela 6 - Número de pessoas em situação de rua por porte do município (Estimativa). Brasil-2012-2022.

Ano	Porte do Município				Brasil	Variação/ ano anterior (%)
	Pequeno	Médio	Grande	Metrópole		
2012	13.428	6.121	36.087	34.087	90.480	–
2013	13.624	6.400	38.245	37.977	96.246	6,0%
2014	14.158	7.840	44.201	40.451	106.650	10,0%
2015	15.409	9.441	49.642	48.612	123.104	15,0%
2016	16.806	9.912	56.056	56.011	138.785	12,0%
2017	18.403	12.344	65.459	64.408	160.614	15,0%
2018	21.045	12.362	73.658	77.684	184.749	15,0%
2019	23.503	13.959	81.806	85.392	204.660	10,0%
2020	29.505	22.635	79.177	83.134	214.451	4,0%
2021	39.542	24.355	88.437	79.813	232.147	8,0%
2022	46.210	28.386	104.296	102.580	281.472	21,0%

Fonte: Natalino (2023). Estimativa da população de em situação de rua no Brasil (2012-2022).

Nota Técnica 103. IPEA.

67

Por outro lado, esforços para conhecer com maior detalhe tanto o aumento como as características da população em situação de rua na maior capital do país são feitos pela Prefeitura Municipal de São Paulo, através dos Censos da População em Situação de Rua, realizados desde o ano 2000, sob a responsabilidade da SMDS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social).

A série apresentada na tabela abaixo que traz dados até 2021, indica intenso crescimento de pessoas nessa condição entre 2015 e 2019 e também entre 2019 e 2021, marcados por crise econômica e, o último período, pela pandemia da Covid-19.

Tabela 7 - População em situação de rua no município de São Paulo. São Paulo: 2000, 2009, 2011, 2015, 2019 e 2021.

Ano	Pessoas em situação de rua	Crescimento em relação ao ano anterior (%)	População do município de São Paulo	Crescimento em relação ao ano anterior (%)
2000	8.706	–	10.434.252	–
2009	13.666	57,0	11.037.590	5,8
2011	14.478	5,9	11.303.626	2,4
2015	15.906	9,9	11.504.120	1,8
2019	24.344	53,0	12.252.023	6,5
2021	31.884	31,0	12.396.372	1,2

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo. SMADS - Censos da População em situação de rua, 2000, 2009, 2011, 2019, 2021; e censos/estimativas IBGE 2022. Extraído de Prefeitura de São Paulo, 2022. p.18.

Esse censo é composto por diversos tipos de levantamentos e as contagens são feitas em ruas, praças e outros espaços públicos da cidade e também nos Centros de Acolhida. Uma informação sobre segurança alimentar revelou que 35,3% das pessoas entrevistadas em 2019 passaram um dia inteiro sem comer nada nos últimos 7 dias. Em números absolutos isso significa que 8.593 pessoas em situação de rua no município de São Paulo, passaram pelo menos um dia inteiro sem se alimentar nos últimos 7 dias.

Em 2021, 28,9% dos entrevistados passaram um dia inteiro sem comer porque não teriam conseguido comida na última semana. O percentual de pessoas que passaram um dia inteiro sem comer porque não conseguiram comida foi superior entre as pessoas entrevistadas nas ruas, 39,4% quando comparadas com as entrevistadas nos Centros de Acolhida.

Essas poucas informações sobre pessoas em situação de rua aqui apontadas evidenciam a gravidade da questão social para a qual as informações são insuficientes e as soluções ainda pouco definidas. Mostram por outro lado o agravamento da deterioração das condições de vida durante o período intercensos, que configura o contexto do Censo Demográfico de 2022.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Agencia Gov. **Relatório da CGU aponta irregularidades no pagamento de auxílios em 2022.** [Brasília, DF]: Agencia Gov. 23 set. 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202309/relatorio-da-cgu-aponta-irregularidades-no-pagamento-de-auxilios-em-2022>. Acesso:16 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Sustentável. **Plano Brasil Sem Miséria.** Caderno de Resultados - 3 anos. Brasília, DF: MDS, junho 2014. Disponível em: <https://wpp.org.br/wp->

content/uploads/2016/12/caderno_resultados_3_anos_plano_brasil_sem_miseria_portugues_s_emlogo.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Relatório de Avaliação - 1269917- Auxílio Taxista**. Brasília -DF. 03 de maio de 2023. Disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/1269926>. Acesso em: 27 nov. 2024.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Relatório de Avaliação – 1267142 - Auxílio Caminhoneiro**. Brasília -DF. 03 de maio de 2023. Disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/1267245>. Acesso em: 27 nov. 2024.

Brasil. Decreto 7.492. 02 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, N. 106, 3 de junho de 2011. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=6&data=03/06/2011>. Acesso em 29 out. 2024.

BRASIL. Decreto n.11.679. 31 de agosto de 2023. Institui o Plano Brasil Sem Fome. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, n. 168. 1 de setembro de 2023. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/09/2023&jornal=515&pagina=1&totalArquivos=122>. Acesso em: 29 out. 2024.

CANZIAN, F. Diferença de rendimentos entre pobres e ricos é recorde, aponta IBGE. **Folha de São Paulo**, 16 out. 2019, Mercado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/diferenca-de-rendimentos-entre-pobres-e-ricos-e-recorde.shtml>. Acesso em: 19 jan. 2024.

COLETTA, R. D. Fome atinge 8,4 milhões no Brasil, mostra estudo da ONU. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 2024, p. B1. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/07/fome-atinge-84-milhoes-no-brasil-mostra-estudo-da-onu.shtml#comentarios>. Acesso em: 25 jul. 2024.

DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M.; ROSSI, P. **Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil**. São Paulo: Brasil Debate e Fundação FriedrichEbert, 2018. v. 1. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14632.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

FAO et al. **Brief to The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms**. Rome, FAO, 2024. <https://doi.org/10.4060/cd1276en>. Acesso em: 25 jul. 2024.

FONSECA, A.; JACCOUD, L.; KARAM, R. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: O desafio de universalizar a cidadania. Em: FONSECA, A.; FAGNANI, E. (org.) **Políticas Sociais, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. ISBN 978-85-7643-178-7. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/VolIIPolíticasSociais-web1.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

GOMIDE, A. de A.; SÁ E SILVA, M. M. de; LEOPOLDI, M. A. (ed.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023. 564 p. ISBN: 978-65-5635-049-3. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11939>. Acesso em: 28 nov. 2023.

GTSC A2030. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030. **Relatório Luz da Agenda 2030: de desenvolvimento sustentável – síntese II**. [s.l.], 2018. 84p. Disponível em <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2018/>. Acesso: 12 fev. 2019

IBGE. PNAD Contínua 2018: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país [releases]. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 16 out. 2019. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700>. Acesso em: 18 nov. 2024.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: segurança alimentar 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102084.pdf>. Acesso: 12 de jun. de 2024.

MENEZES, F.; JANNUZZI, P. Com o aumento da extrema pobreza, Brasil retrocede dez anos em dois. **Teoria e Debate**, São Paulo, ed. 170, 7 mar. 2018. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2018/03/07/com-o-aumento-da-extrema-pobreza-brasil-retrocede-dez-anos-em-dois/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MONTALI, L. Desigualdade e pobreza nas famílias metropolitanas: redução ou reprodução? In: Sanchez, Eramis Bueno y Alves, José Eustaquio D. (org.). **Pobreza y Vulnerabilidade Social**: enfoques y perspectivas. Cordoba, Ar.: [ALAP], 2008.

MONTALI, L.; LIMA, M. T. Arranjos domiciliares e vulnerabilidade ao empobrecimento: aspectos metodológicos e empíricos. **RELAP. Revista Latinoamericana de Población**, v. 8, n. 14, jun. 2014. ISSN: 2393-6401. Disponível em: <https://doi.org/10.31406/relap2014.v8.i1.n14.5>. Acesso em: 30 agosto 2024.

MONTALI, L.; TELLES, S.S.; LIMA, M.T. Desigualdades de renda e restrições no acesso ao trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras: avanços e persistências. **Caderno de Pesquisa NEPP**, 87, mar. 2019. ISSN: 2527-1946. Disponível em: <https://www.nepp.unicamp.br/upload/documents/publicacoes/e6afe1db412f25e6cdb9712b523f203c.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

NATALINO, M.A. Estimativa da população de em situação de rua no Brasil (2012-2022). **Nota Técnica**, IPEA. n. 103, fev. 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf. Acesso em: 09 out. 2024.

NERI, M. C. **A escalada da desigualdade**: qual foi o impacto da crise sobre a distribuição de renda e da pobreza? Rio de Janeiro, RJ, 2019. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/A-Escalada-da-Desigualdade-Marcelo-Neri-FGV-Social.pdf>. Acesso em: 09 out. 2024.

NERI, M. C.; HECKSHER, M. D. **A montanha-russa da pobreza**. Rio de Janeiro, RJ, FGV Social, 2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/PobrezaMensal>. Acesso em: 08 nov. 2024.

RIBEIRO L. L.; ARAUJO, J. A.; FEITOSA, D. G. Crescimento pró-pobre?: uma análise para os meios urbano e rural no Brasil. **Pesquisa e planejamento econômico**. v. 44, n. 1, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4133>. Acesso: 10 nov. 2019.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). **Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua** - Produto XII - Relatório Final da Pesquisa Temática de Identificação das Necessidades. São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/OBSERVATORIO/Produto12_SMADS_SP_01_04_Final_Revisado.pdf. Acesso em: 07 out. 2024

II VIGISAN. **Relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN**. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. (Análise; 1), PDF. ISBN 978-65. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp->

content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf. Acesso em: 13 maio 2024.

SOUZA, P.H.G.F. de; OSORIO, R.G.; PAIVA, L.H.; SOARES, S. Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos.

Texto para Discussão, IPEA, Rio de Janeiro, RJ, n. 2499. 2019. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/2/td_2499_sumex.pdf. Acesso em: 27 set. 2024.

População jovem e adulta no Brasil e o acesso à educação nos anos 2010 a 2022

Stella Silva Telles*

Um aspecto comumente referido na literatura para explicar as dificuldades de inserção no mercado de trabalho é o baixo nível educacional. A educação básica completa é reconhecida pela conclusão do Ensino Médio subsequente à conclusão do Ensino Fundamental, o que equivale a completar pelo menos 12 anos de estudo.

É importante se conhecer o quantitativo de pessoas que não concluíram a educação básica porque, trata-se de um direito de cidadania estabelecido na constituição que não está sendo garantido, além de representar uma qualificação mínima para o trabalho que não está sendo conquistada. Esses números estão relacionados à situação onde as pessoas que não completaram a educação básica terão diminuídas as chances de terem boas perspectivas no futuro para a sua inserção no mundo do trabalho, tendo em vista que a etapa básica da educação é pré-requisito para ocupações de qualidade.

Para tratar dessas questões o propósito do artigo é, em primeiro lugar apresentar as principais políticas federais educacionais com foco na ampliação do acesso à educação vigentes nos anos 2010. Para isso serão investigadas as principais políticas educacionais consideradas com potencial de melhorar a educação dos jovens e da população adulta vigentes nos anos 2010.

Em segundo lugar, a partir dos dados das PNADC (Pesquisa por amostra de domicílio contínua, IBGE), mostrar a evolução do acesso à educação da população adulta e em especial da população jovem. Também serão apresentados nos itens subsequentes indicadores construídos através dos dados da publicação do IBGE: “Síntese de indicadores sociais 2023” com algumas desagregações por características da população que nos permitem observar as desigualdades educacionais.

1 - Políticas e Programas educacionais do governo federal na década de 2010 até 2022

* Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP (NEPP). Doutorado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Membro e ex-coordenadora do Observatório da Infância e Adolescência da Unicamp – OiA. Atuação na área de políticas públicas e população, nos temas: infância e adolescência, desigualdades no acesso à educação e a saúde, avaliação e metodologias de análise quantitativa aplicada às políticas públicas.

Já faz algum tempo que o Brasil conquistou a universalização do acesso à educação para as crianças na idade obrigatória dos 6 aos 14 anos. Vale lembrar que estamos falando apenas do acesso e da cobertura e, não entraremos no mérito da questão da qualidade do ensino. A universalização do ensino médio referente à faixa etária escolar dos 15 aos 17 anos ainda é um grande desafio para o país.

Mas, o que se pode afirmar é que a política educacional brasileira, desde seu início sempre esteve permeada pelas desigualdades regionais, de raça, e sociais.

Ao apresentarmos algumas políticas educacionais com impactos diretos ou indiretos para a ampliação do acesso dos jovens e adultos à educação para o período de 2012 a 2022, é importante revermos algumas das políticas que foram implementadas no governo anterior a 2012.

O período anterior a 2012 foi o da gestão do presidente Lula onde foram implementadas, entre várias políticas, algumas com ênfase no ensino superior. Dentre elas merece destaque o Programa Universidade para Todos (Prouni) iniciado em 2004 e vigente até hoje. O programa promove bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior. As instituições privadas que aderem ao programa têm isenções fiscais. O programa atende estudantes que tenham cursado o Ensino Médio em escolas públicas ou em escolas privadas na condição de bolsista integral, pessoas com deficiência e professores da rede pública de ensino para os cursos de licenciatura. O programa conta com reserva de vagas para alunos autodeclarados indígenas, pretos e pardos.

Ainda na gestão do presidente Lula tivemos o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007, cujo objetivo foi a criação de novos campi e novas universidades federais, trazendo um aumento significativo na oferta de cursos e vagas.

Além desses programas, também estava em vigência o programa FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) criado em 1999 e cujo objetivo era ampliar o acesso ao ensino superior através de financiamento estudantil, permitindo que estudantes de baixa renda pudessem estudar em instituições privadas e pagar posteriormente com juros baixos.

Em 2010 foi criado o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) com o objetivo de que instituições públicas e privadas pudessem oferecer vagas para seus cursos de graduação através do desempenho dos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Além das políticas com foco no ensino superior, também houve em 2006 a ampliação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) que passa a se chamar FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e, que além de incluir o ensino fundamental, inclui também o ensino médio).

No âmbito da educação profissional, em 2006 foi implementado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (Proeja)¹. Neste programa, o propósito era o aprendizado dos alunos de EJA de ensino profissionalizante concomitante à conclusão do Ensino Fundamental e Médio.

Outro programa criado com objetivo de promover o nível educacional da população foi o Brasil Alfabetizado, no ano de 2003. Este programa tinha por objetivo promover a alfabetização de jovens acima de 15 anos e adultos que tivessem evadido da escola antes de aprender a ler e a escrever, e era realizado buscando a permanência dos alunos nas classes de educação para jovens e adultos (EJA).

Também houve a criação do Programa Mais Educação lançado em 2007 e tinha como objetivo a oferta de educação em tempo integral às crianças, adolescentes e jovens. O programa incluía atividades socioeducativas no contra turno escolar.

No início da década de 2010, no ano de 2011 o cargo da presidência da República era presidido por Dilma Roussef. Nesse ano foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O programa, vigente até hoje, tem a finalidade de ampliar a oferta de cursos para o acesso à educação profissional e tecnológica. O programa na sua criação também incluía outros projetos e ações de assistência técnica e financeira (Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011). Este programa na medida em que pretendia democratizar o acesso e melhorar o ensino médio público, oferecia cursos para a qualificação profissional e buscava ampliar as oportunidades de ingresso no mercado de trabalho e a melhoria da empregabilidade. Este programa, oferecia bolsa-formação para custear vagas de estudantes da rede pública, beneficiários de programas de transferência de renda e trabalhadores.

Esse programa sofreu algumas críticas, entre elas destacamos Sansão (2022) que considerou que o Pronatec não alcançou os resultados previstos devido a vários fatores que vão desde a escolha das instituições de ensino, onde a maioria era de natureza privada e isto implicou em gastos altíssimos para o governo. Também, este autor aponta problemas com relação ao

¹ Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006.

público-alvo que era composto majoritariamente de população de baixa renda e com necessidade de trabalhar para sobreviver acarretando alta evasão (entre 30% e 50%). A maioria dos alunos que conseguiam concluir os cursos provinham de famílias mais privilegiadas.

Em 2011 foi implementado o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), no âmbito da internacionalização do ensino superior com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento tecnológico e científico do país nas áreas de conhecimento consideradas prioritárias (Decreto nº 7.642, 13 de dezembro de 2011).

Ainda no governo Dilma, foi aprovada em 2012 a Lei de Cotas, com o objetivo de garantir 50% das vagas das universidades e institutos federais com o objetivo de incluir a população que historicamente estava excluída do ensino superior. Assim, o público alvo desta lei são os alunos de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas, pessoas com deficiência, e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Instituída pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas)).

Em 2013, houve a implementação no ensino superior do Programa de Bolsa Permanência (PBP), o qual concedia assistência financeira a estudantes em situações de vulnerabilidade econômica das Instituições Federais de Ensino Superior.

75

Em 2014 foi instituído o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), com o foco na formação e a capacitação em idiomas de estudantes, professores e corpo-técnico administrativo das Instituições de Educação Superior Públicas e Privadas (IES) como também de professores de idiomas da rede pública de educação básica² (Portaria nº 973, de 14 de novembro de 2014).

O Plano Nacional de Educação (2014-2024) foi sancionado em 2014 e reafirmou a necessidade de adequação de Base Nacional Comum Curricular³, a qual começou a ser debatida somente em 2015.

Os governos autointitulados democrático-populares como os do presidente Lula e da presidenta Dilma, apesar de algumas contradições, buscaram o desenvolvimento de políticas mais inclusivas na área educacional “sem ter que promover mudanças muito radicais” Oliveira (2023). As mudanças no cenário político brasileiro com o impeachment/golpe sofrido pela presidenta Dilma, revelaram o novo direcionamento dos governos neoliberais que viriam a seguir com os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022).

² O programa também tinha o objetivo de proporcionar a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa

³ BNCC já estava prevista na Lei de Diretrizes e Bases em 1996 (LDB 9394/96).

Assim, vieram novas ações e políticas que não estavam previstas no planejamento da educação brasileira e que não levaram em conta todo o debate promovido por entidades ligada ao setor educacional ocorrido por elaboração do Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024) (Clementino, 2023).

Com a presidenta Dilma Roussef deposta, assume a presidência Michel Temer marcando o desmonte da política de educação que estava vigente e, segundo alguns autores, a nova política era de natureza capitalista e neoliberal (Araújo, 2021). Com a nova gestão e com a nova política educacional retira-se a integralidade do direito à educação e reduz-se a responsabilidade do Estado, que em parte, era passada para o mercado.

Em 2016 foi criado o Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI⁴ - com o propósito de apoiar a implementação da proposta pedagógica das escolas de ensino médio em tempo integral nas redes públicas estaduais.

Ainda em 2016 foi instituída uma forma de oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio concomitante ao ensino regular que permitia que o aluno obtivesse as duas certificações. Esta ação funcionava com o nome de MedioTec dentro do Programa Pronatec. De acordo com Silva (2018), a oferta dos cursos técnicos como MedioTec estaria mais relacionada ao atendimento dos setores produtivos como as empresas privadas, do que com os cursos de formação inicial continuada. Além disso, a autora acredita que a criação do MedioTec estaria associada a uma tentativa de acelerar o processo de reforma do ensino médio.

Segundo Araújo (2021), o governo Temer executou mudanças estratégicas no Ensino Médio, a partir de uma contrarreforma e de uma mudança na base comum curricular que abrangia todo o país. Em 2017 foi anunciada a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. A chamada Lei da Reforma do Ensino Médio⁵. Com essa nova diretriz, estava previsto algumas mudanças como a ampliação do tempo mínimo do estudante na escola e uma flexibilização no currículo através da adoção dos itinerários formativos. Além disso, nesse ano ainda foi lançado o programa Educação Conectada⁶ com o foco na universalização do acesso à internet de alta velocidade e o uso pedagógico das tecnologias digitais na educação básica.

⁴ Portaria 1.145, de 10 de outubro de 2016.

⁵ Implementada por meio da Medida Provisória nº 746/2016 e depois transformada na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

⁶ Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017.

A reforma do Ensino Médio não foi bem recebida pelos estudantes, que organizaram protestos e manifestações contra as mudanças e ocuparam várias escolas⁷. Com a reforma, propunha-se a flexibilização do ensino, ampliava-se a carga horária, e eram criados os itinerários formativos aos quais os alunos deveriam escolher. Passava-se a ideia de uma escola mais atrativa e de uma maior autonomia do estudante, quando na realidade o aluno só poderia escolher itinerários entre os que fossem ofertados na sua localidade. Sob este ponto de vista fica evidente que a nova política gerava desigualdades.

A reforma do Ensino Médio foi apresentada, neste governo, como uma modernização que além de tornar o ensino mais eficaz, também preparava o estudante para o mercado de trabalho. Mas, na realidade podemos dizer que foi uma política regressiva.

Ainda em 2017 tivemos a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁸ para a etapa do ensino médio.

Outros dois programas foram instituídos em 2018: o Programa Mais Alfabetização (PMALFA⁹), com foco no apoio às unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º e 2º ano do ensino fundamental e, o Programa de Residência Pedagógica¹⁰ com ações para aperfeiçoar a formação dos estudantes dos cursos de licenciatura.

77

Importante lembrar que foi nesse governo, em 2016, que ocorreu a implementação da Emenda Constitucional nº 95, que tinha como foco realizar um novo ajuste fiscal através do congelamento dos gastos públicos primários por 20 anos e que ficou conhecido também como teto de gastos (Ralio, 2023). Em função desta emenda muitos programas tiveram recursos reduzidos ou foram extintos (Programa Nacional do Livro Didático para EJA (PLNDEJA), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e o Programa Brasil Alfabetizado).

O governo do presidente Jair Bolsonaro iniciado em 2019 foi marcado por uma série de desastres na área educacional, (Nascimento, 2024). Ao contrário dos governos Lula e Dilma onde foi observado um forte investimento em educação com foco em políticas que foram desde a creche até a pós-graduação, no governo Bolsonaro foi intensificada uma política de desmonte iniciada no governo Temer. O Ministério da Educação, assim como suas autarquias tiveram

⁷ As principais manifestações foram iniciadas com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), além dos grêmios estudantis.

⁸ Portaria 1.570, de 20 de dezembro de 2017

⁹ (Portaria MEC nº 142, de 22 de fevereiro de 2018)

¹⁰ Portaria Capes nº 38, de 28 de fevereiro de 2018)

retrocessos de várias ordens: institucionais, orçamentários e normativos. Tivemos cinco ministros nesse governo. Segundo o Gabinete de Transição Governamental (2022), tivemos a descontinuidade de políticas relevantes e desarticulação com os sistemas de ensino estaduais, municipais e a rede federal. Vale lembrar que além da má gestão e das várias crises, o governo Bolsonaro atravessou o período da pandemia, o que se refletiu em uma verdadeira regressão para a educação no país.

Com relação à política educacional, destacamos algumas políticas e programas implementados no período. Em 2019 foi instituído o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – Future-se. A ideia anunciada como uma modernização era a de que o programa possibilitaria o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, através de parceria com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios sem haver chamada pública. Entre as várias críticas que o programa recebeu, uma delas foi a de que este seria uma ameaça à autonomia das universidades. Além disso, de acordo com Gomes (2024), o programa tratava de satisfazer interesses de classe se apresentando como proposta democrática, mas que na realidade estava em conexão com critérios mercadológicos.

Em 2019 a Política Nacional de Alfabetização (PNA)¹¹, foi implementada com o propósito de melhorar o processo de alfabetização infantil.

Em meio à muitas controvérsias, em 5 de setembro de 2019 com o objetivo de promover a melhoria na qualidade da educação básica foi lançado o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, que previa inicialmente a implementação de 216 colégios até 2023. O programa tinha como proposta que gestores civis ficassem a cargo da parte pedagógica e, que a gestão administrativa caberia aos militares. Até o ano de 2022, ao menos 200 escolas tinham aderido ao programa. Em julho de 2023, já na nova gestão do presidente Lula, o governo federal decidiu encerrar o programa.

Foi criado ainda o programa Novos Caminhos¹², que segundo informações do MEC foi criado em 2019 com o objetivo de expandir a Educação Profissional e Tecnológica, inicialmente prevendo um incremento de 80% no número de matrículas nos cursos profissionais e tecnológicos, o que significaria passar de 1,9 milhões de matrículas para 3,4 milhões em 2023,

¹¹ Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. A nova proposta se voltou a trabalhar os seis componentes: consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento vocabulário, compreensão de textos e produção escrita

¹² <https://novoscaminhos.mec.gov.br/>

levando em conta profissões do futuro e demandas de mercado proporcionando assim, uma inserção mais rápida no mercado de trabalho. A proposta também estava alinhada ao cumprimento da meta 11 do PNE (Plano Nacional de Educação) que preconizava triplicar as matrículas de educação técnica de nível médio sendo que pelo menos metade da expansão deveria ocorrer no segmento público. O programa foi pensado a partir de três eixos que estruturam a implementação: ‘Gestão e Resultados’; ‘Articulação e Fortalecimento’ e ‘Inovar para crescer’. As ações deste programa deveriam apoiar as instituições de ensino no planejamento da oferta de cursos que estariam alinhadas com as demandas do setor produtivo e nas transformações da inovação tecnológica.

No período de 2020 a 2022 sob o governo Bolsonaro pudemos observar que vários programas foram propostos ou implementados, mas que não perduraram seja por motivos técnicos ou porque foram impedidos pelo Congresso Federal ou pelo STF. Entre eles podemos citar o programa Future-se, homeschooling, a proposta do Novo Fundeb e a nova política de inclusão (Política Nacional de Educação Especial (PNEE)). Também outros programas como as escolas cívico-militares e a nova Política Nacional de Alfabetização (PNA), não tiveram boa adesão por parte dos municípios durante o governo.

79 Segundo o Brasil, Gabinete de Transição Governamental (2022, p.15)

O descaso com a educação atingiu diversos programas, como os de alimentação escolar, construção de creches e escolas, organização curricular, ampliação do tempo integral, iniciação à docência, entre outros. As poucas iniciativas adotadas foram tardias, beneficiaram um limitado número de estudantes e estiveram desconectadas das necessidades reais, como no caso da estratégia de formação de professores por meio de plataformas de educação a distância, sem coordenação nacional, incentivo e valorização dos educadores.

O ano de 2020 além de ter sido o ano do início da pandemia da Covid-19 foi muito conturbado na área educacional, sobretudo por conta de questões ideológicas e “guerras culturais” com impactos diretos na área da educação. Podemos enumerar algumas situações que marcaram esse ano como: ataques às universidades públicas, a desvalorização das disciplinas de humanidades (filosofia, sociologia e artes) em favor das disciplinas mais técnicas, a adoção de postura conservadora ao promover a “escola sem ideologia”, críticas aos enfoques sobre diversidade e inclusão ao ampliar o que se denominava “escola sem ideologia” e, incentivo à militarização das escolas públicas entre outras.

Outra questão importante foi o orçamento. Durante este governo, desde o início houve contingenciamentos, bloqueios e cortes que afetaram estudantes de todas as etapas de ensino

refletindo a incapacidade de execução orçamentária e a falta de prioridade dada à educação no período.

Zamboim e Casalino (2023) em sua pesquisa sobre o direito à educação, orçamento e políticas públicas analisam as políticas educacionais do governo federal no período de 2010 a 2019 levando em conta estudos bibliográficos e levantamento de dados orçamentários. Esses autores concluem que no primeiro período relativo aos governos denominados por eles como progressistas (governo Lula e Dilma) observou-se a ampliação do gasto em educação e um esforço maior para abranger populações mais vulneráveis economicamente e, privilegiaram políticas com objetivos de ampliar o acesso universal à educação. Em contrapartida, os governos posteriores, denominados como conservadores (governos Temer e Bolsonaro) não implementaram o crescimento do gasto e se empenharam em implementar políticas que não tinham como foco aumentar a redistribuição dos recursos e, portanto, de menor resolutividade para a redução das desigualdades educacionais.

2. População adulta e o acesso à educação básica.

Nas próximas seções serão apresentados dados relacionados à escolarização de jovens e adultos no período de 2016 a 2022 utilizando as informações disponibilizadas pela publicação do IBGE: “Síntese de indicadores sociais 2023”. Para alguns indicadores serão usados dados das PNADC para anos anteriores ao período citado.

Além desses itens, serão apresentadas informações sobre oferta de matrículas com os dados disponibilizados pelo INEP/MEC: a evolução das matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a evolução das matrículas no ensino Profissionalizante.

2.1 População adulta e a conclusão da educação básica

Nesta seção apresentamos a evolução da escolarização da população adulta (população com mais de 25 anos de idade) entre 2016 e 2022, destacando a conclusão ou não da educação básica definida como a conclusão de 12 anos de estudo e, as taxas de analfabetismo da população com idade superior a 15 anos.

A proporção de pessoas adultas (com 25 anos ou mais de idade) que completaram a educação básica vem aumentando pelo menos desde o ano de 2016 quando foi contabilizado o percentual de 46,2%. Em 2023 este percentual foi equivalente a 52,5% (Gráfico 1). Ao analisar as

informações da PNADC do ano de 2023 para aqueles que não concluíram a educação básica (45,6% da população do Brasil com 25 anos ou mais), vemos que eles se distribuem da seguinte forma: 6% não tinham instrução; 27,1% não completaram o ensino fundamental; 7,5% concluíram o ensino fundamental; e 5%, não haviam completado o ensino médio (Tabela 1).

A maior parte dos que não tem educação básica concluída, sequer completou o Ensino Fundamental.

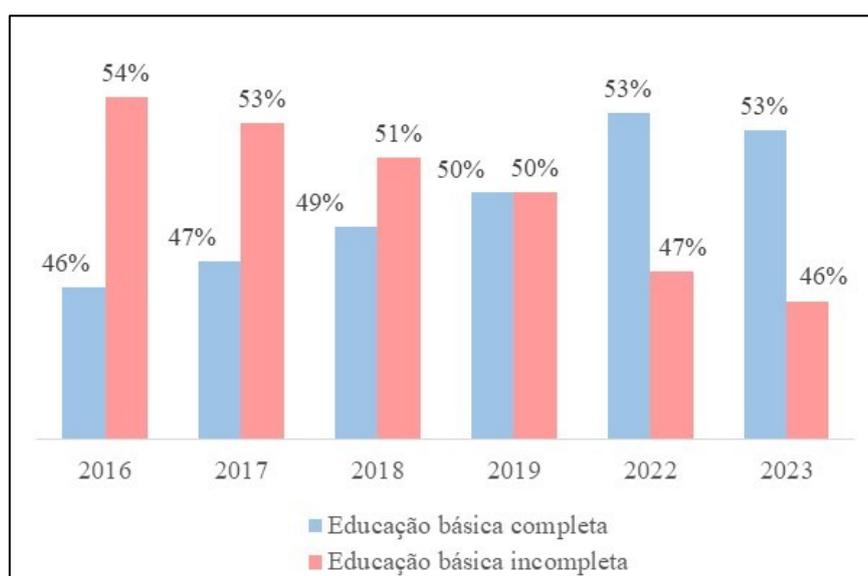
Tabela 1 - Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução (%). Brasil, 2016 a 2019 e, 2022 e 2023.

	Sem instrução	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Sem educação básica completa	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino superior completo	Com educação básica completa
2016	7,3	33,1	9,2	4,2	53,8	27,2	3,6	15,4	46,2
2017	6,7	32,8	8,6	4,7	52,8	27,6	3,8	15,8	47,2
2018	6,5	32,1	8,1	4,7	51,4	27,8	4,2	16,6	48,6
2019	6,0	31,2	8,0	4,8	50,0	28,3	4,2	17,5	50,0
2022	6,0	28,0	7,8	5,0	46,8	29,9	4,1	19,2	53,2
2023	6,0	27,1	7,5	5,0	45,6	30,6	2,2	19,7	52,5

Fonte: IBGE. PNADC 2012-2022. Extraído de: Síntese de Indicadores Sociais – 2023.

Notas: (1). Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça. (2). Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Gráfico 1 - Percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade com educação básica completa e com educação básica incompleta.



Fonte: IBGE. PNADC 2012-2022. Extraído de: Síntese de Indicadores Sociais – 2023.

Apesar das políticas educacionais vigentes nesses anos para a melhoria da escolaridade da população adulta que se refletiram em um aumento da escolaridade geral da população adulta, este incremento é também fruto de fatores demográficos. As gerações mais velhas e menos escolarizadas vão sendo substituídas pelas novas coortes mais escolarizadas.

É importante destacar o movimento de melhora relativa dos níveis de escolaridade da população adulta, mas não se pode deixar de levar em conta que se em termos absolutos em 2016 tínhamos 67,8 milhões de pessoas com mais de 25 anos sem a educação básica concluída, e em 2023 ainda temos 60,5 milhões de adultos sem ter a escolaridade básica completa, ou seja, sem concluir o ensino médio.

2.2 Analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade.

Os dados mostraram que a taxa de analfabetismo para a população com 15 anos ou mais de idade caiu de 6,7% em 2016 para 5,6% em 2022. As pessoas de cor ou raça branca com 15 anos ou mais de idade tiveram as menores taxas de analfabetismo, 3,8% em 2016 e 3,4% em 2022. Para as pessoas de cor preta ou parda, por outro lado, o percentual de analfabetos embora tenha diminuído de 9,1% para 7,4%, tanto em 2016 quanto em 2022 representavam mais do que o dobro do percentual de analfabetos relativo à população branca.

A queda na taxa de analfabetismo ocorreu tanto na zona urbana quanto na zona rural, mas persistindo em grande medida na zona rural. O analfabetismo na zona urbana caiu de 5,0% em 2016 para 4,2% em 2022. Na zona rural passamos de 17,1% de analfabetos em 2016 para 14,9% em 2022.

Também houve decréscimo quando se analisa pelo sexo, mas a diferença entre homens e mulheres é bem menor. Em 2022 o analfabetismo entre as mulheres equivalia a taxa de 5,4% e entre os homens a taxa foi de 5,9%.

A queda na taxa de analfabetismo ocorreu em todas as faixas etárias. Em 2022, o grupo mais jovem (de 15 a 19 anos) atingiu a menor taxa de analfabetismo (0,5%) e, o grupo com 65 anos ou mais permaneceu com a maior taxa de analfabetismo (18,3%) (Tabela 2).

A taxa de analfabetismo mais elevada para os mais velhos é produto da falta e, ou do atraso no investimento em educação tanto na questão da escolarização das crianças e dos adolescentes quanto no investimento nos programas de alfabetização de jovens e adultos.

Tabela 2 - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (%), segundo características selecionadas. Brasil – 2016 a 2022

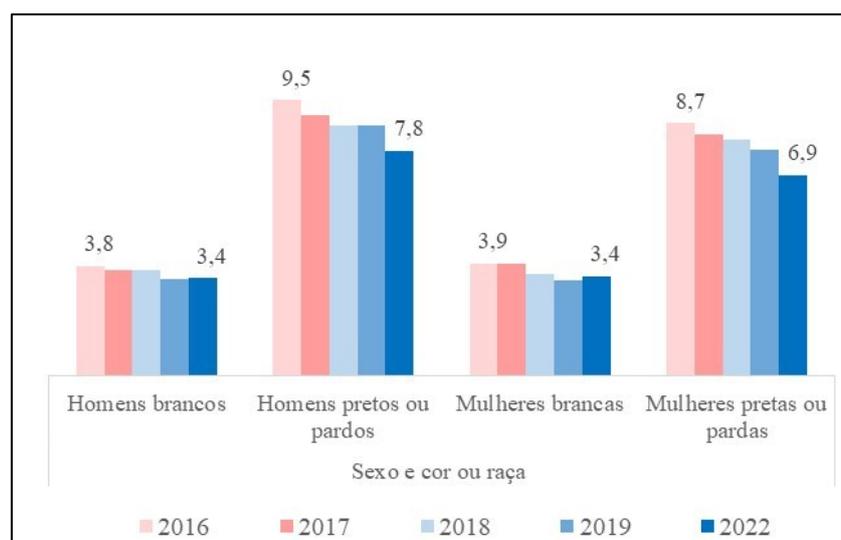
		2016	2017	2018	2019	2022
Situação do domicílio	Brasil	6,7	6,5	6,3	6,1	5,6
	Urbana	5,0	4,9	4,7	4,5	4,2
	Rural	17,1	16,6	16,3	15,8	14,9
Sexo	Homem	7,0	6,7	6,5	6,4	5,9
	Mulher	6,5	6,3	6,1	5,8	5,4
Cor ou raça	Branca	3,8	3,8	3,6	3,3	3,4
	Preta ou parda	9,1	8,7	8,4	8,2	7,4
Grupos de idade (em anos)	15 a 19	0,7	0,6	0,6	0,7	0,5
	20 a 24	1,1	1,1	1,0	1,0	0,8
	25 a 34	2,0	1,8	1,7	1,5	1,3
	35 a 44	4,7	4,6	4,1	3,9	3,2
	45 a 54	7,8	7,6	7,4	6,8	6,2
	55 a 64	11,8	11,4	10,9	10,7	9,7
	65 ou mais	23,6	22,4	21,7	20,9	18,3

Fonte: IBGE. PNADC 2012-2022. Extraído de: Síntese de Indicadores Sociais – 2023.

A distância entre a população branca e as populações preta e parda ainda é grande. O analfabetismo entre os homens pretos ou pardos, apesar do declínio no período é ainda maior que para as mulheres pretas e pardas (Gráfico 2).

83

Gráfico 2 - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (%), segundo sexo e cor ou raça. Brasil, 2016 a 2022

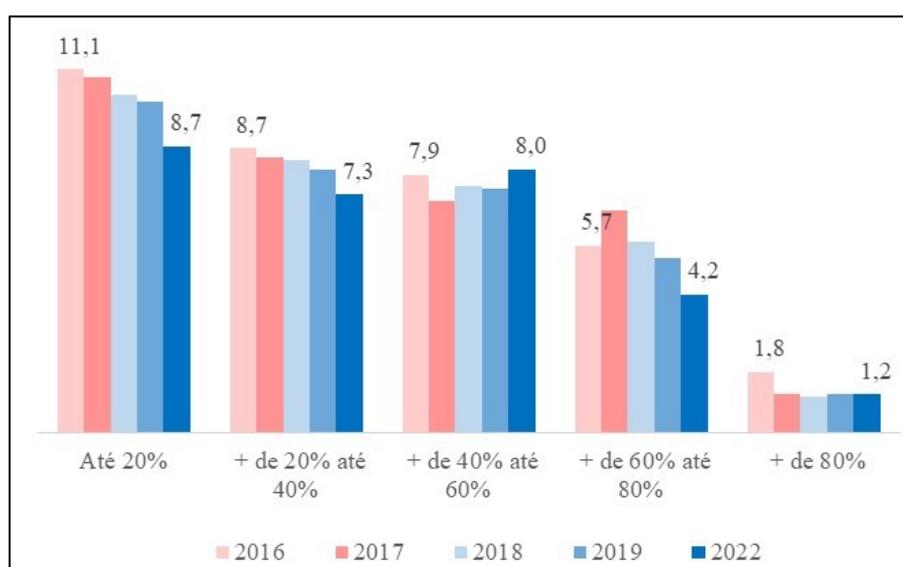


Fonte: IBGE. PNADC 2012-2022. Extraído de: Síntese de Indicadores Sociais – 2023.

A seguir, apresenta-se a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais segundo classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita.

Os dados das PNADs deixam claro que foi nos dois últimos grupos, aqueles com melhores níveis de rendimento per capita, e onde as taxas de analfabetismo já eram as mais baixas, o declínio da taxa de analfabetismo foi mais acentuado. Houve queda de mais de 26% no penúltimo grupo e de 33% no último grupo. No primeiro e segundo grupo de classificação de renda domiciliar per capita, os dois menos favorecidos, a taxa também caiu, entretanto com menos força: queda de 21,6% para o primeiro grupo e 16% para o segundo grupo. No grupo intermediário, praticamente não houve alteração e a taxa de analfabetismo oscilou por volta de 8% de pessoas analfabetas (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (%), segundo classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita (2). Brasil, 2016 a 2022.



Fonte: IBGE. PNADC 2012-2022. Extraído de: Síntese de Indicadores Sociais – 2023.

É possível que as informações sobre o analfabetismo advindas das PNADs estejam um pouco subestimadas. As informações reveladas pelos dados do Censo Demográfico de 2022 mostraram que, 11,4 milhões não sabiam ler e escrever um bilhete simples de um total de 163 milhões de pessoas de 15 anos ou mais de idade no país o que se refletiu em uma taxa de analfabetismo de 7,0%, superior à média obtida pela PNAD de 2022 equivalente a 5,6%.

2.3 Matrículas na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Historicamente no Brasil, uma política com potencial de recuperar a escolaridade dos adultos como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido marcada por descontinuidades e baixos investimentos. Os dados do Censo Escolar mostram que na última década passamos de cerca de 4 milhões de matrículas na EJA em 2011 para 2,6 milhões em 2023, o que significa que a oferta desta modalidade de ensino foi reduzida pela metade (Gráfico 4).

Vale lembrar que de acordo com IBGE, 2023, entre as pessoas de 25 anos ou mais de idade havia 34% que se declararam sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto em 2022. Em termos absolutos esse percentual era relativo a mais de 47 milhões de pessoas¹³.

Gráfico 4 - Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (em milhões). Brasil, 2011 a 2023.



Fonte: MEC/INEP.

As evidências deixam claro que as políticas de EJA não são e nem nunca foram prioridade no país. Estiveram sempre passando por desafios como o baixo financiamento, a redução dos recursos e a baixa qualidade ofertada em muitas escolas.

Apesar da Educação de Jovens e Adultos ter garantias pelas legislações e documentos oficiais, é preciso esforços para conseguirmos o objetivo de um atendimento permanente que

¹³ Se considerarmos as pessoas com mais de 25 anos de idade que não concluíram a educação básica, aqueles que não concluíram o Ensino Fundamental e aqueles que não concluíram o Ensino Médio, o total atinge 62,3 milhões de pessoas segundo a PNADC.

proporcione a igualdade do acesso e as condições de permanência, pois o EJA atende um público bastante diverso. São em sua maioria pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, adolescentes e adultos com até 30 anos e, muitas pessoas com responsabilidades pelas tarefas domésticas e pelo cuidado de pessoas.

Vale lembrar que para o sucesso das políticas de educação de jovens e adultos há um entendimento de que deve haver integração entre a educação e a formação profissional pois a maioria das pessoas que demandam a EJA também precisam trabalhar. Nesse sentido, o Ministério da Educação já vem trabalhando com uma abordagem de Profissionalização integrada ao EJA nos ensinos Fundamental e Médio.

2.4 Matrículas no ensino profissionalizante.

A oferta de educação na modalidade profissional é considerada como uma das que mais oferece possibilidades de aproximação dos estudantes à realidade do mundo do trabalho, e que também pode facilitar seu acesso, ainda que não seja uma garantia de emprego.

A meta 10 do Plano Nacional de Educação propõe que no mínimo 25% das matrículas de EJA sejam oferecidas de forma integrada à educação profissional. Segundo dados do Censo Escolar apenas 2,2% das matrículas de EJA foram oferecidas de forma integrada à educação para o trabalho.

No Brasil, a oferta de matrículas de ensino profissionalizante denominada Educação Profissional e Tecnológica está sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/Ministério da Educação MEC). É oferecida pela rede pública e privada, na forma presencial e à distância e, pode ser de formação inicial ou continuada, ou ainda de qualificação profissional. Com relação às etapas de ensino, ela pode ser oferecida como profissional técnica em nível médio, e, como de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

De acordo com as informações do Censo Escolar, entre 2011 e 2023 houve expansão das matrículas na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil o que se refletiu em um aumento de 93% no total de matrículas. Segundo Ferreira, 2022, também houve crescimento de matrículas na Educação Profissional em outros países sinalizando que de alguma forma há consenso de que a educação profissional como projeto educacional poderia contribuir para a mobilidade social.

No Brasil, em 2011 a oferta de matrículas do ensino profissionalizante era de 1,3 milhões de matrículas e, em 2023 foram contabilizadas 2,4 milhões. Houve um incremento na participação da oferta de vagas públicas de 50% em 2011 para quase 56% em 2023, e a maior oferta em 2023 aconteceu na área urbana, 94% do total de matrículas (Gráfico 5). As matrículas na educação profissional são na sua grande maioria relativas a pessoas jovens com menos de 30 anos.

Apesar do crescimento total observado no período de 2011 a 2023, observamos que o volume de matrículas teve crescimento sistemático entre 2011 e 2014, período ainda de crescimento da economia, porém com desaceleração (governo da presidente Dilma). No período subsequente, 2015 a 2021, as matrículas estiveram estagnadas em 1,9 milhões. Este período foi marcado economicamente por fases de recessão, estagnação, além da época da pandemia e do isolamento social (governos Temer e Bolsonaro). As matrículas retomam o crescimento a partir de 2022.

Nesse contexto de crescimento de matrículas, destaca-se a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica (RFEPCT), cuja expansão e interiorização foi iniciada em 2006 com 144 unidades e, cresceu 4,4 vezes após quatro planos de expansão, passando a contar com 685 unidades em 2024.

87

Gráfico 5 - Matrículas na Educação Profissional (em milhões). Brasil, 2011 a 2023.



Fonte: MEC/INEP.

3. Escolarização da população jovem (18 a 29 anos)

A seguir apresenta-se informações sobre a escolarização dos jovens com idade entre 18 e 29 anos de idade desagregados segundo algumas características e também informações sobre os jovens de 15 a 29 anos que estão fora da escola e, daqueles que além de não frequentarem escola também não trabalham (nem-nem).

3.1 Número médio de anos de estudo das pessoas de 18 a 29 anos

Para muitos países o indicador para aferição do alcance educacional é a média de anos de estudo. Muitos estudos relacionam as origens sociais e o alcance educacional. De acordo com Senkevicks (2023), o “indicador anos de estudo” seria uma medida de estoque da escolaridade que representa a soma de anos completos de instrução formal dos adultos. Supõe-se que adultos dessa faixa etária já teriam idade para ter concluído pelo menos a escolarização básica.

A meta 8¹⁴ do PNE para o período de 2014 a 2024 preconiza elevar a escolaridade média da população jovem (18 a 29 anos), com um foco especial nos segmentos mais vulneráveis e desfavorecidos. No entanto, há uma diversidade de condições que caracterizam os jovens. A meta 8 do PNE, além de estabelecer objetivos gerais, também trata de objetivos específicos como os relacionados aos jovens do campo, aos negros e àqueles em maior vulnerabilidade socioeconômica, impondo, dessa maneira desafios maiores.

Apesar do crescimento da cobertura educacional nos últimos 20 anos ter contribuído para o aumento nos anos médios de estudo no Brasil, os dados das PNADs mostraram que na vigência do PNE (2014-2024) o país não conseguiu alcançar a média de 12 anos de estudo completos, para os jovens.

Nos últimos 5 anos observou-se um acréscimo de 0,6 anos de estudo, mas em 2022 a média ainda era de 11,7 anos de estudo para o grupo entre 18 e 29 anos (Tabela 3). Houve crescimento do indicador também para alguns setores específicos da população, mas, ainda assim, inferior

¹⁴ Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Brasil, 2014).

à meta proposta. A exceção refere-se ao grupo das mulheres em 2022 e, às pessoas de cor branca, que desde 2017 já apresentavam 12 ou mais anos de estudo.

Tabela 3- Número médio de anos de estudo das pessoas de 18 a 29 anos de segundo características. Brasil, 2016 a 2022

	2016	2017	2018	2019	2022	crescimento 2016/2022
Brasil	11,1	11,3	11,4	11,5	11,7	5%
Sit. domicílio						
Urbana	11,4	11,5	11,7	11,8	11,9	4%
Rural	9,4	9,6	9,7	9,9	10,3	10%
Sexo						
Homem	10,8	10,9	11,0	11,2	11,4	6%
Mulher	11,5	11,6	11,8	11,9	12,0	5%
Cor ou raça						
Branca	11,9	12,0	12,1	12,3	12,4	4%
Preta ou parda	10,5	10,7	10,9	11,0	11,3	7%

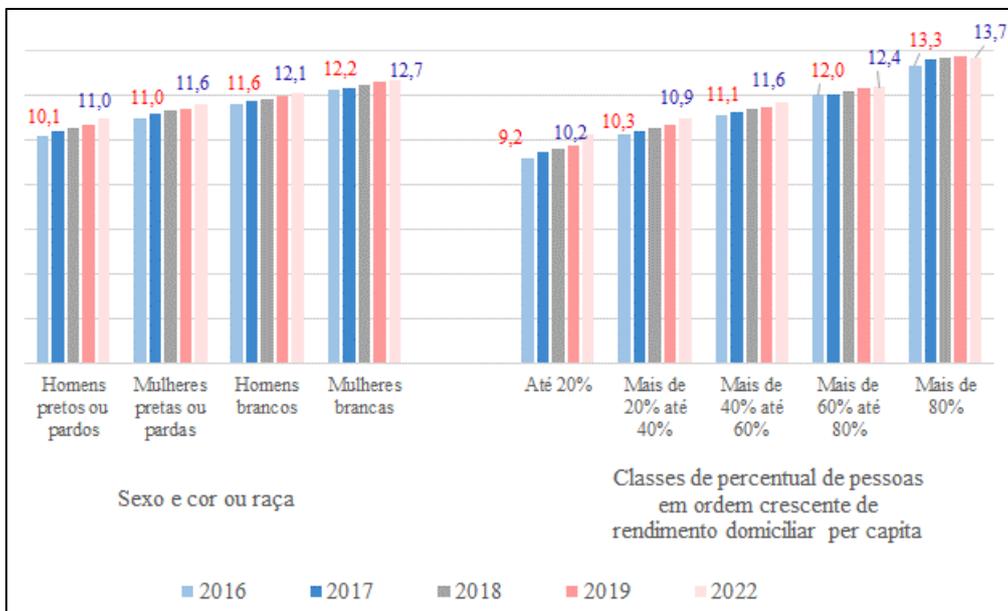
Fonte: IBGE. PNADC 2012-2022. Extraído de: Síntese de Indicadores Sociais – 2023.

Quando se consideram algumas características conjuntamente como cor e sexo, constata-se que a média de 12 anos de estudos completos passa a ser atingida para os homens brancos a partir de 2019 e para as mulheres brancas pelo menos desde o ano de 2016.

Os dados das PNADs evidenciaram que nos dois últimos grupos de rendimentos per capita, aqueles com melhores níveis econômicos, foram os que alcançaram a meta mais precocemente comparativamente aos grupos menos privilegiados economicamente.

Segundo Senkevics (2023 apud Meschi; Scervini, 2014) os países que estão em um nível maior de escolarização têm distribuições dos anos de estudo mais equânimes. Os autores acreditam que a redução das desigualdades educacionais no Brasil deveria se dar em paralelo à elevação da escolaridade geral da população e, conseqüentemente dependeria de escolarizar a parcela mais empobrecida.

Gráfico 6 - Número médio de anos de estudo das pessoas de 18 a 29 anos segundo sexo e cor ou raça e, classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita (2). Brasil, 2016 a 2022.



Fonte: IBGE. PNADC 2012-2022. Extraído de: Síntese de Indicadores Sociais – 2023.

3.2 Pessoas de 18 a 29 anos de idade com no mínimo 12 anos de estudo completos.

No Brasil, no ano de 2022, 71,3% dos jovens de 18 a 29 anos havia concluído a educação básica, ou seja, alcançou 12 anos de estudo (Tabela 4) o que significa dizer que ainda temos quase 29% de jovens entre 18 e 29 anos que não atingiram a escolarização básica. Esta situação se agrava quando consideramos a população residente em área rural, 49% e, as pessoas pretas e pardas, 44% sem concluir a educação básica.

Tabela 4 - Pessoas de 18 a 29 anos de idade com no mínimo 12 anos de estudos completos segundo características. Brasil, 2016 a 2022.

	2016	2017	2018	2019	2022	crescimento 2016/2022
Brasil	63,5	64,3	65,7	67,5	71,3	12%
Sit. domicílio						
Urbana	67,2	67,9	69,2	70,9	74,1	10%
Rural	40,5	42,1	43,7	46,4	51,5	27%
Sexo						
Homem	58,3	59,2	60,4	62,7	66,9	15%
Mulher	68,8	69,4	71,1	72,4	75,7	10%
Cor ou raça						
Branca	73,6	73,9	75,6	77,3	79,2	8%
Preta ou parda	56,0	57,7	59,2	61,2	66,0	18%

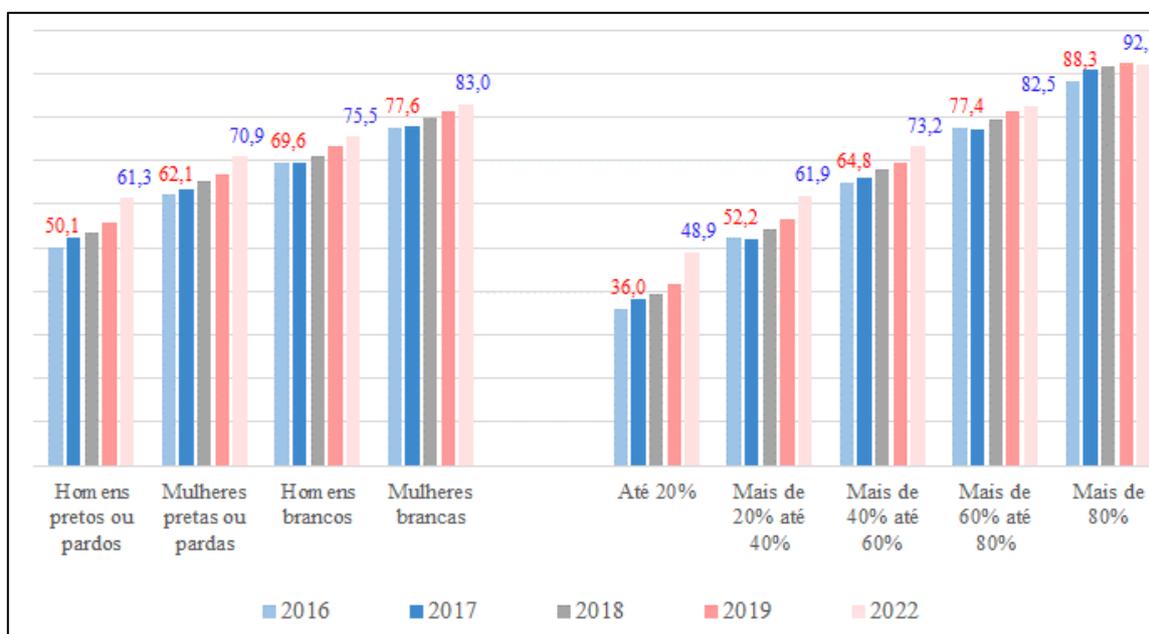
Fonte: IBGE. PNADC 2012-2022. Extraído de: Síntese de Indicadores Sociais – 2023.

Embora o percentual de jovens do sexo masculino pretos ou pardos seja o que mais foi incrementado entre 2016 e 2022, é neste grupo onde encontramos menos pessoas com a educação básica concluída, 61,3% em 2022 (Gráfico 7). No grupo das mulheres brancas é onde encontramos em 2022 a maior proporção com a educação básica concluída, 83%.

Menos da metade das pessoas de 15 a 29 anos que fazem parte do grupo mais vulnerável economicamente conseguiu concluir a educação básica, 49% em 2022. Os dados das PNADs evidenciaram que nos dois últimos grupos de rendimentos per capita, aqueles com melhores níveis econômicos, estão os que alcançaram a meta mais precocemente (73% e 83% respectivamente no ano de 2022) comparativamente aos grupos menos privilegiados economicamente.

Os jovens que compõem os grupos em melhores condições econômicas, últimos dois grupos, são os que apresentaram maiores percentuais de conclusão da educação básica, 73% e 83% respectivamente no ano de 2022.

Gráfico 7 - Pessoas de 18 a 29 anos de idade com no mínimo 12 anos de estudo completos segundo sexo e cor ou raça e, classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita (2). Brasil, 2016 a 2022.



Fonte: IBGE. PNADC 2012-2022. Extraído de: Síntese de Indicadores Sociais – 2023.

3.3 Jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não concluíram o ensino médio e o principal motivo de ter parado de frequentar a escola no Brasil em 2022.

Dos jovens que não concluíram o Ensino Médio e que estão fora da escola em 2022, 42% também não estava ocupado, quase 59% eram do sexo masculino e quase 71% eram jovens pretos ou pardos (Tabela 5).

Dos jovens sem concluir o ensino médio e fora da escola, 43% ainda não haviam completado o Ensino Fundamental, 23% haviam completado o fundamental e 34% haviam deixado o ensino médio antes da conclusão.

Quase 78% dos jovens nessa situação residiam na zona urbana e 64% pertenciam aos dois grupos de rendimento familiar de maior vulnerabilidade econômica. Quase 46% desses jovens deixou de estudar quando tinham idade entre 15 e 17 anos.

Os dados educacionais vêm mostrando que o país avançou em termos de cobertura educacional e também no aumento da escolaridade média da população. O que precisa ser foco das políticas no presente e no futuro são objetivos relacionados com a elevação da qualidade do ensino oferecido e à superação das desigualdades educacionais.

Entre crianças e adolescentes, é o grupo de 15 a 17 anos, aquele que historicamente constitui a maioria dos que estão fora da escola.

A taxa de evasão escolar no Ensino Médio, calculada pelo INEP/MEC, vinha caindo sistematicamente desde, pelo menos, o ano de 2010. Houve uma interrupção dessa tendência no ano da pandemia e uma retomada da taxa em 2021 para níveis equivalentes a 2019.

Tabela 5 - Proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não concluíram o ensino médio, por grupos de idade, e sua distribuição percentual segundo características selecionadas - Brasil – 2022.

Características selecionadas	Jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não concluíram ensino médio (%)			
	Total	Grupos de idade		
		15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Total	19,9	5,0	20,8	26,7
Situação de atividade				
Só está ocupado	58,2	31,6	55,3	63,8
Não estuda e não está ocupado	41,8	68,4	44,7	36,2
Sexo				
Homem	58,9	57,6	58,0	59,9
Mulher	41,1	42,4	42,0	40,1
Cor ou raça (1)				
Branca	28,0	29,3	28,3	27,7
Preta ou parda	70,8	69,1	70,4	71,3
Nível de instrução				
Sem instrução ou ensino fundamental incompleto	42,5	53,3	38,8	45,2
Ensino fundamental completo	23,2	22,2	22,4	24,1
Ensino médio incompleto	34,3	24,5	38,8	30,6
Situação do domicílio				
Urbano	77,8	74,8	78,2	77,7
Rural	22,2	25,2	21,8	22,3
Classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar				
Até 20%	35,6	45,0	35,4	34,8
Mais de 20% até 40%	28,4	28,9	28,6	28,1
Mais de 40% até 60%	18,7	15,2	19,2	18,6
Mais de 60% até 80%	12,7	7,9	12,6	13,3
Mais de 80%	4,6	3,0	4,2	5,2
Grupos de idade com que deixou de frequentar escola				
Nunca frequentou	2,8	4,9	2,8	2,5
Até 10 anos	1,2	1,3	0,9	1,5
11 a 14 anos	12,9	23,2	10,6	14,3
15 a 17 anos	45,9	70,7	46,7	42,7
18 anos ou mais	37,2	-	39,0	39,0

Fonte: IBGE. PNADC 2012-2022. Extraído de: Síntese de Indicadores Sociais – 2023.

3.4 Jovens de 15-29 anos de idade e a situação de ocupação e condição de estudo.

O Brasil passou de 51,9 milhões de jovens de 15 a 29 anos em 2012 para 48,9 milhões em 2022 (redução de 6%). Com base nos dados da PNADC, extraídos da publicação do IBGE: “Síntese de indicadores sociais 2023” constata-se que 43,7% das pessoas com idade entre 15 e 29 anos estavam somente ocupados em 2012. A proporção de jovens ocupados se manteve por volta de 43% até o ano de 2014, período em que ainda havia crescimento econômico, mas já em desaceleração. A proporção cai um pouco depois de um período considerado de recessão e mantém-se por volta de 39% no período considerado de estagnação até o ano de 2019. Após 2019 ocorre uma queda abrupta devido aos efeitos do período da pandemia e a proporção chega a 35% em 2020. A proporção volta a crescer aos níveis pré-pandemia em 2022 (41,3%).

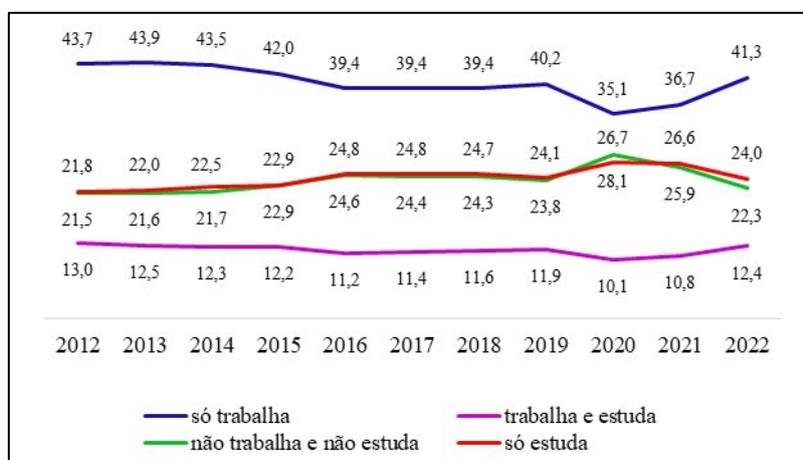
Os jovens que estavam exclusivamente estudando tiveram participação que variou de quase 22% em 2012 para 24% no ano de 2022. Os percentuais relativos a jovens que trabalhavam e estudavam oscilaram por volta de 12% no período estudado.

Na última década observou-se que em média de cada 4 jovens de 15 a 29 anos, 1 não trabalhava e nem estudava, categoria conhecida como nem-nem (nem estudam e nem trabalham). Houve um incremento em 2020, reflexo da pandemia, mas em 2021 o percentual volta para o mesmo nível do início da década.

No ano de 2022 havia 10,9 milhões de jovens quem não estavam estudando e tampouco trabalhando (Gráfico 8).

É importante analisar a evolução e os motivos pelos quais os jovens entram para a categoria dos nem-nem. Entre eles, há uma parcela daqueles que podemos chamar de jovens em desalento, que são aqueles que embora desejem trabalhar, já não acreditam que existam oportunidades para eles e, que muito provavelmente terão suas possibilidades futuras de trabalho comprometidas.

Gráfico 8 – Percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade, por condição de ocupação e frequência à escola. Brasil, 2012 a 2022.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Extraído de: Alves (2023).

Vários são os motivos que levam os jovens a evadirem da escola. Os motivos mais frequentemente mencionados segundo dados da PNAD, são: trabalho ou procura por trabalho, desinteresse em estudar, gravidez e realização de tarefas domésticas e ou cuidado com outras pessoas.

95

Quando o jovem tem que deixar a escola para trabalhar, o que muito frequentemente acontece é ele ter sua entrada no mercado de trabalho antecipada pelas dificuldades que suas famílias enfrentam nas crises econômicas, fazendo com que muitos deles abandonem os estudos.

As informações das PNADs mostraram que para mais de 40% dos jovens com idade entre 15 a 29 anos e que ainda não haviam concluído a educação básica, a necessidade de trabalhar foi o principal motivo de abandono dos estudos tanto em 2019 como em 2022 (Gráfico 9).

O segundo principal motivo de abandono desses jovens é a falta de interesse, ou seja, uma desconexão com a escola. A proporção de jovens que mencionaram este motivo declinou de 28,5% em 2019 para 24,8% em 2022, mas ainda é um motivo muito importante.

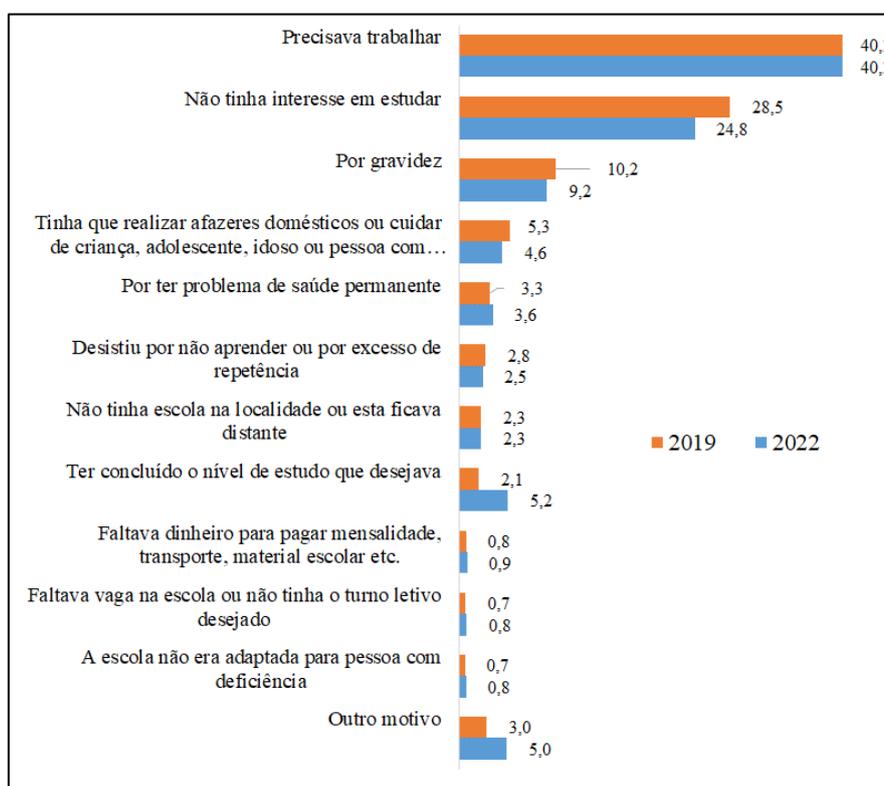
A gravidez na adolescência é o terceiro motivo que leva ao abandono escolar (Unicef, 2021), sobretudo para os adolescentes do gênero feminino. Pelo que os estudos têm apontado, o impacto é ainda maior para as jovens que vivem em famílias monoparentais, pois em geral conta-se apenas com o rendimento de uma pessoa. (Abramo et al, 2021).

Com uma proporção menor, mas não menos importante, destaca-se o percentual relativo ao motivo de abandono escolar ser a questão do comprometimento com outras tarefas domésticas

que acabam recaindo sobre as mulheres mais jovens, mesmo para aquelas que não tem filhos. Essa responsabilização faz com que sua escolarização perca prioridade.

A falta de políticas públicas com foco na garantia de um sistema de cuidados contribui para o abandono escolar das mães adolescentes e jovens. Essas jovens mulheres se vêm obrigadas a uma carga maior de trabalho não remunerado que muitas vezes acaba tornando a escola incompatível com a sua realidade reforçando assim os casos de desigualdades de gênero e renda. (Abramo et al, 2021).

Gráfico 9 - Jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não concluíram ensino médio, total e distribuição percentual por principal motivo de ter parado de frequentar escola. Brasil, 2019 e 2022.



Fonte: IBGE. PNADC 2012-2022. Extraído de: Síntese de Indicadores Sociais – 2023.

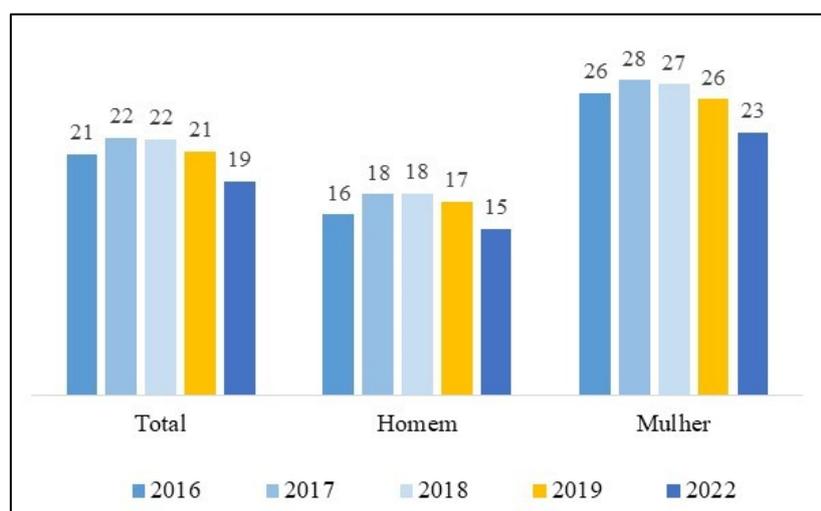
3.5 - Pessoas de 15 a 24 anos de idade que não estudam, não estão ocupados e não estão em treinamento (Nem-nem), por sexo e cor ou raça - Brasil – 2016 a 2022.

A faixa etária dos 15 aos 24 anos é normalmente a faixa etária na qual os jovens estão entrando no mercado de trabalho, ou que muitas vezes o jovem entra no ensino superior, ou ambos.

De acordo com os dados da publicação Síntese PNADS houve pequeno declínio na proporção de jovens com idade entre 15 e 24 anos que não estudavam e não trabalhavam entre 2016 e 2022 que passou de 21% para 19%.

Em 2022, 19%, ou 1 a cada 5 jovens com idade entre 15 e 24 anos não estudava e não trabalhava. Em termos absolutos representavam mais de 6 milhões de pessoas. Esta proporção aumenta se o jovem pertencer ao sexo feminino: 23% contra 15% relativo aos jovens do sexo masculino (Gráfico 10).

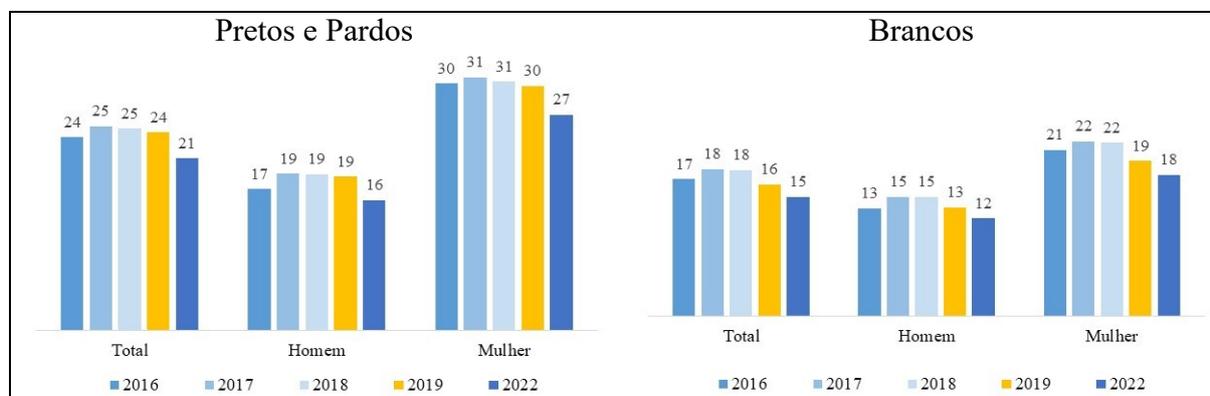
Gráfico 10 - Proporção de pessoas de 15 a 24 anos de idade que não estudam, não estão ocupados e não estão em treinamento, por sexo, Brasil – 2016 e 2022 (%).



Fonte: IBGE. PNADC 2012-2022. Extraído de: Síntese de Indicadores Sociais – 2023.

A proporção de pessoas de 15 a 24 anos de idade na condição ‘nem-nem’ pretas e pardas é aproximadamente 40% maior do que a mesma para os jovens de cor branca. Apesar da proporção de jovens ‘nem-nem’ ter declinado ligeiramente ao longo dos anos, a distância entre pretos/pardos e brancos não se alterou. A comparação entre os jovens brancos e pretos/pardos quando desagregada por gênero deixa evidente o fato de que são as mulheres pretas ou pardas aquelas com maiores chances de não estudarem e não estarem ocupadas. Em 2022 entre as jovens pretas/parda havia 27% na condição de ‘nem-nem’ e, entre as jovens brancas o percentual era de 18% (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Proporção de pessoas de 15 a 24 anos de idade que não estudam, não estão ocupadas e não estão em treinamento, por sexo e cor/raça. Brasil – 2016 e 2022 (%).



Fonte: IBGE. PNADC 2012-2022. Extraído de: Síntese de Indicadores Sociais – 2023.

4 – Considerações Finais

O texto teve como objetivo apresentar as Políticas e Programas educacionais do governo federal na década de 2010 com potencial de elevar a escolarização da população adulta e jovem e, portanto, com um papel central na vida das pessoas e do país. Também com base na publicação Síntese PNADS foram apresentadas informações sobre a escolarização da população adulta e da população jovem com o objetivo de mostrar a evolução na última década.

Do ponto de vista do levantamento das principais políticas implementadas no período, na vigência de um governo mais progressista¹⁵ como o da presidenta Dilma Rousseff houve maior esforço em focalizar populações mais vulneráveis e na ampliação do acesso as políticas educacionais. Destaca-se também, que entre 2012 e 2014 houve aumento do gasto federal em educação. Sobre os gastos federais¹⁶ em educação no período é possível afirmar que houve no período o crescimento real de 70% no gasto em educação. Em 2012 o gasto foi equivalente a R\$ 83,9 bilhões e, em 2022, R\$ 142,7 bilhões (estimativa). Os maiores aumentos ocorreram entre 2012-2014 período marcado pela desaceleração no ritmo de crescimento econômico no país e, entre 2020-2022, período da pandemia de COVID 19.

¹⁵ A menção ao “governo progressista” usada neste texto diz respeito ao governo que procura promover mudanças com foco na redução de desigualdades sociais e econômicas e na ampliação de direitos, com a inclusão dos mais marginalizados.

¹⁶ Refere-se aos gastos diretos do governo federal, e não incluem os gastos dos estados e municípios.

Em contraste, os ajustes fiscais ocorridos entre 2015-2016 e no ano de 2019, períodos de governos mais conservadores (Temer e Bolsonaro), provocaram reduções do gasto federal em educação (Zamboim, 2023).

Entre as metas propostas para o PNE (2014-2024) destaca-se a meta 10 essencial para o cumprimento das demais metas. A meta 10 estabelece a ampliação do investimento público em educação pública de forma que deveria se atingir pelo menos 7% do PIB no quinto ano de vigência e, ao final do período do PNE, a meta estabelecida era equivalente a 10% do PIB. Em 2022, de acordo com o relatório de monitoramento elaborado pelo INEP/MEC, o investimento brasileiro em educação ficou bem abaixo da meta e foi equivalente a 5,5% do PIB, considerando-se o investimento total e, de 5% quando se considera apenas a educação pública. Importante lembrar que em boa parte do período do PNE, o país esteve sujeito a lei do teto de gastos o que consequentemente teve efeitos danosos para o desenvolvimento da educação básica¹⁷.

Os principais programas demandantes de recursos que compõem o gasto são o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), o custeio das universidades federais e programas de acesso à educação básica e profissional. Embora tenha havido aumento gradual no gasto em educação, além do fato de que o país gasta 6% do PIB em educação, os recursos não têm sido suficientes. O gasto anual por estudante, quando comparado à média dos países que compõem a OCDE, chega a representar um terço. (OCDE, 2021).

Os dados disponibilizados pela Síntese PNADs apontaram que entre 2016 e 2022 houve queda na taxa de analfabetismo e elevação da escolaridade média da população com mais de 25 anos. No ano de 2022, foi a primeira vez em que mais da metade da população com 25 anos ou mais de idade, estava na condição de ter concluído a educação básica.

Apesar da evolução positiva desses indicadores, não podemos deixar de considerar que em 2022 ainda tínhamos 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabiam ler e escrever e 62,3 milhões de pessoas com mais de 25 anos que não concluíram a educação básica - com grande parcela ainda sem concluir o ensino Fundamental, segundo a PNADC.

Entre os jovens de 18 a 29 anos houve um pequeno crescimento no número médio de anos de estudo que passou de 11,1 em 2016 para 11,7 em 2022. Com este quadro, os jovens de 18 a 29

¹⁷ Apenas 4 das 20 metas estabelecidas para o Plano Nacional da Educação com vigência entre 2014-2024 foram parcialmente cumpridas.

anos, ainda em 2022, não haviam atingido a média preconizada pelo PNE referente à conclusão da educação básica obrigatória equivalente a 12 anos completos de estudo.

Para os jovens de 15 a 29 anos houve um pequeno decréscimo no percentual daqueles que somente trabalhavam entre 2012 e 2022 que passou de 44% para 41%. O percentual relativo aos jovens que trabalhavam e estudavam, com pequenas oscilações, ficou próximo a 12%.

O percentual dos que só estudavam e daqueles que não estudavam e não trabalhavam (“nem-nem”) apresentou tendência de crescimento tímida até 2019. Houve um crescimento mais forte que perdurou até 2020 por conta dos efeitos da pandemia e, após esse ano o percentual volta para o nível anterior à pandemia, atingindo o percentual de 24% em 2022¹⁸. Vale lembrar que esses 24% dos jovens de 15 a 29 anos na categoria “nem-nem” representaram 10,9 milhões de jovens em 2022 privados de direitos à educação e ao trabalho.

Muitos pesquisadores estão utilizando uma outra terminologia para se referir aos jovens nem-nem. A nova terminologia denominada “sem-sem” faz referência a condição de que esses jovens estão sem estudo e sem trabalho, porque para muitos não se trata de uma questão de escolha e sim de falta de oportunidade. Assim, com o novo termo a ideia é tirar a responsabilidade do jovem sobre esta situação.

O grupo dos “sem-sem” é o que mais tem dificuldade para entrar e permanecer no mercado de trabalho e o grupo com menos qualificação. Em sua maioria é constituído por mulheres, pretos e pardos e, muitos provenientes de famílias de baixa renda. Além disso, muitos jovens vivem em domicílios com chefe de família de baixa escolaridade ou já são responsáveis ou cônjuges em suas famílias e com filhos. A pandemia agravou a situação das famílias principalmente daquelas que mais sofriam com a crise econômica. Os estudos mostraram que muitas jovens acabaram por assumir responsabilidades domésticas. Muitas delas ao perderem seus empregos não voltaram a procurar por novos empregos devido ao envolvimento com o trabalho domiciliar e esta é uma situação reveladora da responsabilização desigual entre os gêneros.

Por fim, pelos dados apresentados podemos dizer que a última década foi marcada pela estagnação na evolução da educação. Tivemos progressos modestos como, por exemplo, a redução do analfabetismo e um pequeno incremento da escolaridade média entre adultos e entre

¹⁸ Os chamados “nem-nem” na idade entre 15 a 29 anos, representam um percentual grande no Brasil, quando comparamos com a média de 15% nos países da OCDE. Quando focalizamos as taxas de “nem-nem” entre a população de 18 a 24 anos observa-se que são muito altas entre as mulheres: equivalente a 30%.

os jovens, mesmo com a crise econômica, com o corte de financiamento e com os efeitos de uma pandemia.

Os desafios são muitos. Além de termos que focar na melhoria da qualidade do ensino, a questão da equidade na educação é central. A questão da equidade fica ainda mais exacerbada quando há subfinanciamento e desigualdades estruturais. O Brasil é signatário da Agenda 2030, acordo coordenado pela ONU para o desenvolvimento sustentável junto com outros países membros. Neste acordo o país se compromete a eliminar as desigualdades de gênero e de raça na educação e garantir a equidade de acesso, de permanência e de sucesso em todos os níveis e modalidades de ensino para os grupos populacionais em situação de vulnerabilidade. Em 2022 tivemos retrocessos em 6 das 10 metas.

Para entender melhor os principais desafios da educação no Brasil é preciso ter um olhar para os dados desagregados. Os aspectos centrais relacionados às desigualdades educacionais dizem respeito às condições econômicas, à raça/cor, gênero e diversidade regional. Os dados têm mostrado que a desigualdade socioeconômica é a que evidencia as maiores diferenças entre os indicadores. Mas, não se pode deixar de mencionar que raça e classe social também estão muito interligadas e são responsáveis por parte das discrepâncias entre os indicadores educacionais.

101

Referências Bibliográficas

ABRAMO, L.; TRUCCO, D.; ULLMANN, H.; ESPEJO, A. **Jóvenes y familias: políticas para apoyar trayectorias de inclusión**. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47646-jovenes-familias-politicas--apoyar-trayectorias-inclusion>. Acesso em 15 nov. 2022.

ALVES, J. E. D. O Brasil tem mais jovens nem-nem do que toda a população de Portugal. **EcoDebate**: Plataforma de informação, artigos e notícias sobre temas socioambientais, [s.l.], dez. 2023. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2023/12/11/o-brasil-tem-mais-jovens-nem-nem-do-que-toda-a-populacao-de-portugal/>. Acesso em: 06 nov. 2024.

ARAÚJO, M. L da S. Na teoria, modernização; na prática, regressão: política educacional no governo Temer. **Linhas Críticas**, v. 27, n. art. e35696, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/35696>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Edição extra. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em 23 out. 2024.

BRASIL. GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. **Relatório final**. Brasília: Gabinete de Transição Governamental, dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2024337977/>. Acesso em: 15 set. 2024.

CLEMENTINO, A. M.; OLIVEIRA, D. A. Tensões e contradições das políticas educacionais dos governos de Lula e Dilma Rousseff: aprendendo com as lições do passado. **Práxis Educativa**, v. 18, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/22022>. Acesso em: 10 ago. 2024.

FERREIRA, L. S.; MONTERO-PEDRERA, A. M.; CASTAMAN, A. S. Educação profissional contemporânea no Brasil e na Espanha: uma análise comparativa. **Revista Diálogo Educacional**, v. 22, n. 74, 2022. <https://doi.org/10.7213/1981-416X.22.074.DS02>. Acesso em: 15 set. 2024.

GOMES, M. A. de O.; RODRIGUES, A. P. A.; PITA, C. A.; CAETANO, S. M. Programa Future-se: ou como fazer a educação superior pública andar para trás. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 24, n. 00, p. e024003, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8661345>. Acesso em: 25 set. 2024.

GTSC A2030. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030. **Relatório Luz da Agenda 2030**: 2018. 84p. Disponível em <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2018/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais** – Uma análise das condições de vida da população brasileira – 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MENDES, R. P. da S. Educação no Brasil. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm>. Acesso em 11 de nov. 2024.

MESCHI, E.; SCERVINI, F. Expansion of schooling and educational inequality in Europe: The educational Kuznets curve revisited. **Oxford Economic Papers**, v. 66, n. 3, p. 660-680, July 2014.

NASCIMENTO, G. G. P. Políticas públicas em educação no (des)governo bolsonarista. . *In*: Coimbra, Kary Emanuelle Reis, Nascimento, Gisele Gonçalves Palha do (org.). **Coletânea Pesquisa & Administração no Vale do Guaribas**: a produção científica de discentes de Graduação em Administração da UFPI/CSHNB (2013-2023). Editora Científica Digital, 2024, p. 412-433.

OECD (2021). Education at a Glance 2021: OECD Indicators. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

RALIO, A. F. **Políticas públicas da educação de jovens e adultos**: Análise de uma década - 2012 a 2022. Rio Claro, 2023 44 p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/76623e14-ea2f-41cc-b5b4-fd1604afc00d/content>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SANSÃO, R. R. **Democratização do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)**: principais dificuldades quanto ao acesso, permanência e evasão. 2024. Tese (Doutorado). Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Memoria Académica. Disponível em: <https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.2746/te.2746.pdf>. Acesso em: 05 out. 2024.

SILVA, D.; MOURA, D. H.; DE SOUZA, L. M. A Trajetória do PRONATEC e a reforma do ensino médio: algumas relações com a política de educação profissional mundial. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 30, p. 183-206, 21 nov. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/10092>. Acesso em: 10 out. 2024.

SENKEVICS, A. S.; CARVALHO, M. P. D. Novas e velhas barreiras à escolarização da juventude. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 333–352, maio 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WXhh8DX9tfM5YYnPpbmqMTb/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SENKEVICS, A. S.; SANTOS, R. Repensando a mensuração da escolaridade populacional: uma alternativa à métrica dos anos de estudo. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais Contribuições para o novo Plano Nacional de Educação II**. 1. ed. Brasília: Inep, 2023. v. 9. 330p. Disponível em: <https://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/5970>. Acesso em: 14

UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na educação**. Cenpec Educação, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em 19 set. 2022.

ZAMBOIM, H. B.; CASALINO, V. G. Direito à educação, orçamento e políticas públicas: uma análise das políticas educacionais instituídas pelo governo federal (2010-2019). **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, v. 39, n. 2, 2023. Disponível em: <https://revista.fdsu.edu.br/index.php/revistafdsu/article/view/481>. Acesso em: 14 jul. 2024.



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

NEPP

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Av. Albert Einstein, 1300

Campinas - SP - Brasil

CEP. 13083-852

TEL: (019) 3521-2495 / 3521-7266

E-mail: nepp@nepp.unicamp.br

E-mail: nepp00@unicamp.br

Homepage: www.nepp.unicamp.br